



integra

Integração de Imigrantes

2015-2017

Município de Odemira

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES

Fundo cofinanciador:



Entidade:



Entidade promotora:



Ficha Técnica

Título

ODEMIRA INTEGRA, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

Conceção geral

Comissão Municipal do Imigrante

Supervisão

Ana Paula Correia, Coordenadora do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

Natália Correia, Dirigente da Divisão de Educação e Ação social

Deolinda Seno Luís, Vereadora com competências delegadas na área da Ação Social

Design gráfico e execução técnica

Setor de Informática e Setor de Comunicação e Informação do Município de Odemira

Período de Execução

De 1 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2017

Agradecimentos

Depois de concluída a conceção Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, não podemos deixar de expressar o nosso muito obrigado a todos aqueles que, das formas mais diversificadas, contribuíram para a realização do projeto ODEMIRA INTEGRA e se afirmaram como peças fundamentais na concretização de todo este processo, designadamente:

- a todos os parceiros da Comissão Municipal do Imigrante, pela disponibilidade e resiliência constantes demonstradas;
- ao Alto Comissariado para as Migrações, na pessoa da Dra. Paula Moura, pelo apoio, incentivo e orientação metodológica prestados;
- à TAIPA, Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, nas pessoas das Dras. Elisabete Pacheco e Tânia Guerreiro, pela articulação institucional com o Município de Odemira, no âmbito dos projetos que dinamizam na área da imigração;
- à Dra. Ana Paula Correia, Coordenadora do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, pela dedicação e motivação que prestou à construção do documento e por acreditar na mobilização e na mudança;
- ao Dr. José Guerra, Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo apoio prestado na dinamização dos Focus Group, tendo por base a metodologia SPIRAL;
- aos diversos serviços técnicos do Município de Odemira, pela colaboração demonstrada.

Índice Geral

Índice de Gráficos	6
Índice de Fotos.....	10
Índice de Figuras.....	11
Índice de Tabelas	12
Nota de Abertura.....	15
1. Enquadramento.....	17
1.1 Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes	17
1.2. Objetivos Gerais do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”	18
1.3. Estrutura do PMII	18
1.4. Metodologia	19
1.5. Processo de Consulta Pública	25
1.6. Processo Conducente à Aprovação do PMII.....	29
2. Diagnóstico.....	30
2.1. Contextualização e Breve Resenha Histórica do Concelho de Odemira.....	30
2.1.1. Características Morfológicas.....	33
2.1.3. Fauna e Flora.....	36
2.2.1 Evolução Demográfica	38
2.2.3. Distribuição Espacial	41
2.2.4. Estrutura Etária	43
2.2.5. Dinâmica Populacional.....	46
2.2.6. As Migrações no Concelho de Odemira.....	46
2.2.7. Pendularidade	47
2.2.8. População Flutuante	47
2.2.9. Neo-nomadismo.....	48
2.2.10. As Famílias.....	49
2.2.11. Educação e Formação	50
2.3. Conclusão Prévia da Caracterização do Concelho de Odemira.....	51
2.4. Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Imigrante no Concelho.....	52
2.4.1. Serviços de Acolhimento e Integração	60
2.4.2. Urbanismo e Habitação.....	75
2.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	79
2.4.4. Educação e Língua.....	93
2.4.5. Capacitação e Formação.....	107
2.4.6. Cultura.....	111
2.4.7. Saúde.....	115
2.4.8. Solidariedade e Resposta Social.....	120
2.4.9. Cidadania e Participação Cívica	133
2.4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	138

2.4.11. Racismo e Discriminação.....	140
2.4.12. Relações Internacionais.....	143
2.4.13. Religião.....	145
2.5. Metodologia SPIRAL e GRUPO FOCAL – Processos Participativos.....	147
2.5.1. Metodologia SPIRAL.....	147
2.5.2. Caracterização dos Grupos Homogéneos	149
2.5.3. Grupo Focal	156
3. Dimensão Estratégica.....	162
4. Dimensão Operacional	167
4.1. Serviço de Acolhimento e Integração.....	168
4.2. Urbanismo e Habitação.....	173
4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	175
4.4. Educação e Língua.....	177
4.5. Saúde.....	179
4.6. Cidadania e Participação Cívica	180
4.7. Solidariedade e Resposta Social	181
4.8. Racismo e Discriminação.....	182
5. Modelo de Monitorização e Avaliação.....	183
6. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	186
7. Legitimidade do Plano.....	189
Lista de Siglas/Acrónimos	190
Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	192
ANEXOS	195

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da população no concelho de Odemira numa temporalidade média	39
Gráfico 2 - Evolução populacional por freguesias	40
Gráfico 3 - População por grupos etários em 2011.....	43
Gráfico 4 - População por grupos etários em 2001.....	43
Gráfico 5 - População por grupos etários 1991.....	43
Gráfico 6 - Pirâmides etárias 1991, 2001, 2011	44
Gráfico 7 - Famílias com e sem filhos	50
Gráfico 8 - Escolarização da população por freguesia	50
Gráfico 9 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2008	54
Gráfico 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2013	54
Gráfico 11 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e 2013	55
Gráfico 12 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2008, no concelho de Odemira	56
Gráfico 13 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2013, no concelho de Odemira	56
Gráfico 14 - Variação da população estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e de 2013, no concelho de Odemira.....	57
Gráfico 15 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odemira em %, segundo o sexo, no ano de 2008	58
Gráfico 16 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odemira em %, segundo o sexo, no ano de 2013	58
Gráfico 17 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015	61
Gráfico 18 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o sexo, de julho de 2014 a fevereiro/2015.....	62
Gráfico 19 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o motivo da sua deslocação, de julho de 2014 a fevereiro/2015	62
Gráfico 20 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o local de atendimento, de julho de 2014 a fevereiro/2015	64
Gráfico 21 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos na Junta de Freguesia de S. Teotónio, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015.....	64
Gráfico 22- Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia no ano de 2013	67

Gráfico 23 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia no ano de 2014	67
Gráfico 24 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Juntas de Freguesia nos anos de 2013 e 2014	68
Gráfico 25 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem no ano de 2013	69
Gráfico 26 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem no ano de 2014	69
Gráfico 27 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem nos anos de 2013 e 2014	70
Gráfico 28 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, no ano de 2013	70
Gráfico 29 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, no ano de 2014	71
Gráfico 30 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, nos anos de 2013 e 2014	71
Gráfico 31 - Total de colocações efetuadas ao longo do ano de 2010 no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais	79
Gráfico 32 - Total de colocações efetuadas ao longo do ano de 2014 no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais	80
Gráfico 33 - Variação do número total de colocações efetuadas ao longo dos anos de 2010 e 2014 no concelho de Odemira	80
Gráfico 34 - Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais em dezembro de 2010	82
Gráfico 35 - Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais em dezembro de 2014	83
Gráfico 36 - Variação da taxa de desempregados registada no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais, em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014	83
Gráfico 37 - Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo em dezembro de 2010	84
Gráfico 38 - Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo, em dezembro de 2014	84
Gráfico 39 - Variação da taxa de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo, em dezembro de 2010 e 2014	85
Gráfico 40 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2010	85
Gráfico 41 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2014	86
Gráfico 42 - Variação da taxa de desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014	86

Gráfico 43 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2010	87
Gráfico 44 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2014	88
Gráfico 45 - Variação da taxa de desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014.....	88
Gráfico 46 - Nº de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o género, à data do fim do mês de fevereiro/2015.....	90
Gráfico 47 - Nº de trabalhadores estrangeiros de empresas agrícolas, por grupos etários, à data do fim do mês de fevereiro/2015	90
Gráfico 48 - Nº de trabalhadores estrangeiros de empresas agrícolas, segundo as suas habilitações escolares, à data do fim do mês fevereiro/2015	91
Gráfico 49 - Nº total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2013/2014	94
Gráfico 50 - Nº total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015	94
Gráfico 51 - Variação do número total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015	95
Gráfico 52 - Nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013	95
Gráfico 53 - Nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015	96
Gráfico 54 - Variação do nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013 e 2014/2015	96
Gráfico 55 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira nos anos letivos de 2012/2013 e 2014/2015	97
Gráfico 56 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013	99
Gráfico 57 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2013/2014	99
Gráfico 58 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNМ nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, e 2014/2015	101
Gráfico 59 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNМ no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013, segundo o seu país de origem.....	101
Gráfico 60 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou apoio) de PLNМ no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015, segundo o seu país de origem.....	102

Gráfico 61 - Nº total de horas semanais da disciplina (ou apoio) de PLNM lecionadas no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015	103
Gráfico 62 - Percentagem de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, no ano de 2010....	121
Gráfico 63 - Percentagem de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, no ano de 2014....	121
Gráfico 64 - Variação da taxa de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, nos anos de 2010 e 2014.....	122
Gráfico 65 -Percentagem de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, no ano de 2010.....	123
Gráfico 66 - Percentagem de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, no ano de 2014.....	123
Gráfico 67 - Variação da taxa de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, nos anos de 2010 e 2014.....	124
Gráfico 68 - Percentagem de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2010	125
Gráfico 69 - Percentagem de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2014	125
Gráfico 70 - Variação da taxa de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2010 e no ano de 2014.....	126

Índice de Fotos

<i>Foto 1 - Primeira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	21
<i>Foto 2 - Primeira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	22
<i>Foto 3 - Terceira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	23
<i>Foto 4 - Terceira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	23
<i>Foto 5 - Quarta Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	24
<i>Foto 6 - Quarta Reunião da CMI- 25 de novembro 2014</i>	24
<i>Foto 7 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	26
<i>Foto 8 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	27
<i>Foto 9 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	27
<i>Foto 10 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	28
<i>Foto 11 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	28
<i>Foto 12 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”</i>	29

Índice de Figuras

<i>Figura 1 - Concelho de Odemira em Portugal</i>	30
<i>Figura 2 - Alentejo Litoral</i>	31
<i>Figura 3 - Baixo Alentejo</i>	31
<i>Figura 4 - Freguesias e concelhos adjacentes do território Odemira</i>	32
<i>Figura 5 - Barragem e perímetro de rega do Mira</i>	34
<i>Figura 6- Densidades populacionais</i>	42
<i>Figura 7 - Grupos Sócio Problemáticos identificados</i>	187
<i>Figura 8 - Comissões Especializadas de suporte</i>	187

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 - População do concelho de Odemira em 1758</i>	38
<i>Tabela 2 - Saldos Fisiológicos nos últimos 60 anos</i>	39
<i>Tabela 3 - Saldos fisiológicos por freguesia</i>	40
<i>Tabela 4 - Densidade populacional por freguesia</i>	41
<i>Tabela 5 - Variação grupos etários</i>	44
<i>Tabela 6 – Diversos Índices Sociais</i>	45
<i>Tabela 7 – Diversas Taxas</i>	45
<i>Tabela 8 - Taxa de atração e de repulsão interna</i>	46
<i>Tabela 9 - População Flutuante 2011</i>	47
<i>Tabela 10 - Núcleos familiares</i>	49
<i>Tabela 11 - Saldo Migratório, nos anos de 2009, 2011 e 2013</i>	53
<i>Tabela 12 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e 2013</i>	55
<i>Tabela 13 - Principais nacionalidades representadas no concelho de Odemira e em número e percentagem</i>	57
<i>Tabela 14 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira</i>	59
<i>Tabela 15 - Percentagem de residentes no concelho de Odemira, segundo a sua escolaridade</i> 60	
<i>Tabela 16 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAll, segundo o motivo e o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015</i>	63
<i>Tabela 17 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos na localidade de Odemira, Junta de Freguesia S. Salvador e Santa Maria, Junta de Freguesia de Longueira/Almograve e Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, segundo a sua nacionalidade, de julho de 2014 a fevereiro/2015</i>	65
<i>Tabela 18 - Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRE), por país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015</i>	66
<i>Tabela 19 - Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração</i>	72
<i>Tabela 20 - Nº de cidadãos estrangeiros que requereram os Apoios Sociais ao nível da Habitação, atribuídos pelo Município, nos anos de 2012 e 2014, segundo o sexo, o seu país de origem (Ucrânia) e outros países</i>	75
<i>Tabela 21 - Nº de trabalhadores residentes em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade, à data do fim do mês de fevereiro/2015</i>	76
<i>Tabela 22 - Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação</i>	78
<i>Tabela 23 - Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros Não-UE e naturais do estrangeiro no concelho de Odemira</i>	81
<i>Tabela 24 - Nº de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o seu país de origem, à data do fim do mês de fevereiro/2015</i>	89

<i>Tabela 25 - Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</i>	<i>92</i>
<i>Tabela 26 - Nº de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais existentes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem</i>	<i>97</i>
<i>Tabela 27 - Nº de encarregados de educação estrangeiros que integram os órgãos consultivos das escolas do concelho de Odemira nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, segundo o seu país de origem.....</i>	<i>98</i>
<i>Tabela 28 - Nº de docentes que lecionam a disciplina (ou o apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015.....</i>	<i>102</i>
<i>Tabela 29 - Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua</i>	<i>104</i>
<i>Tabela 30 - Nº de cidadãos estrangeiros abrangidos na formação PPT, ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014</i>	<i>108</i>
<i>Tabela 31 - Nº de cidadãos estrangeiros que concluíram a formação de aprendizagem de língua portuguesa, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014</i>	<i>108</i>
<i>Tabela 32 - Levantamento de dados qualitativos na área de Capacitação e Formação</i>	<i>109</i>
<i>Tabela 33 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cultura</i>	<i>113</i>
<i>Tabela 34 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde</i>	<i>117</i>
<i>Tabela 35 - Nº de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio, como vítimas ou agressores, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014</i>	<i>127</i>
<i>Tabela 36 - Nº de crianças e jovens sinalizados à CPCJ nos anos de 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e sexo.....</i>	<i>128</i>
<i>Tabela 37 - Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, nos anos de 2013 e 2014, segundo a sua freguesia de residência.....</i>	<i>129</i>
<i>Tabela 38 - Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros nos anos de 2013 e 2014</i>	<i>130</i>
<i>Tabela 39 - Levantamento de dados qualitativos na área de Solidariedade e Resposta Social</i>	<i>131</i>
<i>Tabela 40 - Nº de cidadãos estrangeiros recenseados no concelho de Odemira no ano de 2013</i>	<i>133</i>
<i>Tabela 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica</i>	<i>135</i>
<i>Tabela 42 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Participação Cívica</i>	<i>139</i>
<i>Tabela 43 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação</i>	<i>141</i>
<i>Tabela 44 - Levantamento de dados qualitativos na área de Relações Internacionais</i>	<i>144</i>
<i>Tabela 45 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011</i>	<i>145</i>
<i>Tabela 46 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião</i>	<i>146</i>
<i>Tabela 47 - Caracterização do Grupo 1- Cidadãos de Países da Europa de Leste.....</i>	<i>149</i>
<i>Tabela 48 - Caracterização do Grupo 2- Cidadãos de Países Asiáticos</i>	<i>150</i>
<i>Tabela 49 - Componentes de Bem-Estar expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste</i>	<i>151</i>

<i>Tabela 50 - Componentes de Bem-Estar expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos</i>	<i>152</i>
<i>Tabela 51 - Componentes de Mal-Estar expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste</i>	<i>153</i>
<i>Tabela 52 - Componentes de Mal-Estar expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos</i>	<i>153</i>
<i>Tabela 53 - Atitudes de Promoção do Bem-Estar para o próprio e para os outros, expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste.....</i>	<i>154</i>
<i>Tabela 54 - Atitudes de Promoção do Bem-Estar para o próprio e para os outros, expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos.....</i>	<i>155</i>
<i>Tabela 55- Pergunta 1. Porque escolheu vir para Portugal?.....</i>	<i>157</i>
<i>Tabela 56- Pergunta 2. Porque escolheu o concelho de Odemira para residir?</i>	<i>157</i>
<i>Tabela 57- Pergunta 3. Que dificuldades sentiu quando chegou ao nosso concelho?</i>	<i>158</i>
<i>Tabela 58- Pergunta 4. Sente-se integrado na comunidade portuguesa?.....</i>	<i>158</i>
<i>Tabela 59- Pergunta 5. Tem amigos portugueses?.....</i>	<i>159</i>
<i>Tabela 60- Pergunta 6. Já alguma vez se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos?.....</i>	<i>159</i>
<i>Tabela 61- Pergunta 7. Como avalia, em termos gerais, os serviços prestados pelas entidades a que já recorreram?.....</i>	<i>160</i>
<i>Tabela 62- Pergunta 8. Mantém-se informado em relação ao país de origem? Por que meios?</i>	<i>160</i>
<i>Tabela 63- Pergunta 9. Que projetos tem em relação ao futuro? Fixar-se neste concelho? Regressar o país de origem?</i>	<i>161</i>
<i>Tabela 64- Pergunta 10. Pretende acrescentar alguma ideia que não tenha sido abordada?.....</i>	<i>161</i>
<i>Tabela 65 - Resumo da Dimensão Estratégica</i>	<i>163</i>
<i>Tabela 66 - Dimensão Operacional da Área dos Serviços de Acolhimento e Integração</i>	<i>168</i>
<i>Tabela 67 - Dimensão Operacional da Área do Urbanismo e Habitação.....</i>	<i>173</i>
<i>Tabela 68 - Dimensão Operacional da Área do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo ..</i>	<i>175</i>
<i>Tabela 69 - Dimensão Operacional da Área da Educação e Língua.....</i>	<i>177</i>
<i>Tabela 70 - Dimensão Operacional da Área da Saúde</i>	<i>179</i>
<i>Tabela 71 - Dimensão Operacional da Área da Cidadania e Participação Cívica</i>	<i>180</i>
<i>Tabela 72 - Dimensão Operacional da Área da Solidariedade e Resposta Social</i>	<i>181</i>
<i>Tabela 73 - Dimensão Operacional da Área do Racismo e Discriminação.....</i>	<i>182</i>
<i>Tabela 74 - Modelo de Monitorização e Avaliação.....</i>	<i>185</i>
<i>Tabela 75 - Acompanhamento e Modelo de Governação.....</i>	<i>187</i>

Nota de Abertura

Desde a década de 90, o concelho de Odemira apresenta-se como destino de um crescente fluxo imigratório, contrariando a atual tendência nacional de diminuição da afluência de estrangeiros ao país para fixação. A este facto não será alheio a grande atratividade deste território proporcionado pela riqueza dos recursos endógenos, pela especificidade do clima, pela diversidade do território, pelo clima de segurança sentido, pela simplicidade e generosidade das suas gentes.

A globalização dos mercados mundiais, a mobilidade facilitada das populações, as necessidades de uma mão-de-obra disponível e com altos níveis de produtividade exigidas por uma crescente atividade agrícola, de caráter intensivo, criaram as condições favoráveis à fixação de um volume crescente de imigrantes (cerca de 12% da população residente, considerando os estrangeiros com processo de legalização concluídos, desconhecendo-se em exato quantos permanecem clandestinamente), oriundos dos países da Europa de Leste, mas também de origem asiática.

Esta nova realidade coloca grandes desafios a quem tem como missão encetar políticas públicas facilitadoras do desenvolvimento, da qualidade de vida e da coesão territoriais. Na verdade, o acolhimento indevido e a deficiente integração têm sido geradores de desequilíbrios ao nível social, cultural e ambiental que urge contrariar. Não obstante, este novo desafio que se coloca a Odemira é entendido como uma oportunidade dado os imigrantes constituírem um contributo para mitigar a reduzida densidade do território e a diminuição populacional, dinamizarem a economia local e proporcionarem o enriquecimento cultural do país.

No corolário desta posição enunciada, o Executivo Municipal assumiu a iniciativa de encetar um conjunto de medidas favorecedoras da inserção destas populações nas dinâmicas locais, criando condições para os devidos acolhimento e integração, minorando potenciais situações de exclusão social. Mas a convicção de que esta missão é complexa e multifatorial e por acreditar se tratar de um processo em que diversos atores são corresponsáveis num processo de mobilização e mudança, levou a que o Município chamasse a si todos os que, unilateralmente, lidavam com a matéria do fluxo imigratório, sem que encontrassem as estratégias de intervenção adequadas. Esta posição é transversal às políticas promovidas nas diversas áreas de intervenção municipal, por privilegiar os processos participados, consensualizados... a democracia participativa.

O desejo e impulso à ação, depressa acolheram outras disponibilidades, das quais se realça o do Alto Comissariado para as Migrações, criando-se as condições tidas como adequadas para que se iniciasse uma caminhada conjunta entre entidades, públicas e privadas, promotora de uma reflexão conjunta para uma intervenção mais consistente e integrada, repensando estratégias e criando uma rede de parceiros implicados no desenho de um conjunto de soluções contextualizadas à realidade específica dos nossos fluxos migratórios. Fundamentado num consenso alargado de conceção e implementação de uma estratégia, de acordo com pressupostos de uma governação integrada, o Plano que hoje se apresenta é, na sua essência,

o comprometimento de toda uma comunidade local para com uma sociedade mais coesa, intercultural e condigna.

O envolvimento político no arranque do processo, bem como na sua dinamização foi traço constante no trabalho desenvolvido, tendo como expoente significativo a designação dada à Plataforma/Consórcio de entidades criada – Comissão Municipal do Imigrante, posicionando a, e apesar de não institucionalizada, a par de outros fóruns de reflexão e deliberação em diversas áreas de intervenção municipal, tidas como importantes assembleias coadjuvadoras dos decisores políticos.

A envolvimento direta dos órgãos municipais na conceção e na implementação deste plano que hoje se inicia, é o garante de uma intenção clara e assumida em fazer de Odemira uma comunidade mais solidária, intercultural e coesa.

Odemira, 15 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Odemira



Eng.º José Alberto Candeias Guerreiro

1. Enquadramento

1.1 Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

O Município de Odemira aderiu à Rede dos Municípios Amigos da Diversidade (RMAD) em março de 2014. A integração nesta rede proporcionou a aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), ferramenta que permite aos municípios retratar a realidade local ao nível da Imigração, avaliando a eficácia das políticas locais imigratórias instituídas. A decisão de integrar a RMAD e o reconhecimento de que existem estratégias a melhorar ou a implementar, levou o Município de Odemira a proceder à Candidatura ao Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), sob patrocínio da Direção Geral da Administração Interna (DGAI) e do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), à Ação 4 – Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes (PMII).

O concelho de Odemira tem observado ao longo do tempo, a chegada de imigrantes ao território. Numa altura em que o número de imigrantes tem vindo a decrescer a nível nacional, no nosso concelho, o número de imigrantes subiu nos últimos anos. Dos imigrantes residentes no distrito de Beja, 47% (3189) residem no concelho de Odemira. Destes, 1127 são Nacionais de Países Terceiros (NPT), sendo a maioria de nacionalidade tailandesa, seguindo-se os imigrantes de nacionalidade brasileira (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 2013). A grande maioria destes, fixam-se na faixa litoral do concelho, uma vez que as grandes empresas agrícolas estão instaladas nesta zona e precisam de grande quantidade de mão-de-obra. A imigração originária da Ásia, coloca-nos novos problemas e desafios ao acolhimento e integração destes imigrantes, como seja a barreira linguística, as condições de habitabilidade e a sua participação e integração na comunidade local.

Este concelho depara-se com muitos dos problemas detetados a nível nacional. A diminuição e o envelhecimento da população, principalmente nas freguesias do interior, uma realidade que está a preocupar a Autarquia, comerciantes, empresários e a comunidade em geral. O desemprego e o insuficiente número de iniciativas empreendedoras, não colaboram para a fixação da população local. A imigração pode ser considerada um fator facilitador à resolução destes problemas se existirem políticas de acolhimento e integração ajustadas ao nosso território, sendo esta, a justificação para o Plano Estratégico para a Migração (PEM) 2015-2020 privilegiar iniciativas locais de acolhimento e integração dos imigrantes em várias áreas estratégicas como a educação, a formação profissional, a participação cívica e política, o empreendedorismo.

“ODEMIRA INTEGRA” é um projeto nascido da necessidade de melhorar e aumentar medidas de acolhimento e integração de imigrantes nacionais de países terceiros, numa forma concertada, participada e estruturada por todos os parceiros, uma vez que a integração dos imigrantes é vital para a coesão social e o desenvolvimento económico. Para possibilitar aos imigrantes sentirem-se parte da nossa comunidade, é preciso tratá-los de forma justa, assim como assegurar que possuem as ferramentas adequadas para participarem plenamente na nossa comunidade e na sociedade em geral. A integração é um processo contínuo e recíproco, que se baseia nos direitos mútuos e obrigações correspondentes quer dos imigrantes, quer da comunidade que acolhe.

1.2. Objetivos Gerais do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”

Com este projeto, pretende-se construir um PMII assente numa participação ativa de toda a comunidade, capaz de acolher e integrar os imigrantes nacionais de países terceiros numa perspetiva de diferenciação como enriquecimento cultural, social e económico e, simultaneamente, integrar e dar continuidade a projetos que já estejam implementados no nosso território. O período de execução do “ODEMIRA INTEGRA” será i de julho de 2015 e 31 de dezembro de 2017.

1.3. Estrutura do PMII

O Plano está estruturado segundo treze áreas de intervenção, tidas como base metodológica para a construção do diagnóstico e das delineações estratégica e operacional:

1. Acolhimento e Integração;
2. Urbanismo e Habitação;
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
4. Educação e Língua,
5. Capacitação e Formação, Cultura;
6. Cultura;
7. Saúde;
8. Solidariedade e Resposta Social;
9. Cidadania e Participação Cívica;
10. Media e Sensibilização da Opinião Pública;
11. Racismo e Discriminação;
12. Relações Internacionais;
13. Religião.

Integra uma caracterização enquadradora do território, com as suas principais dinâmicas e um diagnóstico local relativo à realidade vivida pelos cidadãos imigrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) no concelho, segundo as áreas de intervenção referidas anteriormente. Sustentadas pelo diagnóstico, foram delineadas uma dimensão estratégica e uma dimensão operacional, em linha com o que está definido no PEM 2015-2020, que serão orientadas e conduzidas por um sistema de monitorização e avaliação, concebido para acompanhar o período de implementação do Plano. As estratégias/medidas delineadas são direcionadas à população imigrante e à comunidade anfitriã, uma vez que não faz sentido só ter enfoque numas das partes.

1.4. Metodologia

A conceção do PMII é um processo, assente na partilha de informação, troca de experiências, sob uma coordenação empenhada em manter parcerias ativas e uma forte participação da decisora política responsável.

Como já foi referido no ponto 1.1., todo este processo se iniciou com a adesão à RMAD em março de 2014, a aplicação do IMAD e a Candidatura ao FEINPT, à Ação 4 – Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes.

Sentiu-se a necessidade de criar uma imagem identitária para o projeto “ODEMIRA INTEGRA”, com o objetivo de sensibilizar e informar a opinião pública sobre o processo que agora nasce.



A divulgação do Plano à comunidade de acolhimento, foi desde logo, uma prioridade assumida pelo Município e concretizou-se através das Rádios Locais e Rádio Nacional, Jornais Locais e veículos de comunicação da própria Autarquia. Queremos sensibilizar a opinião pública para a realidade imigrante vivida no nosso concelho e para as mais-valias que os cidadãos imigrantes trazem ao território, desde a riqueza da diversidade cultural, ao aumento do número de habitantes, até ao desenvolvimento económico do concelho.

Durante o processo de candidatura foram enviados convites a várias entidades com responsabilidade na matéria, juntamente com um resumo do que se pretendia com a mesma, para que integrassem a Plataforma, à qual se denominou Comissão Municipal do Imigrante (CMI). A CMI, revelou-se um dos fatores mais relevantes para o processo participativo se concretizar efetivamente. Fazem parte desta estrutura as seguintes entidades e cidadãos:

- Município de Odemira
- Assembleia Municipal
- Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
- Junta de Freguesia de Colos
- Junta de Freguesia de Relíquias
- Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras
- Junta de Freguesia Longueira/Almograve
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

- Junta de Freguesia de S. Teotónio
- Junta de Freguesia de Sabóia
- Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
- Junta de freguesia de Luzianes-Gare
- Junta de Freguesia de Vale de Santiago
- Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria
- Junta de Freguesia de S. Luís
- Autoridade para as Condições do Trabalho
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Centro de Saúde de Odemira
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Instituto da Segurança Social
- Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes
- Colégio Nossa Senhora da Graça
- Guarda Nacional Republicana
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
- TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira
- Empresa Driscoll's
- Empresa Fruta Divina
- Empresa Hortipor
- Empresa Vitacress
- Empresa Sudoberry
- Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano
- Representantes dos imigrantes

Sendo uma Plataforma de parceiros permanentes e não ocasionais, estes sentem uma responsabilidade, um envolvimento e um empenhamento intrínseco na abordagem à temática da imigração. O objetivo é rentabilizar os seus conhecimentos, as suas experiências e promover momentos de reflexão e análise.

São atribuições desta Comissão:

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o Plano;
- Fazer propostas de alteração ao Plano;

- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração central e local, instituições e empresas;
- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que de uma forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

No dia 25 de Novembro de 2014, realizou-se a primeira reunião da CMI, assumida como o primeiro fórum de reflexão/debate da temática da imigração no concelho e o início da recolha de dados qualitativos junto das entidades. Esta reunião contou com a participação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Eng.º. José Alberto Guerreiro, da Senhora Diretora do Centro Distrital de Beja do Instituto Segurança Social, Dra. Helena Barreto e da Sra. Vereadora da Ação Social e Presidente da CMI, Dra. Deolinda Seno Luís (da esquerda para a direita, na foto 1)

Foto 1 - Primeira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014



Foto 2 - Primeira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014



Este Fórum, participado por diversas entidades como se pode constatar na imagem acima apresentada, permitiu que cada entidade tivesse a oportunidade de revelar as suas preocupações e relatar a realidade com que se deparam diariamente, suportadas por três questões orientadoras da discussão:

1. Que entidade represento, quem sou e que funções desempenho.
2. O que conheço da realidade da imigração no concelho de Odemira.
3. Que expectativas tenho quanto à minha participação neste projeto.

Entre a primeira e a segunda reunião da CMI, foi elaborado o “Primeiro Levantamento Diagnóstico da População Imigrante Residente no Concelho de Odemira e Identificação de Potencialidades/Constrangimentos por Áreas”, suportado por dados estatísticos já existentes, no IMAD e nos testemunhos dos vários parceiros, retirados da Ata da primeira reunião da CMI.

A segunda reunião da CMI realizou-se no dia 20 de Janeiro de 2015. Efetuou-se a análise do “Primeiro Levantamento Diagnóstico da População Imigrante Residente no Concelho de Odemira e Identificação de Potencialidades/Constrangimentos por Áreas” e validou-se a Metodologia para a conceção do Diagnóstico, com a participação de todos os parceiros. Construíram-se seis grupos de trabalho por áreas de intervenção e todos os membros da CMI escolheram dois grupos para os quais pudessem dar os seus contributos no levantamento de constrangimentos e potencialidades.

Procedeu-se ao envio de convites a cidadãos para participarem nos *workshops*/grupos de trabalho, que pelas suas competências pessoais e profissionais, pudessem enriquecer esta fase participada do Diagnóstico.

Previamente à realização dos *workshops*, efetuou-se uma reunião de preparação com os moderadores dos grupos de trabalho.

A terceira reunião aconteceu no dia 9 de fevereiro de 2015, com a realização do *workshop*, onde os parceiros integram os grupos de trabalho temáticos da sua primeira opção, juntamente com os convidados.

Foto 3 - Terceira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014

Grupo 4 - Saúde / Solidariedade e Resposta Social



Foto 4 - Terceira Reunião da CMI- 25 de novembro 2014

Grupo 3 - Educação e Língua / Capacitação e Formação



No dia 23 de fevereiro realizou-se a quarta reunião, dando continuidade aos *workshops*, onde os parceiros integraram os grupos de trabalho da área que selecionaram como segunda opção. Os participantes convidados (distintos dos convidados para o primeiro *workshop*) também colaboraram na identificação dos constrangimentos e potencialidades.

Foto 5 - Quarta Reunião da CMI- 25 de novembro 2014

Grupo 5 - Cidadania e Participação Cívica / Media e Sensibilização da Opinião Pública



Foto 6 - Quarta Reunião da CMI- 25 de novembro 2014

Grupo 6 - Cultura / Religião / Racismo e Discriminação



A quinta reunião realizou-se no dia 25 de março e com a participação de todos os membros da CMI, onde se definiram a Dimensão Estratégica e Operacional do PMII, por áreas de intervenção.

Em todas as reuniões se produziram atas e eram controladas as presenças dos parceiros através de folhas de presença. É preciso dizer que todos os documentos produzidos são devolvidos aos parceiros e todas as decisões tomadas, são validadas em sede da CMI.

Apesar da CMI integrar dois representantes dos cidadãos imigrantes, participando ativamente no processo, pareceu-nos a todos, que seria importante ouvir um número mais representativo

de cidadãos imigrantes, abrangendo uma maior diversidade de nacionalidades, desempenhos profissionais, outras vivências e perceções sobre a realidade da imigração em Odemira.

Foram convidados cidadãos imigrantes, explicados os objetivos da reunião e formámos dois grupos:

Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes da Países da Europa de Leste Extra EU

Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos.

Foram aplicados dois métodos, com estratégias e objetivos participativos, o primeiro assente numa metodologia de promoção da corresponsabilidade a nível local, a Metodologia SPIRAL, focada numa panorâmica mais abrangente da realidade que nos rodeia e o Grupo Focal, considerado uma discussão estruturada com o objetivo de obter informação relevante sobre um tópico específico, neste caso, a imigração no concelho de Odemira. (Ver pontos 2.5.1., 2.5.2. e 2.5.3.)

O processo de coordenação do projeto também se revelou fundamental para o sucesso do envolvimento dos parceiros. Desenvolver e conduzir o processo com seriedade e responsabilidade, envolvendo sempre os parceiros, fazendo-os sentir que a sua participação/ os seus contributos são importantes, aumentou o seu grau de motivação. O agendamento de reuniões da CMI regulares e bem planeadas, com objetivos a atingir em cada reunião e manter um canal de comunicação ágil e sequencial, permitiu que todos estivessem informados e que revisitassem as várias fases. Estes são processos que conduziram a uma efetiva participação. Pretendeu-se que os parceiros participassem em todo o processo de conceção do PMII, desde o diagnóstico à definição das medidas e que se assumissem como responsáveis por aquelas que se enquadram dentro do seu âmbito de atuação.

Durante a fase de elaboração do Diagnóstico, além da recolha de dados qualitativos, procedeu-se à recolha de dados quantitativos junto de fontes de âmbito nacional e solicitámos, a nível local, dados a várias entidades. Foram consultadas várias obras bibliográficas de referência e sítios web para o conhecimento e enquadramento do tema.

1.5. Processo de Consulta Pública

A consulta pública constituiu-se como um processo participativo cujo objetivo principal foi recolher contributos e posições respeitantes ao tema da imigração. Permitiu, assim, o envolvimento da comunidade no planeamento estratégico de melhoramento de uma situação que a todos afeta. A equipa envolvida na conceção de um plano estratégico incorporou as propostas recebidas, garantindo assim a participação do público nas políticas definidas a nível nacional ou local.

O Projeto “ODEMIRA INTEGRA”, sempre procurou que a conceção do PMII tivesse uma participação o mais alargada possível e por isso, pretendeu desde o início, divulgar à comunidade em geral o seu progresso nas suas fases de desenvolvimento utilizando para o efeito, vários meios de comunicação local e nacional, como já foi referido anteriormente no ponto 1.4. Criou e divulgou, simultaneamente, um email para recolha de contributos,

pm.imigrantes@cm-odemira.pt e um folheto com a informação mais pertinente ao conhecimento do projeto (Anexos 1 e 2). O processo de consulta pública culminou com o Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira” (Anexo 3), realizado no dia 29 de maio de 2015, na vila de S. Teotónio, aberto a toda a população. Estiveram presentes e participaram no evento decisores políticos, diversos convidados especialistas na matéria e entidades, em cujas atividades lidam com a população imigrante. Este Seminário, após a apresentação do Diagnóstico, da Dimensão Estratégica e da Dimensão Operacional, proporcionou a análise e a reflexão respeitantes a questões da realidade da imigração no concelho, nas mais diversas áreas e momentos interculturais com alunos e outros cidadãos imigrantes.

Foto 7 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



A Mesa de Abertura, composta pela Presidente da TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Dra. Telma Guerreiro, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais do Alto Comissariado para as Migrações, Dra. Paula Moura, a Diretora do Centro Distrital da Segurança Social, Dra. Helena Barreto e o Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Eng.º. José Alberto Guerreiro.

Foto 8 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



A Presidente da CMI, Vereadora Deolinda Seno Luís apresenta o Projeto “ODEMIRA INTEGRA”.

Foto 9 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



Momento Intercultural, proporcionado por uma turma, constituída por alunos estrangeiros e nacionais, do 1º Ciclo do Ensino Básico de S. Teotónio.

Foto 10 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



Painel relativo às “Perspetivas da Imigração em Odemira”, por parte de várias entidades e parceiras da CMI, cuja ação se desenvolve no concelho de Odemira, como as Juntas de Freguesia de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes, a Autoridade das Condições para o Trabalho (ACT), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Associação do Horticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA).

Foto 11 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



“À Conversa com... os Imigrantes do Concelho de Odemira”, momento preenchido com o relato de histórias de vida de seis cidadãos imigrantes de diversas nacionalidades: indiana, ucraniana, holandesa, cabo-verdiana, búlgara e nepalesa, moderado pela Dra. Isabel Vilhena, responsável pelo Setor de Comunicação e Informação do Município de Odemira.

Foto 12 – Seminário “Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”



“Mostra Gastronómica”, composta por pratos e produtos originários de vários países.

1.6. Processo Conducente à Aprovação do PMII

O processo de aprovação do PMII envolveu várias estruturas locais.

Em primeiro lugar, a CMI aprovou a versão final do PMII, em reunião agendada para o efeito. De seguida, foi apresentado e submetido à aprovação do CLASO, no âmbito da Rede Social, uma vez que esta é a estrutura integradora de todas as políticas sociais definidas no território. Finalmente, submetida à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, assumindo-se, desta forma, o comprometimento e o compromisso dos órgãos autárquicos nas intenções enunciadas e na execução do Plano.

2. Diagnóstico

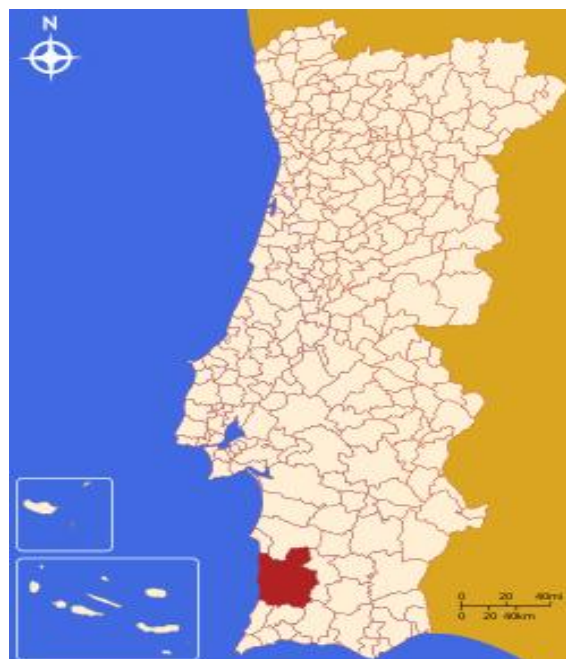
O diagnóstico teve como finalidade caracterizar o contexto o mais rigorosamente possível e, consequentemente, definir relações causais e integrá-las no contexto económico, social, cultural e político local. Um diagnóstico é o garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais, bem como à eficácia de qualquer projeto de intervenção. Como critérios para a elaboração deste diagnóstico elegemos a participação, a clareza, a pertinência e a qualidade, percorrendo as várias fases da sua estrutura:

1. Recolha de dados qualitativos (*Workshops e Focus Group*)
2. Recolha de dados quantitativos
3. Pesquisa bibliográfica
4. Tratamento dos dados recolhidos
5. Análise e interpretação dos problemas/constrangimentos
6. Estabelecimento de prioridades

2.1. Contextualização e Breve Resenha Histórica do Concelho de Odemira

O território de Odemira fica situado no Sudoeste Alentejano, estendendo-se por uma área de 1 720,2 Km². Constituindo-se como o maior concelho do país, corresponde a 1,9% da área do continente, 6,6% da região Alentejo, 32,7% do Alentejo Litoral e 16,8% do distrito de Beja.

Figura 1 - Concelho de Odemira em Portugal



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Odemira>

O concelho de Odemira encontra-se na interseção de duas regiões, a do Alentejo Litoral e a do Baixo Alentejo, a cujo distrito sempre pertenceu administrativamente. No entanto na perspetiva da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) III, integra-se no Alentejo Litoral, bem como à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.

Figura 2 - Alentejo Litoral



Fonte: <http://litoral-alentejano.com>

Figura 3 - Baixo Alentejo



Fonte: <http://beja.blogs.sapo.pt/8594.html>

É limitado a oeste pelo oceano Atlântico, com uma faixa costeira de 55,2 km e 12km de praias, a sul confina com o Algarve separado do concelho de Aljezur e do concelho de Monchique pela ribeira do Ceixe, também faz fronteira com Silves. A norte tem os concelhos de Sines e Santiago do Cacém, e a leste, o concelho de Ourique.

Este território, cuja sede é a vila Odemira, passou a contar com 13 das 17 freguesias que o constituíam, fruto da reorganização administrativa do concelho. Assim, uniram-se as freguesias de São Salvador e Sta. Maria, a Zambujeira do Mar reintegrou-se em São Teotónio, Pereiras-Gare em Santa Clara-a-Velha e a de Bicos em Vale de Santiago.

A distância média das freguesias à sede do concelho é de cerca de 25 Km. As principais localidades são Odemira, V.N. Milfontes, São Teotónio, São Luís e Colos. Com uma localização quase central no concelho, a vila de Odemira encontra-se a 190 km de distância de Lisboa, a 490 km da cidade do Porto e a 92 km de Beja, capital do Distrito.

Figura 4 - Freguesias e concelhos adjacentes do território Odemira



Fonte: SIG

2.1.1. Características Morfológicas

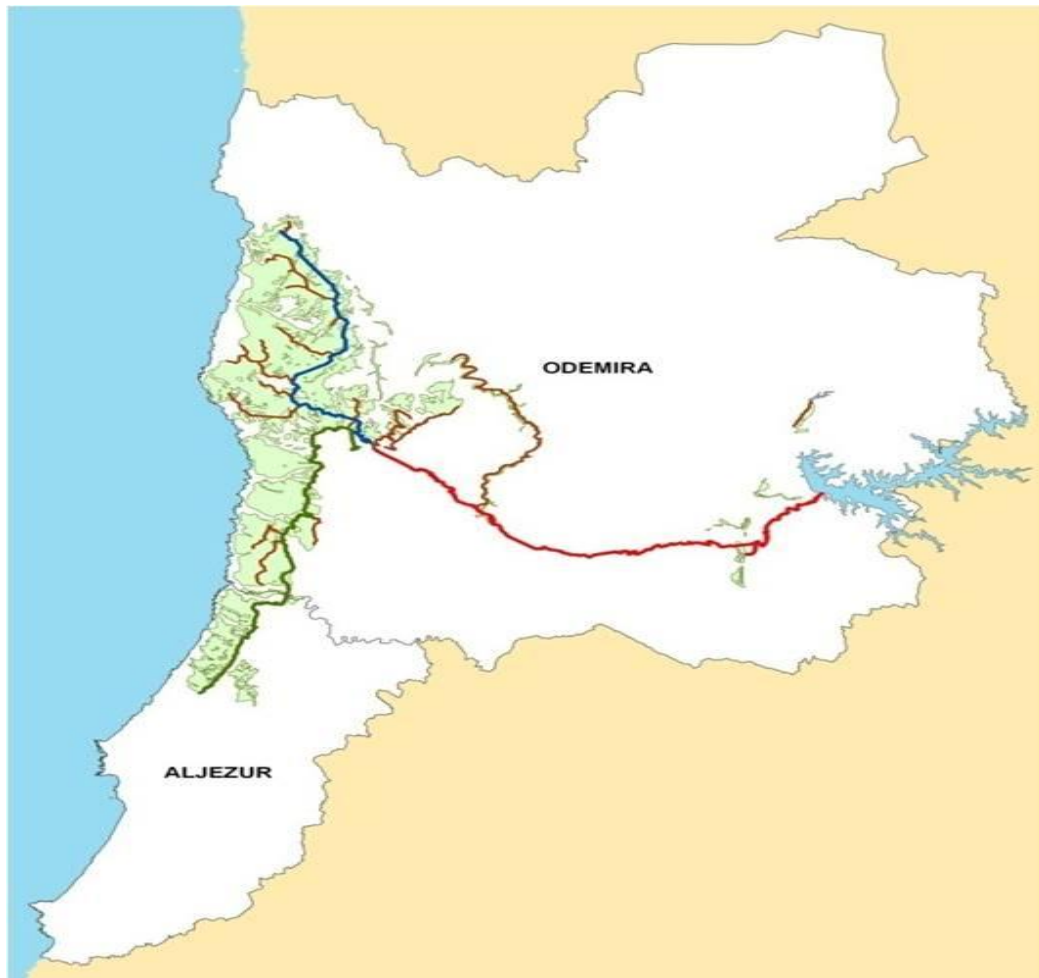
O concelho é atravessado no sentido SE/NW pelo rio Mira que tem o seu estuário em Vila Nova de Milfontes, encontrando-se represado a jusante pela grande Barragem de Sta. Clara a Velha. As terras da maior parte do território tem solos muito pobres e 70% estão sujeitas à erosão. Os solos agrupam-se por 4 zonas, com as características que lhes são inerentes: Serra, Charneca, Subserra e Várzeas. É marcado longitudinalmente por características e realidades diferentes, que lhe conferem um carácter distinto em relação a outros concelhos e um tratamento dos problemas muito localizado, atendendo à especificidade de cada zona.

Quando se afirma que Odemira é o “Alentejo Todo Num Só Concelho”, para além das características gerais que neste território se concentram, a geomorfologia deste território justifica só pela sua variedade a fundamentação desta afirmação. Se o interior revela paisagens de enorme beleza, Odemira orgulha-se de ter também das mais belas praias do país e a costa mais preservada da Europa, verdadeiros cartões-de-visita que atraem milhares de turistas durante o Verão. Odemira congrega no seu território a planície, a serra e o mar, apresentando-se em duas áreas distintas:

A do interior, de topografia difícil e acidentada, dominada pela Serra do Cercal e pelo prolongamento da Serra de Monchique, apresenta uma variação altimétrica até 516m de altitude e ocupa 60% do território concelhio. A morfologia dos terrenos torna-os de difícil acesso, sendo determinante no isolamento da população, que em invernos mais chuvosos fica incomunicável. Nas últimas décadas, o investimento em caminhos rurais, instalação de manilhas e pontões, transportes escolares e eletrificação tem sido muito significativo, mas sempre incompleta, dada a extensão do território.

Os solos predominantes são do tipo D e E, adequando-se a sua utilização somente à silvicultura e pastorícia. Com efeito, esta paisagem é dominada por grandes florestas de eucaliptos, sobreiros, medronheiros e estevas, constituindo-se como a maior mancha florestal do país.

Na zona interior integra-se aquela que já foi considerada a maior barragem de Portugal, a de Santa Clara-a-Velha, terminada em 1973. Fornece o abastecimento urbano, industrial e piscicultural. É fonte da irrigação que contribui para a riqueza agrícola do litoral numa área de 12.000ha, mas equipada para um total de 15.200ha. Distribui-se numa extensão longitudinal de 41km e com uma rede de adução de 598km.

Figura 5 - Barragem e perímetro de rega do Mira

Fonte: <http://www.abm.pt/pt/mira>

A faixa litoral constitui-se como uma extensa charneca terminando em elevadas falésias de xisto, ou em composições dunares nas zonas mais baixas. Com uma natural vocação turística, coexistem também aqui as terras abrangidas pelo perímetro de rega do Mira, que integram a Reserva Agrícola Nacional, cujo aproveitamento se faz com agricultura intensiva (horticultura, fruticultura e floricultura, ou culturas forrageiras para gado bovino, cuja produção pecuária também ela é intensiva (raças Limousine e Holstein frísia). Quer as condições climáticas específicas, quer a rega e o fraco povoamento, proporcionam um franco desenvolvimento do setor primário no concelho.

Não obstante, o impacto socioeconómico e ambiental na década de 90 provocado pelo colapso da megaempresa Odefruta (550ha), a agricultura intensiva recuperou e multiplicaram-se as empresas aqui a laborar. Funcionam em pleno e 70% por cento da sua produção é exportada. Em abril de 2011 empregavam 2.500 pessoas (Abril 2011, entrevista AHSA).

A excelente qualidade das águas costeiras, pelo temperamento agreste do Atlântico aliado a cargas poluentes quase nulas, torna as praias muito atrativas e procuradas por muitos pela sua

beleza natural, apesar das águas frias. Estas circunstâncias também favorecem uma fauna e flora aquática muito rica e saudável. Nos estuários os bivalves proliferam e as lontras encontram ainda, aqui um habitat ideal. A ameaça situa-se a Norte com o porto e indústria de Sines, mas também com as extensas faixas de estufas paralelas ao litoral, cujos efluentes por vezes contaminam as pequenas ribeiras que desaguam na costa.

Podemos ainda considerar uma outra zona, que não sendo relevante, apresenta ainda outras características. Na zona Nordeste do concelho existe ainda uma outra nuance sobre o território. Em Vale de Santiago prolonga-se a peri-planície Alentejana. Bicos é também planície, mas com terrenos muito ricos atravessados pela Ribeira de Campilhas e respetiva Barragem, que dinamizaram também aqui a cultura de regadio.

Leituras do território mais recentes consideram que o concelho se divide em três faixas longitudinais: “A faixa central, recortando o concelho de sul para norte, faz a transição orográfica entre a charneca, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior. Neste espaço encontramos os principais aglomerados urbanos do concelho, tais como São Teotónio, Boavista dos Pinheiros, Odemira e São Luís. Esta faixa central corresponde ao espaço dos serviços públicos, das principais unidades comerciais e dos principais parques de fixação de empresas”¹. Na realidade esta faixa e povoações desenvolveram-se ao longo da Estrada Nacional nº120, elemento agregador e potencializador de desenvolvimento. Na perspetiva da distribuição das atividades humanas no território, a integração faz mais sentido e enriquece o seu ordenamento. Segundo o Dr. João Ferrão² esta faixa iria denominar-se central transição, a faixa do interior, a serra, e finalmente, a do litoral.

2.1.2. O Clima do Concelho

O clima do concelho caracteriza-se por ventos dominantes de NW e SW, situando-se a temperatura média anual nos 16°- 17,5°, com grandes amplitudes térmicas, aumentando à medida que se avança para o interior. De características mediterrânicas, apresenta um decréscimo de precipitação no mesmo sentido do aumento da temperatura para Sul e para Leste. O período seco é, em regra, de 3 a 4 meses (junho, julho, agosto e setembro), podendo atingir os 5 meses nas zonas sul e interior da região. O relevo ou a proximidade do mar permitem, no entanto, a ocorrência de algumas áreas com valores de precipitação superiores, como é o caso de Odemira, que em relação a outras áreas do Alentejo, regista uma maior pluviosidade. A latitude e a proximidade do mar condicionam fortemente o clima, em que a seca devida à fraca precipitação é atenuada, nos meses de Verão, pela forte humidade relativa. É igualmente a presença do mar que está na origem da suavidade dos Invernos e dos Verões. Esta é uma zona com vários microclimas, dominando um clima temperado e no litoral não se observa a ocorrência de geadas.

Todo o seu litoral e estuário do rio encontram-se abrangidos pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). Estendendo-se de S.

¹ http://www.cm-odemira.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=30004

² Jornadas de Desenvolvimento – Processo de revisão do PDM de Odemira -, 30/01/2015

Torpes ao Burgao, com 75 000ha, constitui uma das faixas litorais menos afetadas pela intervenção humana, conservando características biofísicas e ecológicas únicas na Europa.

2.1.3. Fauna e Flora

De um modo geral, as espécies arbóreas predominantes no concelho são: o Sobreiro (*Quercus suber* L), que ocupa cerca de 30% da área florestal do Concelho e a Azinheira (*Quercus rotundifolia*). No seu conjunto, o montado ocupa uma área de 50.000 ha de terras. Outra mancha florestal importante é a de eucalipto (*Eucalyptus globulus*), com 45.000 ha e Resinosas (Pinheiro bravo e manso), com 5.000 ha, de área ocupada respetivamente. Um total de 110 000 ha de mata, são ameaçados anualmente pelo flagelo dos incêndios.

O território de Odemira oferece também um habitat privilegiado para a fauna, que aqui encontra zonas de alimento, repouso e de abrigo. É no domínio da avifauna que o concelho assume uma importância particular, dado o invulgar número de espécies que predominam. Encontram-se espécies como a Cegonha branca, a Gaivota, a Águia pescadeira, o Falcão-peregrino, aves migradoras e muitas outras. Abundantes são também os javalis, coelhos-bravos, lebres e saca-rabos.

No Rio Mira, existe um único aproveitamento hidráulico da bacia: a Barragem de Santa Clara, situada na fronteira entre os concelhos de Ourique e Odemira. A Bacia Hidrográfica do Rio Mira cobre 1.576 Km² é delimitada a Norte pela bacia do Sado, a Leste pela do Guadiana e a Sul pelas bacias das ribeiras do Algarve. Os seus principais afluentes são, na margem direita, as ribeiras de Perna Seca, Luzianes e Torgal e, na margem esquerda, as ribeiras de Guilherme, Telhares e Macheira. As águas calmas do Rio Mira banham Santa Clara-a-Velha, Odemira e Vila Nova de Milfontes e é possível a navegação de pequenas embarcações desde a foz até à vila de Odemira (aproximadamente 33 km). A sua existência foi preponderante para a importância histórica de Odemira.

2.1.4. História da Vila de Odemira

Historicamente, a vila de Odemira é um núcleo urbano fortificado desde a idade do ferro, que aí se constituiu pelas várzeas férteis, segurança e acessibilidade garantidas pelo rio Mira, que permitia o escoamento dos produtos da área rural envolvente e o abastecimento de géneros importados do exterior, tendo o seu porto flúvio-marítimo funcionado até meados do século XX. A sua importância prendia-se com a posição estratégica que ocupava, quer para os povos que exerceram o seu domínio neste território, quer para os que aqui comerciaram. “Odemira (cujo antigo nome ainda desconhecemos) foi um importante empório comercial, talvez até com maior peso, à época, na região sul portuguesa, do que tem hoje. As razões podemos encontrá-las no rio: era, na Antiguidade, um braço de mar que permitia a navegação a grandes navios mercantes que traziam produtos do Mediterrâneo e exportavam os metais da serra. O rio era, na altura, a via rápida que tarda hoje” (p.33, Jorge Vilhena in Propesca).

Há provas de ocupação deste atual território que remontam ao Paleolítico Inferior, cerca de 500 mil anos, desde a proto-história, assumindo esse sítio uma capitalidade continuada. Ao todo, conhecem-se atualmente no Município de Odemira cerca de 600 estações ou registos arqueológicos. Existem mesmo vestígios de inúmeras povoações antigas que se localizavam ao largo de Vila Nova de Milfontes, a cidade de Oxthacas destruída pelos romanos em 152 a.C.. Mais antigas ainda são as muralhas vitrificadas, cujo mistério permanece por resolver. No período tardo-glaciar (10 mil Before Present), o território estendia-se até 100 m abaixo do atual nível do mar e a costa 10 km a oeste. A proximidade geográfica do sudoeste peninsular a Gibraltar e Marrocos, bem como a existência de artefactos idênticos permite pensar numa circulação de homens neste espaço desde há um milhão de anos (Vilhena, 2013).

Mais recentemente e durante o período da idade do ferro (séc. VIII a.C.) até à idade do bronze (séc. V a.C.) constata-se a presença de outros povos vindos da Europa e do Mediterrâneo (Fenícios e Egípcios). Durante este período houve um franco desenvolvimento socioeconómico da região devido à acessibilidade privilegiada proporcionada pelo porto flúvio-marítimo de Odemira. Este proporcionava condições de segurança e de navegação que permitiam a prática do comércio, o escoamento dos minérios da serra, da cortiça e dos cereais. Neste período, floresceu nesta região a civilização Tartéssia, civilização esta, que atingiu um estágio de desenvolvimento cultural, permitindo-lhe criar a primeira escrita da Ibéria, conhecida como a 'escrita do sudoeste' (séc. VII e V a.C.).

Durante a ocupação romana, a exploração das potencialidades económicas da região expandiram-se, o mesmo se verificando no período visigótico. No entanto, a ocupação islâmica quase não deixou aqui vestígios, pois, esta era uma zona periférica aos centros ibéricos desta civilização, preferencialmente situados longe da orla costeira, mas próximos de rios. Com a reconquista cristã, o estuário do Mira viria a perder toda a importância que ainda lhe restava, dentro do panorama de declínio civilizacional da época medieval. Já na alta idade média o território a norte do rio Mira foi atribuído à tutela da Ordem de Santiago. A zona a sul do Rio Mira viria a constituir o condado de Odemira, tornando-se num enclave real, fruto do litígio entre o rei e o conde de Odemira, determinando o declínio da região e a perda da sua importância económica e estratégica (Quaresma, 2003:21).

O território, na zona de Vila Nova de Milfontes, encontrava-se tão deserto de gentes, que para promover o seu povoamento, D. João II atribuiu-lhe o estatuto de 'couto de homiziados' no séc. XV (local de asilo de alguns condenados pela justiça por delitos menores, que assim obtinham o perdão mediante a sua apresentação obrigatória ao escrivão da Câmara, sendo-lhes autorizado o porte de armas e isenção de encargos fiscais.)

Dado o isolamento terrestre de que padece a sede de concelho, tornou-se uma área marginal. Com foral de 1256, anexou já no séc. XIX os concelhos de Vila Nova de Milfontes e de Colos, a intenção Real era a de povoar e defender as terras de Odemira, recorrendo também aos homiziados como lavradores, oferecendo-lhes terras. Durante cerca de 4 séculos foi condado e esteve no cerne de trocas sucessivas entre o Rei, os Nobres e a ordem de Santiago. O interesse de Odemira prendia-se com o montado, o gado, o porto de mar e os filões de metal.

2.2. A População

2.2.1 Evolução Demográfica

Na primeira metade do séc. XVI (1532) foi feito o primeiro censo populacional. Contaram-se 466 núcleos familiares, o que daria cerca de 1864 pessoas, numa área concelhia de 1100km², uma densidade populacional de 1,6 habitantes por Km². O concelho de Colos, com 110km², contaria com cerca de 732 habitantes, 5,7hab/km² (Quaresma, 2006:125).

No séc. XVIII, após o terramoto, foi realizado um inquérito às paróquias acerca do estado dos termos concelhios e das suas gentes. Neste segundo censo da população (1758), o território concelhio contava com cerca de 7585 habitantes, contando apenas as pessoas com mais de 7 anos. A população no território atual distribuía-se da seguinte forma:

Tabela 1- População do concelho de Odemira em 1758

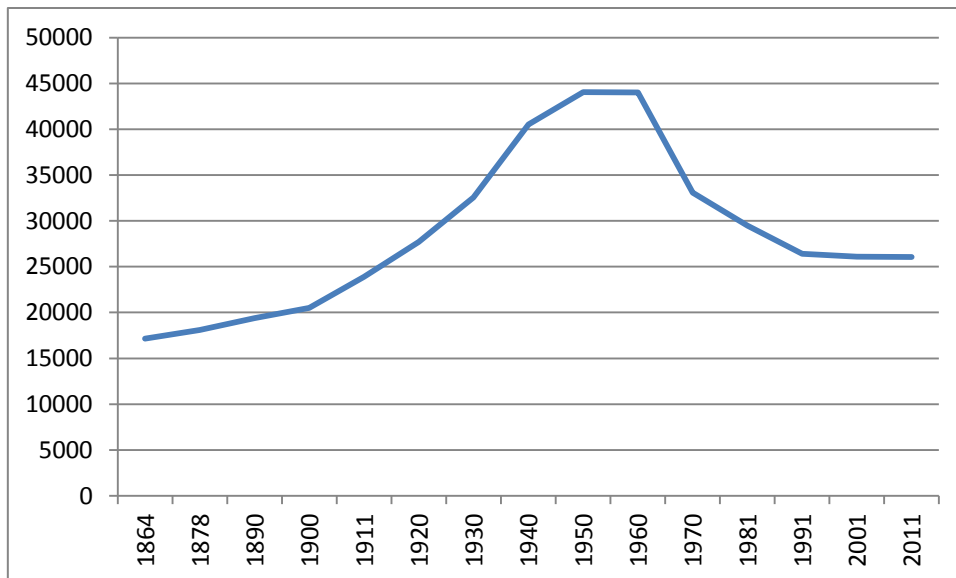
Freguesias	Pessoas
Salvador	650
Santa Maria	490
Relíquias	700
S. Luís	430
S. Teotónio	1130
Saboia	1000
Sta. Clara a velha	665
V. N. Milfontes	364
São Martinho das Amoreiras	1072*
Vale de Santiago	415*
Colos	669
Total	7585

Fonte: (Quaresma, 2006:236) * recolhido em 1786

Mais recentemente, a partir da segunda metade do séc. XIX, a recolha de dados da população começou a ser mais sistematizada e regular, realizando-se o primeiro censo científico à população em 1864.

2.2.2. Evolução População Residente

Gráfico 1 - Evolução da população no concelho de Odemira numa temporalidade média



Fonte: Censos, resultados definitivos – 2011

Analisando a evolução populacional numa temporalidade mais recente, mas de modo a podermos visualizar os grandes momentos de êxodo emigratório do séc. XX, podemos nos aperceber, que também aqui este teve o seu peso na perda populacional, sobretudo nos anos 70. Até ao final do século, a perda continuou a ser acentuada, pois até então, o fraco desenvolvimento socioeconómico do concelho não era apelativo à fixação da população.

Tabela 2 - Saldos Fisiológicos nos últimos 60 anos

Ano	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
População	44050	43999	33068	29463	26418	26106	26066
Saldo	8%	-1,10%	-25%	-11%	-10%	-1,20%	-0,10%

Fonte: Censos, resultados definitivos

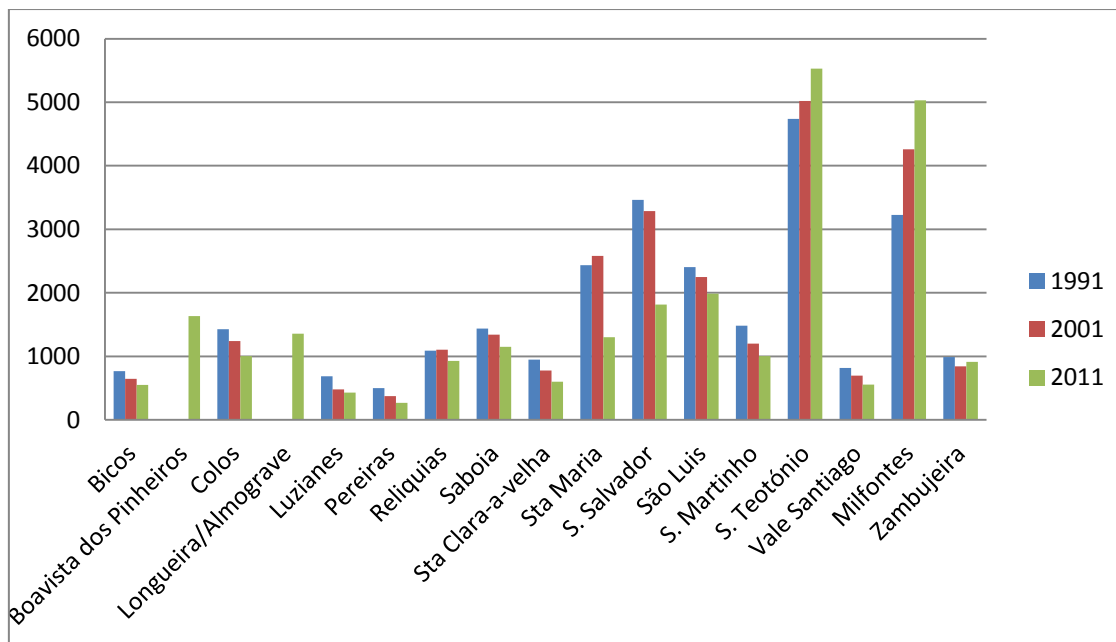
A perda de população nos últimos 50 anos teve uma média decenal de -8%. Contudo, nas últimas duas décadas, a redução quase que estabilizou, passando de -1,2% para -0,1%, demonstrando claramente que a tendência de desertificação da segunda metade do séc. XX, nas duas últimas décadas está a diminuir ou até mesmo com tendência a inverter-se, devido ao fluxo imigratório crescente. As causas económicas são sobejamente conhecidas, pois de facto nenhum dos setores económicos é atrativo para os jovens residentes, que buscam sempre um futuro e condições melhores nas zonas urbanas.

Tabela 3 - Saldos fisiológicos por freguesia

FREGUESIAS	POPULAÇÃO			Saldo fisiológico total
	1991	2001	2011	1991-2011
Bicos	770	649	549	-28%
Boavista dos Pinheiros	*	*	1633**	*
Colos	1428	1243	1005	-29%
Longueira/Almograve	*	*	1356**	*
Luzianes	689	480	429	-38%
Pereiras	501	373	271	-46%
Relíquias	1089	1108	931	-15%
Saboia	1437	1344	1152	-20%
Sta Clara-a-Velha	948	780	602	-36%
Sta Maria	2435	2580	1301**	-46%** ³
S. Salvador	3461	3285	1818**	-67%** ⁴
São Luís	2405	2249	1989	-17%
S. Martinho	1481	1199	1006	-32%
S. Teotónio	4738	5019	5527	16%
Vale Santiago	816	695	554	-32%
Milfontes	3228	4258	5031	56%
Zambujeira	992	844	912	-8%
TOTAL	26418	26106	26066	-1,3%

Fonte: Censos, resultados definitivos

Gráfico 2 - Evolução populacional por freguesias



³ Foram retirados cerca de 1633 pessoas ao contingente da freguesia de Santa Maria, para a recém-criada freguesia da Boavista. Somando os dois valores, caso esta freguesia não existisse o total de Santa Maria para 2011 seria de cerca de 2934, ou seja um aumento de população em 20% (considerando que o total provinha somente de Santa Maria), mas este aumento concentrou-se na Boavista e na sua crescente povoação.

⁴ Com a freguesia de São Salvador, a situação é semelhante à anterior, foram-lhe retiradas 1356 pessoas para a nova freguesia de Almograve/Longueira. Se esta se tivesse mantido única a sua população total em 2011 seria de 3174, ou seja teria havido um decréscimo natural na ordem dos 8%.

Fonte: Censos, resultados definitivos

2.2.3. Distribuição Espacial

De seguida, iremos analisar o modo como a população se distribui pelas freguesias a sua evolução a este nível de desagregação e a densidade populacional. Uma vez que iremos utilizar os dados dos Censos, iremos também optar pela divisão administrativa das 17 freguesias e não a das atuais 13, considerando ainda que iremos compreender 3 períodos para termos de comparação: 1991, 2001 e 2011.

A assimetria que se verifica no concelho, ao nível da geografia, também acontece na distribuição populacional no território.

Quando analisamos o valor dos saldos demográficos, vemos o desequilíbrio que existe entre as freguesias, pois só duas delas têm valores positivos, Vila Nova de Milfontes e São Teotónio, existindo outras que perderam mais de 40% da sua população na vintena de anos considerada, dentro do mesmo concelho.

Contudo, no total do concelho, a perda de população desacelerou. Para este período foi de menos 1,3%, devendo-se este valor a outros fatores que analisaremos adiante, tais como a imigração.

A densidade populacional na Europa (28) é de 116,3 hab/km², a nacional é de 114,5 hab/km², a do Alentejo é de 24 hab/km², do Alentejo litoral é de 18,4 hab/km² e a do concelho de Odemira é 15,1 hab/km². A densidade demográfica encontra nestes dois exemplos os extremos existentes no mesmo concelho, no primeiro caso, Pereiras-Gare e de Luzianes-Gare com 4,5 hab/km² e no segundo, Vila Nova de Milfontes com 65,8 hab/km².

Tabela 4 - Densidade populacional por freguesia

Freguesia	Área/km ²	Nº Habitantes/ 1991	Nº Habitantes/ 2001	Nº Habitantes/ 2011	Dens. Pop./ 1991	Dens. Pop./ 2001	Dens. Pop./ 2011
Bicos	52,6	770	649	549	14,6	12,3	10,4
Boavista dos Pinheiros	37,8	1217	1290	1633	32,2	34,1	43,1
Colos	103,5	1428	1243	1005	13,8	12,0	9,7
Longueira/Almogrove	91,7	1731	1643	1356	18,9	17,9	14,8
Luzianes-Gare	94,4	689	480	429	7,3	5,1	4,5
Pereiras-Gare	63,9	501	373	271	7,8	5,8	4,5
Relíquias	120,1	1089	1108	931	9,0	9,2	7,8
S. Luís	146,6	2405	2249	1989	16,4	15,3	13,6
S. Martinho das Amoreiras	144,2	1481	1199	1006	10,3	8,3	7,0
S. Salvador	61,7	1730	1642	1818	28,0	26,6	29,5
S. Teotónio	306,8	4738	5019	5527	15,5	16,4	18,0
Sabóia	155,4	1437	1344	1152	9,2	8,6	7,4
Santa Clara-a-Velha	99,7	948	780	602	9,5	7,8	6,0
Santa Maria	59,3	1218	1290	1301	20,5	21,7	21,9
Vale de Santiago	65,9	816	695	554	12,4	10,5	8,4
Vila Nova de Milfontes	76,5	3228	4258	5031	42,2	55,7	65,8
Zambujeira do Mar	40,9	992	844	912	24,2	20,6	22,3
Total		26418	26106	26066			

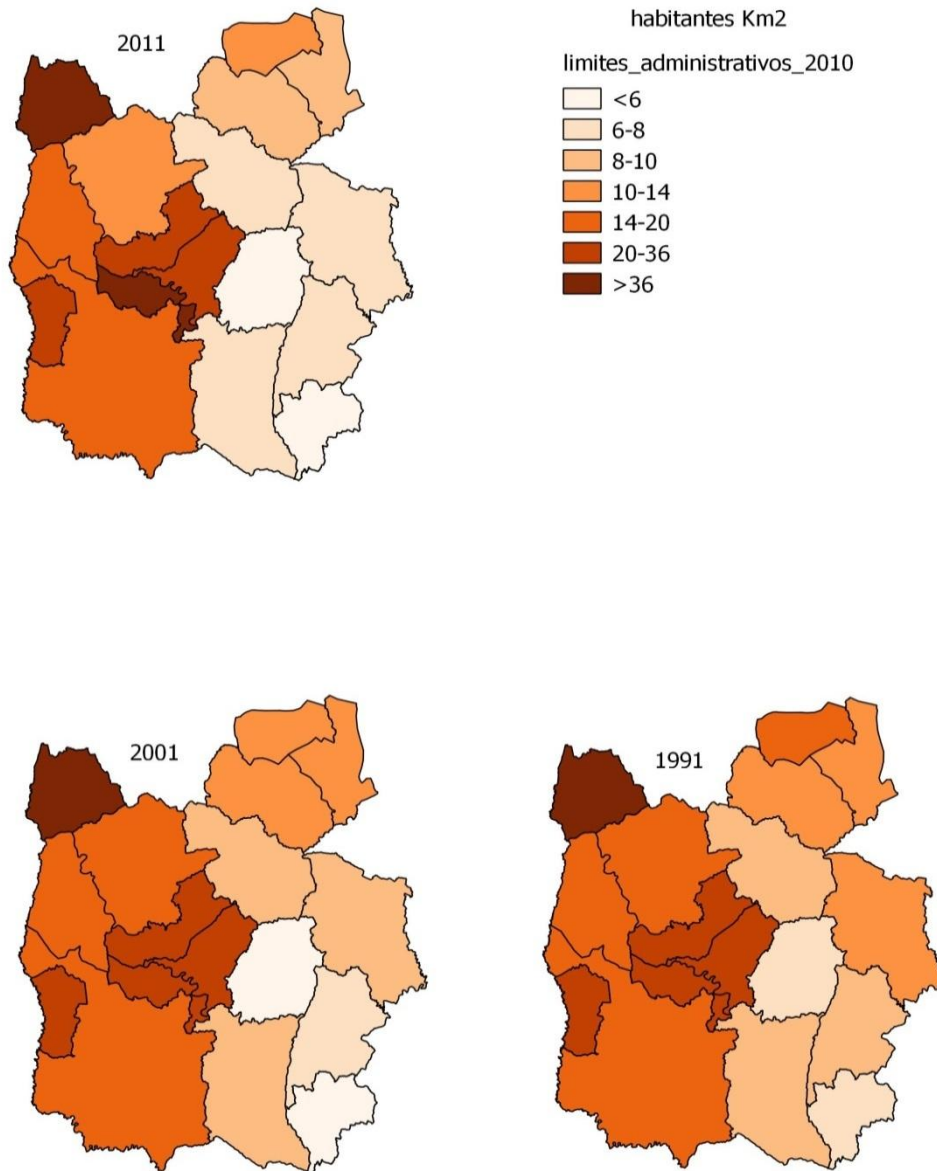
Fonte: Censos e SIG

Note-se que para preencher os espaços vazios das freguesias mais recentes de Longueira/Almograve e Boavista dos Pinheiros, os valores das freguesias de origem São Salvador e Santa Maria, foram divididos em dois.

Mais facilmente visualizamos no mapa a tendência das densidades populacionais.

Figura 6- Densidades populacionais

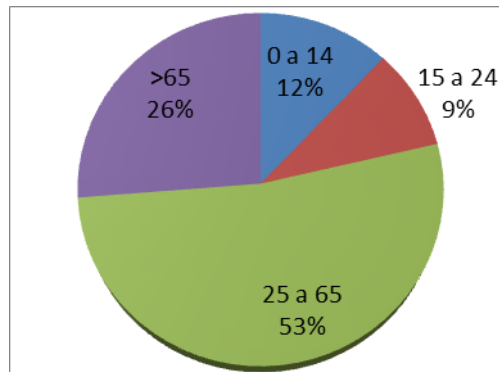
DENSIDADE POPULACIONAL



2.2.4. Estrutura Etária

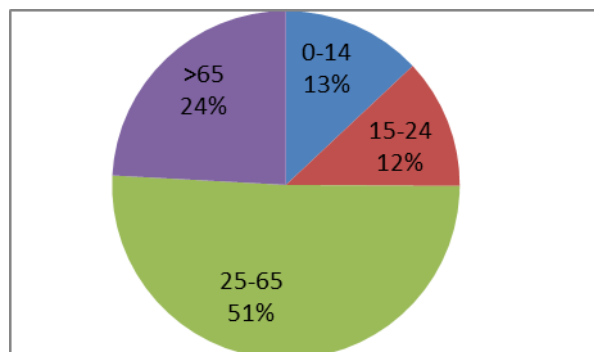
A análise da população residente segundo os grupos etários, permite visualizar as frações das crianças, dos jovens estudantes, da população ativa e da população reformada.

Gráfico 3 - População por grupos etários em 2011



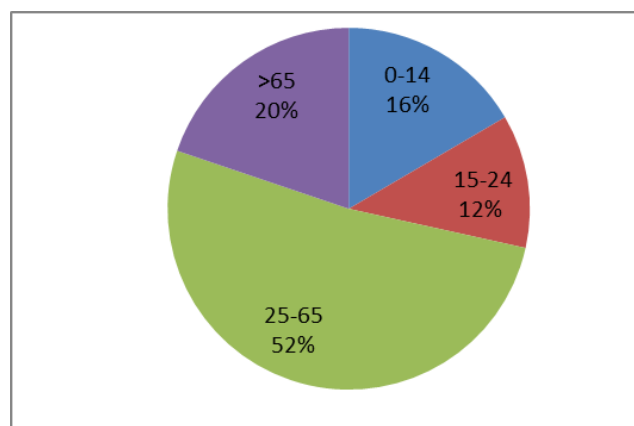
Fonte: Censos 2011

Gráfico 4 - População por grupos etários em 2001



Fonte: Censos 2001

Gráfico 5 - População por grupos etários 1991



Fonte: Censos 1991

Um dos aspetos mais marcantes na evolução demográfica recente do concelho de Odemira, é sem dúvida, o duplo envelhecimento da população, fruto de uma baixa natalidade e uma maior longevidade. Entre 1991 e 2011 os jovens diminuíram em cerca de 28%, enquanto a população idosa aumentou 30%. Em todos os outros grupos etários houve decréscimo de contingentes, até mesmo no segmento da população ativa, não obstante o fluxo imigratório significativo.

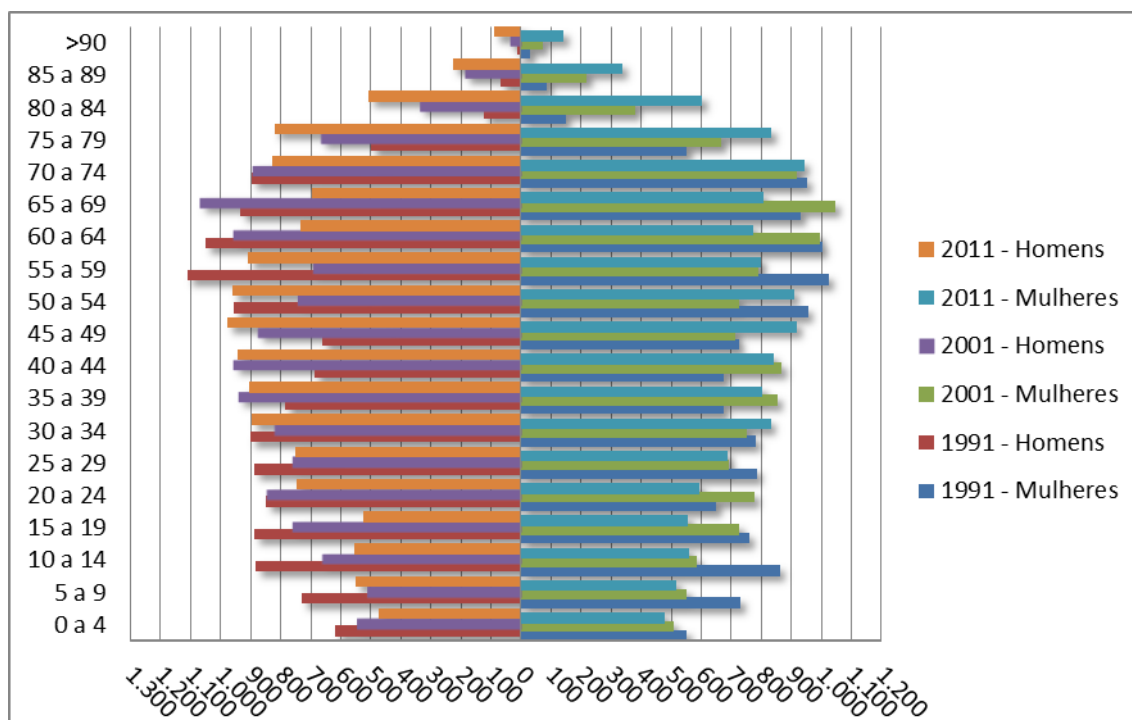
Tabela 5 - Variação grupos etários

Idades	2011	2001	1991	Variação 1991-2011
0-14	3134	3374	4375	-28%
15-24	2427	3110	3148	-22%
25-65	13642	13115	13662	-0,10%
>65	6835	6507	5233	30%
Total	26066	26106	26418	

Fonte: Censos

Contudo a análise da distribuição etária da população, pode ser observada mais detalhadamente nas pirâmides que se seguem, as quais contêm também informação sobre a distribuição de género.

Gráfico 6 - Pirâmides etárias 1991, 2001, 2011



Comparando as diferentes pirâmides etárias da população ao longo dos anos, evidencia-se esta tendência de duplo envelhecimento populacional, passando de urna a uma quase pirâmide invertida

Tabela 6 – Diversos Índices Sociais

	MASCULINIDADE	DEPENDÊNCIA DE IDOSOS	DEPENDÊNCIA DE JOVENS	DEPENDÊNCIA TOTAL	ENVELHECIMENTO	LONGEVIDADE	RENOVAÇÃO POP. ATIVA	RENOVAÇÃO GERAÇÕES
UE		27,5						
PT	91,3	28,8	22,6	51,4	127,6	48,6	93	
Alent.	93,8	37,9	21,7	59,6	175	53,2	86,2	
Al.lit.	98,6	37,8	20,1	57,9	188,2	51,8	81	
<hr/>								
2011	101,7	43,4	20,2	63,6	215,1	55,3	91,6	1,3
2001	104,2	41,2	20,9	62,1	197	40,5	95	
1991	105,6	32,1	25,1	57,2	127,9	38,7	73,3	

Fonte: Censos

Tabela 7 – Diversas Taxas

	Taxa de natalidade %º	Taxa de mortalidade %º	Taxa de fecundidade %º	Taxa de crescimento natural %	Taxa de crescimento migratório %	Taxa de crescimento efetivo %
UE	10,4	9,9				
PT	9,2	9,7	38,6	-0,06	-0,23	-0,29
Alent.	8,10	13,4	37,9	-0,52	-0,05	-0,57
Al.lit.	8,5	13,3	41,6	-0,48	0,24	-0,24
<hr/>						
2011	8,2	15	41,4	-0,68	0,24	-0,44%
2001	8,1	14,2	39,4	-0,61	1,24	-0,63
1991	8,7	13,6	45	-0,49	0,02	-0,48

Fonte: Censos

Ao contrário da tendência nacional, no concelho continuam a existir mais homens do que mulheres. Para cada 100 ativos existem 43 idosos a seu cargo, e só 20 jovens e para cada 100 jovens existem 215 idosos. O cenário de envelhecimento piora quando vemos que para cada 100 pessoas entre os 65 e os 75 anos, existem 55 pessoas com mais de 75 anos. A renovação da população ativa também é negativa, pois para cada 100 ativos a sair do mercado de trabalho, existem somente 91,6 a entrar. Nasceram 8 crianças em cada 1000 habitantes, em cada 100 mulheres em idade fértil, somente 39 têm filhos e a capacidade de renovação da população está muito aquém dos valores desejáveis, 2.1, pois para cada mulher existem 1,3 crianças. Nem o fenómeno da imigração mitigou o declínio, os valores continuam negativos, visível na taxa de crescimento efetivo de -0,44%.

2.2.5. Dinâmica Populacional

Tabela 8 - Taxa de atração e de repulsão interna

Local de residência	Taxa de atração total por local de residência (%)	Taxa de repulsão interna por local de residência (%)
Portugal	2,04	
Alentejo	5,11	3,4
Alentejo Litoral	7,33	4,23
Odemira	10,67	4,95

Fonte: Censos 2011

O concelho tem uma capacidade de atração de nova população muito superior aos valores nacionais e da NUT. Sabemos que tal facto se deve à imigração de estrangeiros, mas também de nacionais. Este indicador relaciona a população residente no concelho que há 10 anos residia noutra local com o total da população residente no concelho em 2001⁵. A taxa de repulsão é a inversa, ou seja a proporção da população residente que há 10 anos residia na unidade territorial e já não reside, sobre a população residente na unidade territorial.

2.2.6. As Migrações no Concelho de Odemira

No que respeita à Emigração, no município não são efetuadas registos e os que existem do INE, só existem a nível nacional, sem desagregação a outros níveis territoriais, são espúrios e pouco objetivos. Com a livre circulação na Europa comunitária, não há forma de os conhecer com exatidão. O valor mais aproximado é o do saldo fisiológico que, no caso de Odemira, tem vindo a aumentar devido à crescente imigração. Assim, de 1960 a 1991, o concelho perdeu uma média decenal de -12,3% da sua população, de 1991 a 2001 este valor desacelerava para -1,2% e na última década, perdeu somente -0,1%, o que com uma taxa de natalidade de 8/mil habitantes, só é explicável pela elevada imigração no território. Pouco se conhece sobre a emigração a nível local. Sabemos que existe, mas não a conseguimos quantificar. Pode ser utilizada a taxa de repulsão, como dado ilustrativo daqueles que partem, o que daria cerca de 4,95 % nos últimos 10 anos.

Relativamente à migração interna, observa-se também que há muitos portugueses que se mudam para Odemira. Os censos 2011 contabilizaram 1116 indivíduos nacionais que passaram a ter residência em Odemira. Sabemos que esta tendência tem vindo a crescer, pois o fenómeno de gentificação rural (abandono da cidade e instalação no campo) é global e crescente, sendo o nosso, um território muito apetecível.

⁵ Na metadada os dados referem-se a períodos de 5 anos e ao nível de freguesia, no entanto, uma vez que não se consegue a contabilização da população a cada 5 anos, os dados utilizados foram os decenais. (fonte INE, Metadada).

2.2.7. Pendularidade

Neste ponto, analisam-se as entradas e saídas do território concelhio diárias, quer seja para estudar ou trabalhar. Assim segundo os dados dos censos 2011:

- "in-movente" (pessoa que trabalha ou estuda num município e reside noutra) representavam 3,22% sobre a população residente.

- "ex-movente" (pessoa que reside num município e trabalha ou estuda noutra) eram de 7,79% da população residente.

Entende-se que a população in-movente trabalhe sobretudo nos serviços e educação, enquanto a ex-movente se relaciona com a oferta de trabalho do polígono industrial de Sines, bem como centros de formação nos concelhos adjacentes.

2.2.8. População Flutuante

Este subtema da dinâmica populacional foi sujeito a um estudo próprio, que também pode ser consultado para informação complementar. Para a elaboração da metodologia foi considerada como premissa que tanto os consumos, como a produção de resíduos sofrem oscilação sazonal diretamente proporcional ao número de pessoas que ocupam o município, tanto sob a forma de residentes como de visitantes (Divisão de Ambiente). Foram também utilizados os registos de hóspedes existentes como dados complementares. Assim podemos observar no seguinte quadro a distribuição mensal destes dados e sobretudo da população flutuante.

Tabela 9 - População Flutuante 2011

Mês	Pop variáveis*	Pop complem.**	Flutuante	Pop total***
Janeiro	2758	2214	4972	31038
Fevereiro	572	475	1047	27113
Março	1398	888	2286	28352
Abril	1755	0	1755	27821
Maio	7274	7455	14729	40795
Junho	9549	10481	20030	46096
Julho	18183	16684	34867	60933
Agosto	29376	26906	56283	82349
Setembro	22907	27076	49983	76049
Outubro	8699	9122	17821	43887
Novembro	4424	6105	10528	36594
Dezembro	1904	1996	3900	29966
Total	108800	109402	218202	530994

*média mensal das 3 variáveis sintomáticas (consumidores serviços básicos)

**total de dados complementar subtraído ao total das 3 variáveis (média)

***total de visitantes +residentes (26066)

Do resultado dos dois conjuntos de dados, obtivemos um valor total para a população flutuante no mês de agosto, no valor de 56 283 visitantes, ou seja, 216% de aumento populacional e um total entre residentes e flutuantes para este período em 82 349 pessoas.

Note-se que, por se reduzir a um muito curto período de tempo, não foram incluídos nos cálculos os visitantes do festival sudoeste. No ano de 2013 venderam-se 154 000 entradas, se bem que haverá alguma justaposição em relação aos valores já referidos, mas por ser incomensurável, optei pela sua soma, assim o concelho albergaria um total de 236 249 pessoas durante a primeira semana de Agosto.

2.2.9. Neo-nomadismo

Há ainda a referir um outro fenómeno que em Odemira encontra as condições ideais para a sua expansão, por tudo o que este território excepcional tem para oferecer e que se tem vindo a intensificar desde o início da crise de 2008.

O Neo-nomadismo, é uma forma de nomadismo moderno, com características muito próprias e distintas, daí o neologismo. Não existindo fixação num território, estas pessoas habitam em casas alugadas e em algumas situações, a casa pode ser a residência de férias herdada dos progenitores. Os bens pessoais são aqueles mais fáceis de transportar, daí também não haver uma ligação materialista à propriedade dos bens. Existe um deambular pelo mundo, realizando diferentes tarefas em diferentes territórios, possibilitado o trabalho através das novas tecnologias, também elas próprias, nómadas e cada vez mais condensadas e pequenas, facilitado pelas redes de comunicação *wi-fi* tendencialmente gratuitas e universais. Acrescenta-se ainda a fácil e barata oferta de transportes quase ilimitada, que lhes possibilita a livre circulação pelo mundo (Attali, 2008).

De facto, Odemira com tanto para oferecer em beleza, natureza, excelência de clima e sem elevada densidade de construção, preservando o pequeno e tradicional torna este território um dos locais diletos destes novos viajantes e trabalhadores, que aqui escolhem viver temporariamente, ou aqui procuram aplicar projetos inovadores. Existem também muitos jovens casais que escolhem o concelho para criar os seus filhos por estas mesmas razões e os mais idosos, reformados, também encontram aqui a paz e o sol.

A maioria pratica a autossustentabilidade e, muitos deles, desenvolvem trabalho nas artes, inovação e empreendedorismo, que nem sempre é fácil de levar a bom termo face aos constrangimentos institucionais. Por esta razão, também há quem desista e parta para outras paragens. Muitos deles não chegam a fazer parte das estatísticas, pois num período de 10 anos há muita circulação.

A partir do trabalho com a população flutuante, foi calculada a população presente média do concelho de 44 250, com um desvio padrão médio de 19093 pessoas por mês, cuja distribuição pode ser observada no quadro anterior, na coluna da população total. É também com esta população que se tem de contar para a planificação e não somente com a residente referida nos Censos.

2.2.10. As Famílias

A família tradicional, tal como a conhecemos na sua forma clássica, sofreu uma metamorfose e dispersou-se numa miríade de outras formas de vivência em conjunto. Por esta razão optámos por trabalhar com os dados dos núcleos familiares, ou seja: o conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos. Desta forma alargámos o conceito de família. De seguida apresentamos os dados que julgámos relevantes para a análise em questão:

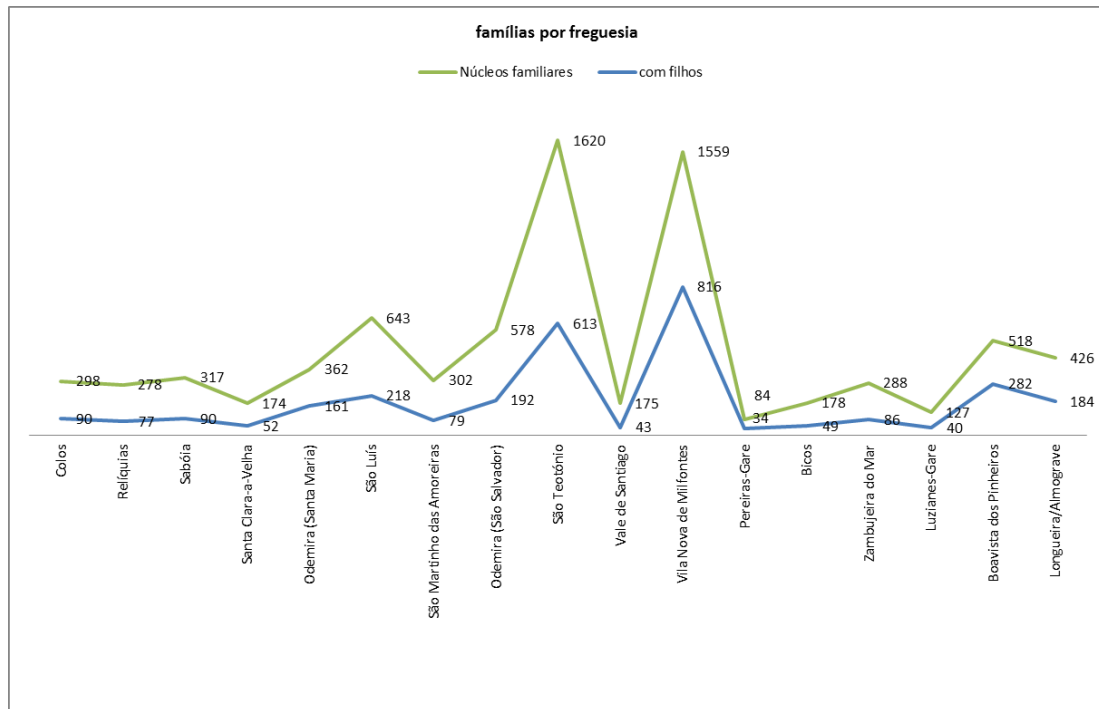
Tabela 10 - Núcleos familiares

	Núcleos Familiares	Com Filhos	Com Filhos (%)	Ambos Desempregados		Famílias Monoparentais	
				Famílias	%	Famílias	%
Portugal	3226371	1540421	47,7	118527	7,7	235027	15,3
Alentejo	233364	100518	43,1	8806	8,8	14173	14,1
Alentejo Litoral	30280	12092	39,9	850	7	1802	14,9
Odemira	7927	3106	39,2	312	10	466	15
Colos	298	90	30,2	14	15,6	12	13,3
Relíquias	278	77	27,7	14	18,2	4	5,2
Sabóia	317	90	28,4	23	25,6	13	14,4
Santa Clara-a-Velha	174	52	29,9	15	28,8	9	17,3
Odemira (Santa Maria)	362	161	44,5	7	4,3	27	16,8
S. Luís	643	218	33,9	24	11	28	12,8
S. Martinho das Amoreiras	302	79	26,2	9	11,4	15	19
Odemira (S. Salvador)	578	192	33,2	11	5,7	33	17,2
S. Teotónio	1620	613	37,8	47	7,7	97	15,8
Vale de Santiago	175	43	24,6	2	4,7	8	18,6
Vila Nova de Milfontes	1559	816	52,3	88	10,8	130	15,9
Pereiras-Gare	84	34	40,5	8	23,5	6	17,6
Bicos	178	49	27,5	8	16,3	3	6,1
Zambujeira do Mar	288	86	29,9	4	4,7	23	26,7
Luzianes-Gare	127	40	31,5	14	35	0	0
Boavista dos Pinheiros	518	282	54,4	13	4,6	30	10,6
Longueira/Almograve	426	184	43,2	11	6	28	15,2

Fonte INE- 2011

Pode-se observar que Odemira tem sempre os valores mais baixos a nível demográfico, quando enquadrado no contexto mais alargado, pois só 39,2% dos núcleos familiares têm crianças até aos 15 anos. A visualização da distribuição dos dados permite ver a repetição das mesmas freguesias e a assimetria do território.

Gráfico 7 - Famílias com e sem filhos

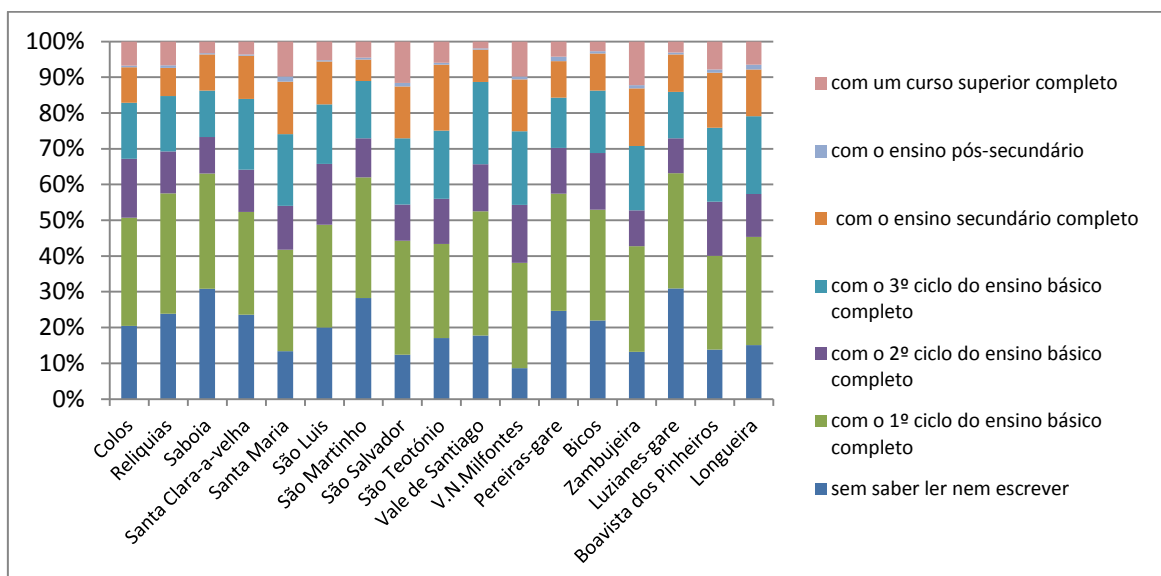


Na situação perante o emprego, tínhamos à data 10% de núcleos familiares em que ambos os progenitores estavam desempregados, um pouco superior às regiões e a nível nacional, alcançando valores de mais de 50%, mesmo nas freguesias mais desenvolvidas do concelho.

Quanto às famílias monoparentais, são 15% das famílias com filhos e não se desvia muito dos valores de enquadramento, mas é de salientar o valor de cerca de 28% na Zambujeira.

2.2.11. Educação e Formação

Gráfico 8 - Escolarização da população por freguesia



Fonte: Censos- 2011

Quanto à escolarização da sua população, Odemira tinha em 2011 uma taxa de analfabetismo de 15,7%. Comparando com os valores de 2001 houve um decréscimo acentuado, pois era na altura de cerca de 28%. No entanto, é de lembrar que o concelho apresenta 26% de idosos, onde predomina o analfabetismo e que, ao falecerem, vão contribuindo para a redução desta taxa. Ainda assim, é bastante elevada quando comparada com as taxas de 5,22% a nível nacional, para o Alentejo de 9,55% e para o Alentejo litoral de 11,58%.

Quanto ao abandono escolar, presentemente é de 2,1%, em 1991 era de 42% até ao 2º ciclo, quando a escolaridade obrigatória contemplava ainda o 3º ciclo, até ao 9º ano (Ana Benavente, 1996 em Machado, 2003, p.9). Aqui Neste aspeto, a ação social escolar municipal teve um papel decisivo, sobretudo com o fornecimento de refeições e restantes auxílios escolares. Também não é de descurar o papel do Rendimento Social de Inserção que, de entre as condições impostas aos seus beneficiários, obrigava à frequência do ensino básico.

No cômputo geral, o nível de escolarização dominante é ainda o do 1º ciclo. Os níveis mais elevados de ensino até ao secundário encontram-se nas freguesias onde este existe, ou mais recentemente, onde se consolidaram os novos agrupamentos escolares.

Em relação ao ensino profissional, este tem sido de facto uma mais-valia preciosa para a formação profissional, enquanto alternativa ao ensino secundário e à empregabilidade dos jovens (dentro ou fora do concelho). Ainda, o acordo celebrado com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP e a escola também veio enriquecer a vila, uma vez que os jovens oriundos destes países, fazem aqui a sua formação. Alguns voltam, outros fixam-se e criam novas famílias e mais crianças. Com a mais-valia de que não tendo passado pelas subculturas urbanas de segregação, incluem-se muito bem na população sem sinais significativos de confrontos.

2.3. Conclusão Prévia da Caracterização do Concelho de Odemira

Odemira é de facto um território com muitas potencialidades, sobretudo na atração que exerce sobre populações externas. Se bem que ainda exista um ligeiro decréscimo na sua evolução, o aumento da população é algo com que nos iremos deparar num futuro próximo. Nas últimas duas décadas passou de um estado de abandono e pobreza, a uma terra promissora, não só com o desenvolvimento da agricultura intensiva, mas também devido ao turismo.

Com a crescente degradação do bem-estar noutros territórios, nacionais e estrangeiros a imigração tem tendência a ser crescente e, presentemente, estima-se uma população média anual de cerca de 44 mil pessoas presentes. Há que atender às novas tendências e fenómenos climatéricos que forçarão as populações mundiais a procurar refúgio noutros lugares.

Para que um território seja viável, há que considerar acima de tudo as pessoas, pois é sobre ele que são organizadas as suas atividades, como dizia Lacaze, organizar o território é organizar a sociedade e a sobrevivência das pessoas que o ocupam. Numa perspetiva sustentável e dentro do espírito dos Planos Diretores Municipais (PDM) de 3ª geração, tornou-

se crucial apreender as vivências, as condutas, os problemas, as necessidades e os desejos das pessoas. Só assim é que será possível desenvolver um trabalho mais adequado junto dos indivíduos que residem permanente ou temporariamente numa área de intervenção específica. A importância do espaço que ocupamos e a forma como se reflete em todas as esferas da vida, o modo como propicia bem-estar, satisfação e felicidade, ou pelo contrário os inibe pelas condições ambientais degradantes em que se vive, é determinante para a qualidade de vida daqueles que o habitam.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi primeiro definido em 1987 no relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, assim batizado devido à presidente norueguesa Gro Harlem Brundtland, o documento intitulava-se “Our common future”. A definição mais completa e universalmente aceite é a que nele consta: “O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas” (Machado 2012, p.27).

2.4. Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Imigrante no Concelho

Odemira, desde há muitos anos, tem sido um concelho atrativo para muitos cidadãos estrangeiros das mais variadas nacionalidades. A extensão dos terrenos de charneca perto do litoral e o sistema de regadio existente, são condicionantes que favoreceram a fixação de empresas hortícolas, que encontraram no nosso território os requisitos ideais para a produção em larga escala de vegetais e frutos. A horticultura é uma das atividades com mais peso na economia do concelho: segundo a AHSA, em 2011, 70% da sua produção era exportada e empregava cerca de 2500 pessoas.

O concelho atrai mão-de-obra imigrante devido ao facto da oferta local não satisfazer as necessidades das empresas sedeadas no concelho. Possuindo uma grande extensão de produção intensiva, tornaram-se um polo de atração para quem procura trabalhar em Portugal.

Desde a década de oitenta que o nosso concelho acolhe cidadãos estrangeiros. Nesta década, era procurado sobretudo por cidadãos do norte da Europa, que aqui fixaram a sua residência. A boa receptividade da população local, o clima e a natureza foram os principais fatores para que esta comunidade se fixasse, procurando uma qualidade de vida que não possuíam nos seus países de origem.

Analisando a situação da imigração no concelho, faz-nos sentido referir que chegaram ao território quatro grandes vagas de comunidades imigrantes. Na primeira, integram-se os cidadãos do norte da Europa, já referidos anteriormente, e onde se incluem os grandes empresários da bacia hidrográfica do Mira, de nacionalidades inglesa, dinamarquesa e holandesa e os cidadãos reformados que escolheram o nosso concelho para viver. Estes cidadãos acabaram por se fixar, constituir família e estão completamente integrados na comunidade local. Na segunda vaga, chegaram os jovens estudantes dos PALOP, com o propósito de frequentar um percurso de formação profissional na Escola Profissional de Odemira. Na terceira vaga, podemos dizer que chegaram os imigrantes laborais, oriundos,

principalmente, da Europa de Leste e do Brasil e por fim, uma quarta vaga, caracterizada pela vinda de imigrantes asiáticos, primeiramente tailandeses, seguidos depois por cidadãos de outros países da Ásia, como sejam a Índia, o Nepal e o Bangladesh. Estas duas últimas vagas de cidadãos com o objetivo principal de trabalharem nas empresas de agricultura intensiva existentes no concelho.

As vantagens da imigração verificam-se quando falamos de imigração legalizada. A imigração, a curto e a médio prazo, constitui uma solução para a diminuição da taxa de natalidade e para o envelhecimento da população, podendo assim ser a única forma de assegurar o equilíbrio da segurança social. Além disso, a necessidade de mão-de-obra em determinados setores da economia não é compensada pelo mercado de trabalho interno sendo precisa a vinda de imigrantes. Como exemplo, a entrada de milhares de imigrantes da Europa de Leste com níveis de qualificação muito acima da nossa média representa uma oportunidade se o concelho tiver a capacidade para os integrar na sociedade. Desta maneira, a imigração podia-se revelar crucial para satisfazer as necessidades do mercado laboral, e a um nível mais lato, pode contribuir decisivamente para o crescimento económico.

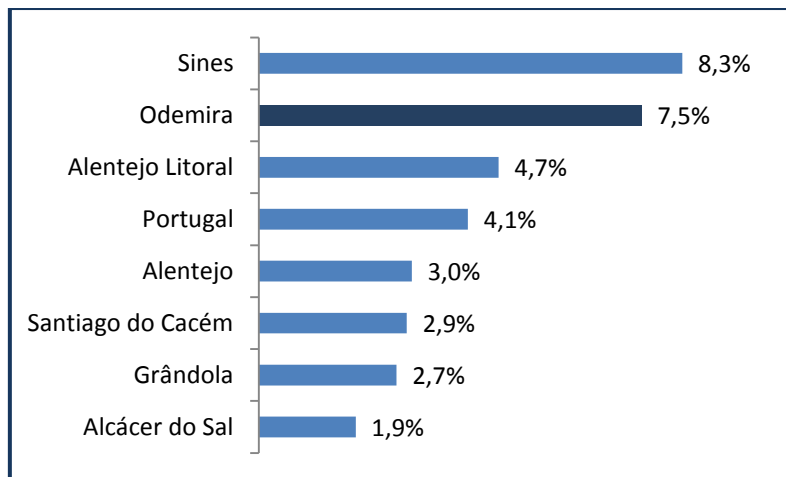
Como se pode verificar na tabela 11, em 2009 Portugal, o Alentejo, o Alentejo Litoral e todos os municípios que constituem o Alentejo Litoral, apresentavam um saldo migratório positivo, com exceção dos concelhos de Alcácer do Sal e de Santiago do Cacém. Em 2011, cm a crise económica instalada, inicia-se o período de êxodo dos cidadãos portugueses, à procura de emprego, e o país já não se revela tão atrativo aos olhos dos povos estrangeiros. Em 2011, metade dos territórios referenciados na tabela apresentavam um saldo migratório negativo, tendência esta, que se manteve até ao ano de 2013. Odemira, manteve um saldo migratório positivo nos anos observados, contrariamente à tendência observada a nível nacional.

Tabela 11 - Saldo Migratório, nos anos de 2009, 2011 e 2013

	2009	2011	2013
Portugal	15408	-24331	-36230
Alentejo	1573	-361	-543
Alentejo Litoral	240	232	187
Alcácer do Sal	-56	-43	-41
Grândola	76	150	136
Odemira	167	61	48
Santiago do Cacém	-30	135	118
Sines	83	-71	-74

Fonte: PORDATA

Gráfico 9 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2008

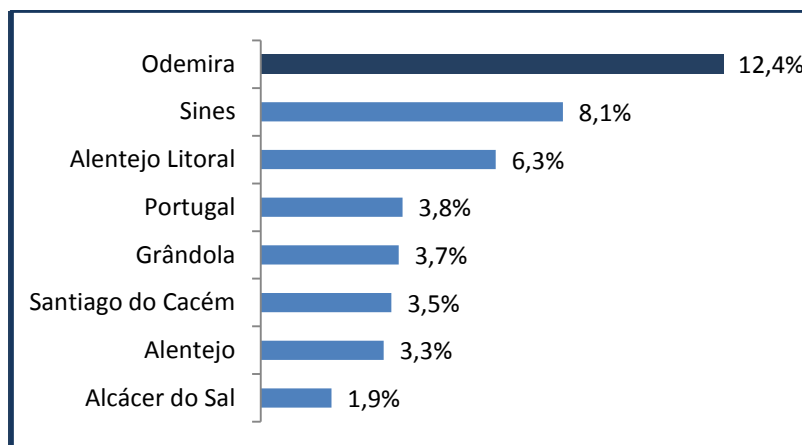


Fontes: INE, SEF/MAI, INE, PORDATA

Se observarmos o ano de 2008, a população estrangeira residente no concelho, já apresentava um peso importante relativamente ao total de residentes (7,5%), superando o panorama nacional (4,1%), assim como ao nível da zona do Alentejo (3%) e do Alentejo Litoral (4,7%), só suplantado pelo município de Sines (8,3%).

Ao analisarmos o gráfico 10, respeitante ao ano de 2013, o concelho de Odemira destaca-se pela percentagem que apresenta de cidadãos estrangeiros (12,4%), passando a ser o território, dos apresentados, com maior percentagem de imigrantes.

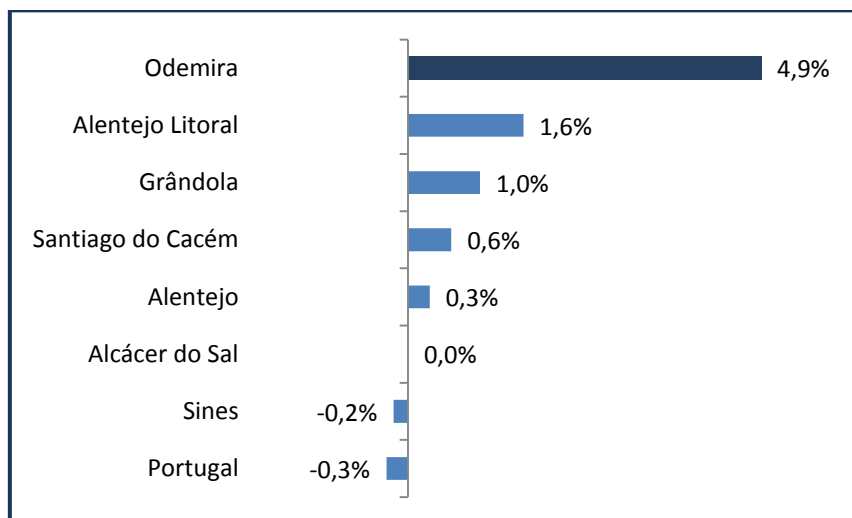
Gráfico 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2013



Fontes: INE, SEF/MAI, INE, PORDATA

O gráfico 11, mostra a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente nos anos de 2008 e 2013. Entre os territórios apresentados, Odemira foi o que verificou o maior crescimento da população estrangeira (4,9%), acompanhado pela mesma tendência de crescimento dos outros territórios, com exceção de Portugal (-0,3%) e o concelho de Sines (-0,2%), que viram diminuir a sua população estrangeira.

Gráfico 11 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e 2013



Fontes: INE, SEF/MAI, INE, PORDATA

Tabela 12 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e 2013

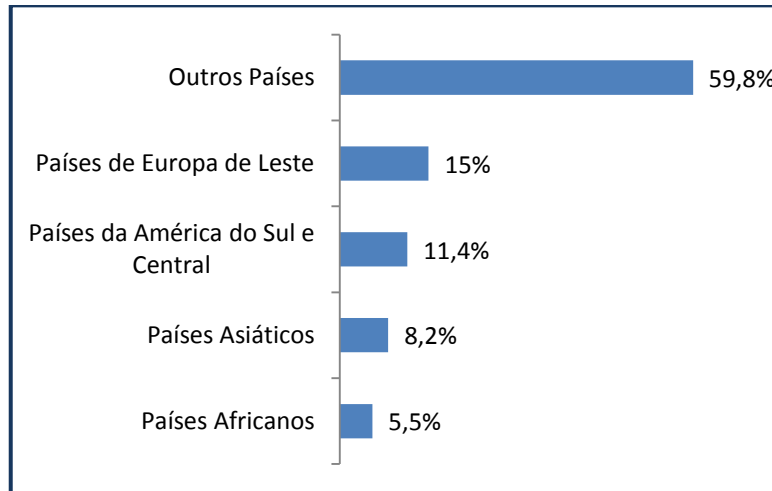
	Países de Europa de Leste (%)			Países Africanos (%)			Países Asiáticos (%)			Países da América do Sul e Central (%)			Outros Países (%)		
	2008	2013	Variação	2008	2013	Variação	2008	2013	Variação	2008	2013	Variação	2008	2013	Variação
Portugal	16,9	12,8	-4,1	28,8	25,3	-3,5	6,5	9,5	3,0	26,5	25	-1	21,2	27,1	5,9
Alentejo	26,5	17,7	-8,8	8,1	6,7	-1,4	6,5	10,2	3,7	30,0	22,2	-7,8	28,8	43,1	14,3
Alentejo Litoral	17,1	11,6	-5,5	12,2	8,2	-4,0	5,9	11,1	5,2	21,4	15,2	-6,2	43,4	53,9	10,5
Odemira	15,0	10,0	-5,0	5,5	2,6	-2,9	8,2	15,0	6,8	11,4	7,2	-4,2	59,8	65,1	5,3
Santiago do Cacém	19,5	13,7	-5,8	12,3	9,6	-2,8	3,9	5,3	1,4	29,0	23,6	-5,5	35,2	47,7	12,5
Sines	19,5	15,0	-4,5	26,7	25,5	-1,2	4,4	8,8	4,5	27,0	22,4	-4,6	22,4	28,2	5,7
Grândola	10,8	5,8	-5,0	9,1	4,9	-4,2	2,2	5,4	3,2	31,0	29,5	-1,5	46,6	54,2	7,7
Alcácer do Sal	23,4	21,0	-2,4	1,9	1,7	-0,2	7,3	7,6	0,3	30,7	16,8	-13,8	36,8	52,9	16,2

Fontes: INE, PORDATA

Observando agora a população estrangeira residente, agrupada por grandes zonas do mundo donde é originária, verificamos que a percentagem da população estrangeira oriunda da Europa de Leste, Países Africanos e Países da América do Sul e Central baixou em todos os territórios visados na tabela 12, de 2008 a 2013. Contrariamente, a percentagem de cidadãos provenientes de Países Asiáticos e de Outros Países aumentou em todas as NUTS representadas. Odemira, representa o território onde se verifica o maior aumento de cidadãos asiáticos entre os anos de 2008 e 2013 (6,8%).

Os gráficos seguintes retratam, mais especificamente a situação da população estrangeira residente no concelho de Odemira.

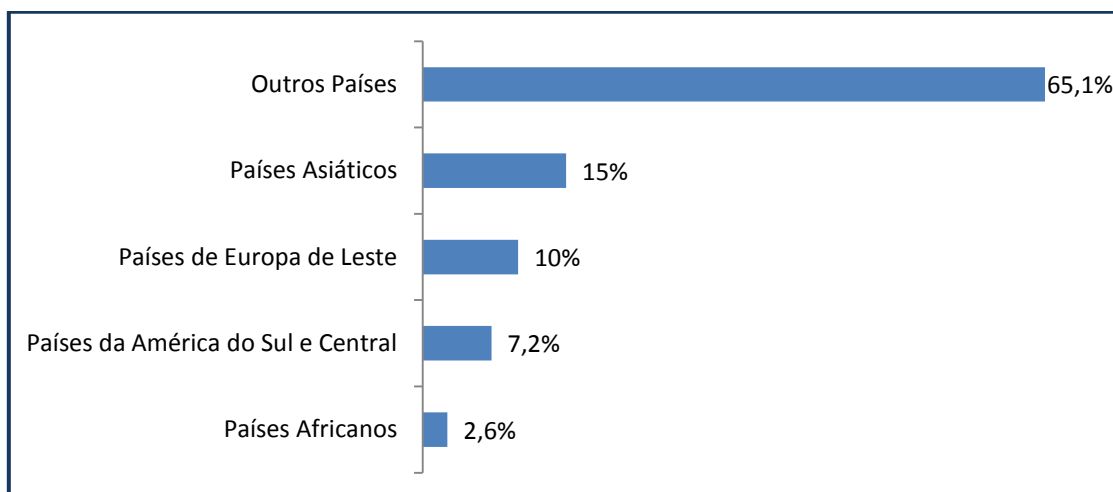
Gráfico 12 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2008, no concelho de Odemira



Fontes: INE, PORDATA

Em 2008, mais de metade dos cidadãos estrangeiros residentes no concelho não eram nacionais de países terceiros (59,8%). Esta comunidade é constituída, na sua maioria, por empresários e trabalhadores agrícolas, investidores turísticos (essencialmente turismo rurais) e cidadãos reformados. A segunda comunidade mais representativa no concelho, os imigrantes da Europa de Leste, tinha um peso de 15%, seguido dos cidadãos dos Países da América do Sul e Central, essencialmente de nacionalidade brasileira (11,4%), os cidadãos com origem no continente asiático (8,2%) e por fim os cidadãos africanos, que representam 5,5% da população estrangeira no concelho. A comunidade africana nunca teve e ainda hoje não tem, grande expressão de representatividade no território, uma vez que estes cidadãos não se dedicam à agricultura. Preferem centros urbanos e estão mais relacionados com a atividade da construção civil ou mesmo o comércio, em comparação com a atividade agrícola, a atividade que mais absorve, em termos profissionais, cidadãos estrangeiros.

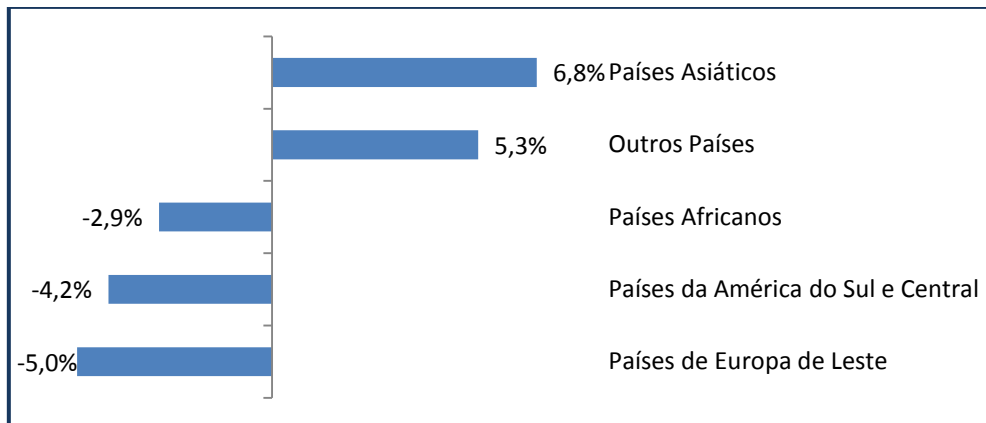
Gráfico 13 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, no ano de 2013, no concelho de Odemira



Fontes: INE, PORDATA

No ano de 2013, os cidadãos de outros Países continuam a ser a comunidade mais representativa no concelho (65%). Os cidadãos imigrantes oriundos da Ásia passaram a ser a segunda comunidade mais representativa no concelho (15%).

Gráfico 14 - Variação da população estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2008 e de 2013, no concelho de Odemira



Fontes: INE, PORDATA

Como se pode verificar no gráfico 14, a população imigrante do continente asiático foi a comunidade residente que mais aumentou nestes dois períodos de referência (6,8 %), quase o dobro da percentagem que existia em 2008. A população dos Outros Países aumentou igualmente o seu número de cidadãos (5,3%). As outras comunidades de imigrantes referenciadas baixaram a sua presença no território, sendo a comunidade de imigrantes da Europa de Leste que mais diminuiu a sua presença no concelho (-5%).

A tabela abaixo apresentada permite observar, agora com mais pormenor, as nacionalidades dos cidadãos estrangeiros mais representativas no território.

Tabela 13 - Principais nacionalidades representadas no concelho de Odemira e em número e percentagem

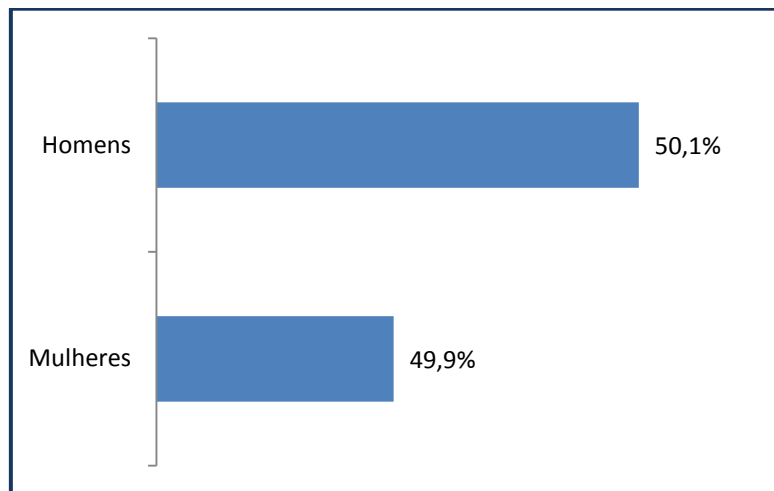
Nacionalidade	Nº	%
Bulgária	1108	34,7
Tailândia	421	13,2
Alemanha	391	12,3
Roménia	224	7,0
Brasil	201	6,3
Ucrânia	201	6,3
Moldávia	119	3,7
Holanda	108	3,4
Reino Unido	75	2,4
China	45	1,4
Outras nacionalidades	296	9,3
Total	3189	100,0

Fonte: SEF 2013

Em 2013, a nacionalidade búlgara era a mais expressiva no concelho (34,7%) seguida pela tailandesa (13,2%) e pela alemã (12,3%). Com menos representatividade, a romena (7,0%), a brasileira e a ucraniana (6,3%), a moldava (3,7%), a holandesa (3,4%), a inglesa (2,4%), a chinesa (1,4%) e por fim, outras nacionalidades (9,3%).

Em relação ao género, a nossa população imigrante apresenta uma percentagem equilibrada entre homens e mulheres, como se pode comprovar nos gráficos seguintes.

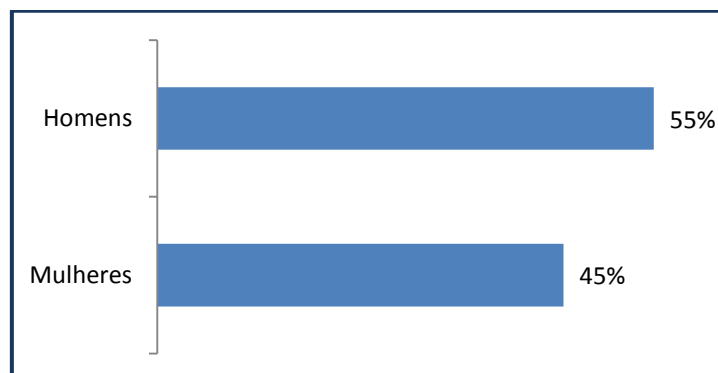
Gráfico 15 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odemira em %, segundo o sexo, no ano de 2008



Fontes: INE/SEF/MAI

No ano de 2008, a percentagem de homens estrangeiros a residir no concelho era de 50,1% e de mulheres 49,9%. Neste ano a presença de imigrantes de Outros Países e da Europa de Leste era forte e tendencialmente, muitos destes cidadãos permanecem acompanhados das suas famílias.

Gráfico 16 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odemira em %, segundo o sexo, no ano de 2013



Fontes: INE/SEF/MAI

No ano de 2013, a percentagem de homens (55%) aumentou enquanto a das mulheres diminuiu (45%). Tal facto poderá estar relacionado com o aumento de cidadãos asiáticos residentes que se verificou neste período, não se verificando nesta comunidade a presença de núcleos familiares clássicos.

A população estrangeira residente no concelho é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa.

Tabela 14 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira

Grupos etários	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade Portuguesa (%)
0-9 anos	4,7	3,8	8,1
10-19 anos	9,9	9,6	8,4
20-29 anos	21,8	20,7	9,5
30-39 anos	20,8	23,6	12,4
40-49 anos	21,1	21,8	13,4
50-59 anos	12,4	12,1	13,8
60-69 anos	6,9	6,2	12,0
70 e mais anos	2,3	2,1	22,3

Fontes: INE, Censos 2011

Em 2011, esta população apresenta uma concentração nas idades entre os 20 e os 49 anos, como se pode observar na tabela acima apresentada. No grupo etário dos 20-29 anos, os residentes com nacionalidade estrangeira representavam 21,8%, enquanto os cidadãos de nacionalidade portuguesa, no grupo etário correspondente, representam somente 9,5%. Os cidadãos estrangeiros residentes abrangidos pelo grupo etário dos 30-39 anos, apresentam igualmente uma percentagem elevada (20,8%), assim como no grupo seguinte, dos 40-49 anos, 21,1%. Contrariamente, a população residente de nacionalidade portuguesa apresenta valores mais baixos, 12,4% e 13,4% respetivamente. Com esta concentração de população nestes grupos etários, podemos concluir que maior parte da população estrangeira residente no território está em idade ativa. Nos grupos etários que representam idades mais avançadas, é a população de nacionalidade portuguesa que apresenta percentagens mais altas do que aquelas verificadas na população estrangeira, atingindo o seu valor mais elevado no grupo etário dos 70 e mais anos (22,3%).

Tabela 15 - Percentagem de residentes no concelho de Odemira, segundo a sua escolaridade

	Nenhum %	1º Ciclo Ensino Básico %	2ºCiclo Ensino Básico %	3ºCiclo Ensino Básico %	Ensino Secundário e Pós-Secundário %	Ensino Superior %
Total da população	28,3	25,3	11,6	16,0	12,6	6,2
Estrangeiros UE	7,2	4,4	11,8	20,6	43,1	12,9
Estrangeiros Não-UE	8,0	21,4	11,1	20,1	26,4	13,0
Estrangeiros Naturalizados	6,3	9,1	11,3	20,8	37,0	15,4

Fonte: Censos 2011

Em 2011, se considerarmos o total da população residente no concelho, podemos verificar que esta era a que apresentava a maior percentagem de residentes sem qualquer escolaridade (28,3%) e a mais baixa no que respeita ao Ensino Superior (6,2%),contrariamente ao que acontece com os estrangeiros naturalizados (6,3% representa os cidadãos sem qualquer escolaridade e 15,4% possui uma licenciatura). O Ensino Secundário e Pós-Secundário é o nível de ensino que apresenta valores mais altos entre a população estrangeira (estrangeiros UE 43,1% e estrangeiros não- EU 26,4%) e estrangeiros naturalizados (37,0%).

2.4.1. Serviços de Acolhimento e Integração

No âmbito do acolhimento e integração de imigrantes, os serviços locais representam um fator fundamental, uma vez que é localmente que este acolhimento e integração acontecem efetivamente. Embora estejam e devam estar enquadradas por políticas enquadradoras e estruturantes, de forma a legitimar e a orientar as estratégias definidas a nível local, é em cada território que se acolhe e integra cidadãos imigrantes.

É sobretudo na fase inicial do ciclo migratório, que os imigrantes “apresentam défices sociais específicos (desconhecimento da língua, falta de informação sobre acessos a serviços, ausência de direitos políticos, inserção profissional descendente associada a dificuldade de reconhecimento de competências...) que acabam por originar situações de desvantagem social e de exclusão.” (Malheiros, 2010)

Neste sentido, “a constituição da Rede CLAI (*Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes*) revelou-se fundamental para garantir a existência de estrutura territorialmente desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.” (Malheiros, 2010)

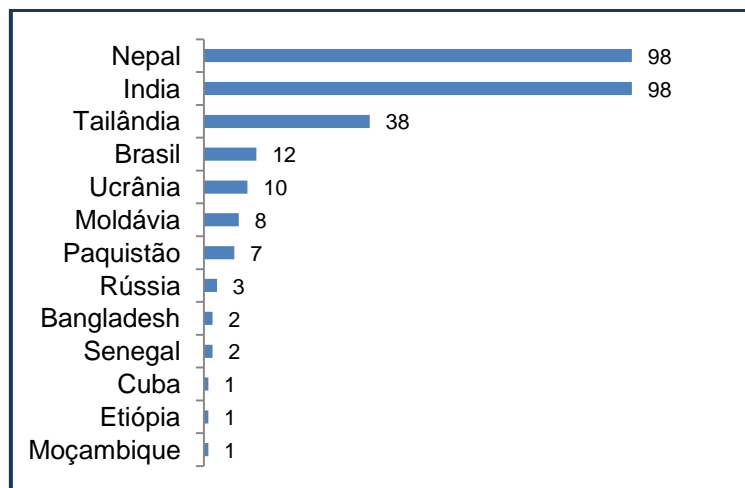
“Os CLAI são gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes nas áreas: Regularização da situação migratória; Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Habitação; trabalho; Segurança Social; Retorno Voluntário; Saúde; Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio ao Associativismo; Outras.” (In: Folheto institucional da Rede CLAI, 2010)

Segundo o mesmo autor, estes gabinetes trazem várias potencialidades para o território: aproximam os serviços dos imigrantes, exigem que exista uma articulação institucional e uma rede de parceria consolidada, ao mesmo tempo obrigam à intervenção de técnicos motivados e disponíveis para darem resposta às necessidades prementes dos cidadãos imigrantes.

No concelho de Odemira, o CLAII promovido pela TAIPA – Organização Corporativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira, está em funcionamento desde julho de 2014. A sua ação caracteriza-se por uma intervenção descentralizada/itinerante pelas freguesias que registam uma forte presença de comunidades imigrantes, como sejam as freguesias de S. Teotónio, Longueira/Almograve, Vila Nova de Milfontes e na sede do concelho, vila de Odemira (freguesia de S. Salvador e Santa Maria), onde muitos cidadãos se deslocam visto ser a zona que centraliza a prestação de serviços. Esta itinerância justifica-se perante um território com uma grande área geográfica, de baixa densidade populacional e com uma rede de transportes que ainda não consegue satisfazer as necessidades de mobilidade dos cidadãos residentes. Por outro lado, os horários de trabalho dos cidadãos imigrantes não permitem, em tempo útil, a realização de deslocações ao CLAII, tendo este de funcionar em horário apropriado e ajustado aos imigrantes, num local que seja o mais próximo possível. Os atendimentos são efetuados nas instalações das Juntas de Freguesia, exceto em Odemira, que se realiza no Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

O CLAII do concelho de Odemira, de julho de 2014 a fevereiro de 2015 realizou 281 atendimentos a cidadãos nacionais de países terceiros.

Gráfico 17 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015

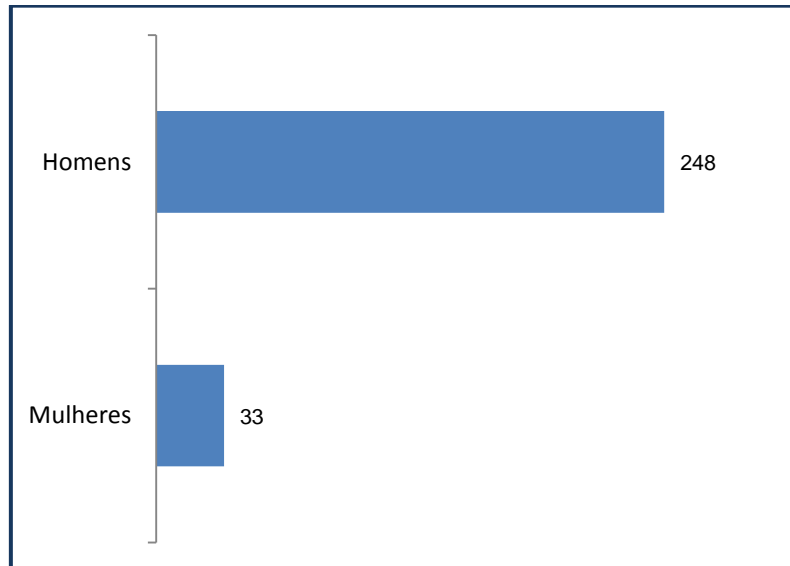


Fonte: CLAII – Odemira

Se observarmos o gráfico 17, acima apresentado, podemos constatar que são os cidadãos de origem asiática que mais procuram os serviços do CLAII. Foram atendidos 98 cidadãos nepaleses e indianos e 38 tailandeses. A seguir, mas em menor número, procuraram o CLAII cidadãos brasileiros (12), ucranianos (10), moldavos (8), paquistaneses (7), russos (3), bangladeshis (2) e, por fim, 1 cidadão cubano, 1 etíope e 1 moçambicano.

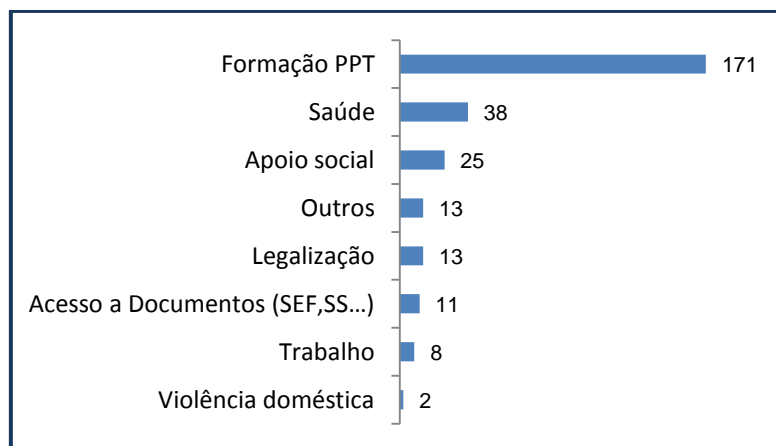
Quanto ao género dos cidadãos imigrantes atendidos no CLAII, podemos observar que 248 são do sexo masculino e somente 33 mulheres se dirigiram a este Gabinete.

Gráfico 18 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o sexo, de julho de 2014 a fevereiro/2015



Fonte: CLAII – Odemira

Gráfico 19 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o motivo da sua deslocação, de julho de 2014 a fevereiro/2015



Fonte: CLAII – Odemira

O gráfico 19, reflete os principais motivos que levam os cidadãos imigrantes a procurarem apoio no CLAII. O desejo e a necessidade de aprender a língua portuguesa é o motivo mais frequente das suas deslocações. Cento e setenta e um imigrantes nacionais de países terceiros pretendem frequentar o Programa de Português para Todos (PPT), porque reconhecem que a barreira da língua é um constrangimento à sua integração. As questões relacionadas com a saúde são o segundo motivo mais frequente (38 cidadãos contactaram o Gabinete) e revela a preocupação manifestada e algum desconhecimento sobre o processo de atendimento e de

utilização dos serviços de saúde. Por necessitarem de algum tipo de apoio social, o CLAII atendeu 25 imigrantes; em assuntos relacionados com a legalização, foram atendidos 13 cidadãos; para acesso a documentos emitidos pelas diversas entidades, 11; por motivos de trabalho 8 e por violência doméstica, 2 imigrantes.

Tabela 16 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o motivo e o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015

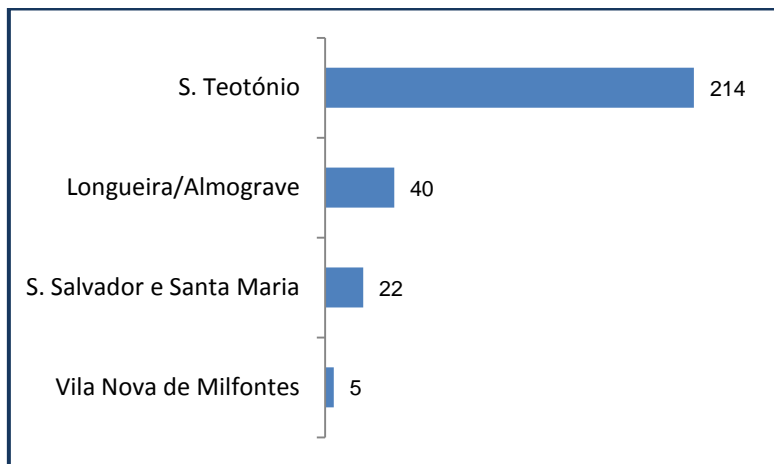
País de origem	Formação PPT	Violência doméstica	Saúde	Trabalho	Legalização	Documentação (SEF, Segurança Social, ...)	Apoio Social	Outros
Brasil	6	0	0	0	0	2	0	4
Ucrânia	9	0	0	0	0	0	0	1
Moçambique	1	0	0	0	0	0	0	0
Tailândia	5	2	31	0	0	0	0	0
Paquistão	2	0	0	2	1	0	2	0
Etiópia	0	0	0	0	0	0	0	1
Índia	50	0	6	5	10	5	17	5
Nepal	85	0	0	1	1	4	6	1
Senegal	0	0	1	0	0	0	0	1
Rússia	2	0	0	0	1	0	0	0
Cuba	1	0	0	0	0	0	0	0
Moldávia	8	0	0	0	0	0	0	0
Bangladesh	2	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CLAII – Odemira

Na tabela anterior, podemos constatar de que nacionalidades são os cidadãos que mais procuram a “Formação PPT”. A comunidade nepalesa é a que mais procura este tipo de formação (85 cidadãos), seguida pela comunidade indiana (50 cidadãos). Da comunidade ucraniana, só 8 imigrantes procuraram o CLAII por este motivo, da brasileira 6 cidadãos, da Tailândia 5, do Bangladesh, Rússia e Paquistão 2, e de Cuba e Moçambique 1 cidadão. Por motivos de “Violência doméstica”, somente 2 cidadãos tailandeses procuraram os serviços do CLAII. Relativamente ao motivo “Saúde”, a técnica do CLAII atendeu 31 imigrantes tailandeses, 6 indianos e 1 senegalês. O “Trabalho”, foi o motivo que levou 8 imigrantes a deslocarem-se ao Gabinete do CLAII, 5 cidadãos indianos, 2 paquistaneses e 1 indiano. A “Legalização” levou 10 cidadãos indianos, 1 paquistanês, 1 nepalês e um russo ao CLAII. Relativamente ao motivo “Documentação (SEF, Segurança Social...”, o CLAII registou o atendimento a 5 cidadãos indianos, 4 nepaleses e a dois brasileiros que precisaram da colaboração da Técnica para obter informações sobre os documentos necessários. Para obterem informações sobre “Apoio Social” e o encaminhamento correto, de acordo com as situações apresentadas, deslocaram-se

ao Gabinete 17 cidadãos indianos, 6 nepaleses e paquistaneses. Por “Outros” motivos, 5 imigrantes indianos, 4 brasileiros e somente um ucraniano, etíope, nepalês e senegalês. Para concluir, são os cidadãos indianos e nepaleses que mais procuram os serviços prestados pelo CLAII.

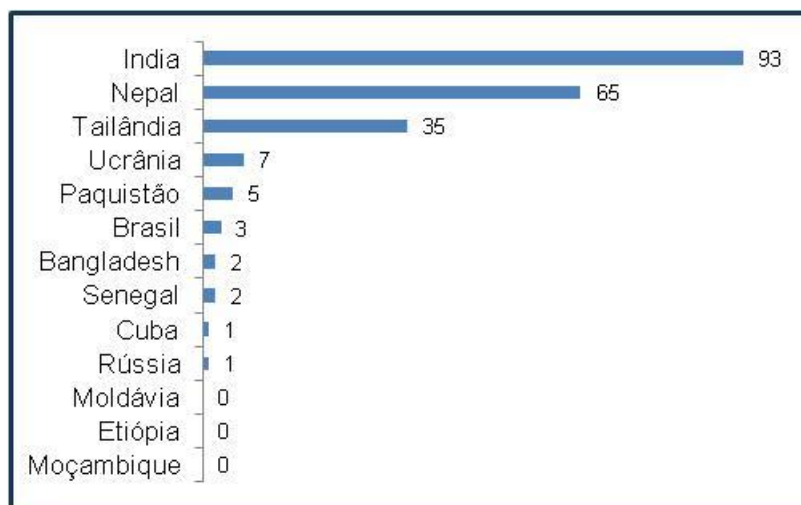
Gráfico 20 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAII, segundo o local de atendimento, de julho de 2014 a fevereiro/2015



Fonte: CLAII – Odemira

Quanto ao número de cidadãos atendidos em cada uma das freguesias onde o CLAII pratica a itinerância, o gráfico 20, revela que é na freguesia de S. Teotónio que os cidadãos imigrantes mais procuram o apoio do CLAII, 214 cidadãos dirigiram-se ao referido Gabinete. Na freguesia de Longueira/Almograve foram atendidos 40 cidadãos imigrantes, na freguesia de S. Salvador e Santa Maria (vila de Odemira) 22 e na Freguesia de Vila Nova de Milfontes registaram-se 5 atendimentos.

Gráfico 21 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos na Junta de Freguesia de S. Teotónio, segundo o seu país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015



Fonte: CLAII – Odemira

Os cidadãos de origem asiática (93 cidadãos indianos, 65 nepaleses, 35 tailandeses, 5 paquistaneses e 2 cidadãos do Bangladesh) são os que mais procuram os serviços prestados pelo CLAI na Junta de Freguesia de S. Teotónio, uma vez que muitos deles residem e trabalham nas empresas agrícolas localizadas na área. Os outros cidadãos são originários de várias nacionalidades e zonas do globo, 7 cidadãos ucranianos, 3 brasileiros, 2 senegaleses, 1 cubano e um russo.

Tabela 17 - Nº de cidadãos estrangeiros atendidos na localidade de Odemira, Junta de Freguesia S. Salvador e Santa Maria, Junta de Freguesia de Longueira/Almograve e Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, segundo a sua nacionalidade, de julho de 2014 a fevereiro/2015

País de origem	Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria	Junta de Freguesia de Longueira/Almograve	Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
Brasil	6	0	3
Ucrânia	3	0	0
Moçambique	1	0	0
Tailândia	0	3	0
Paquistão	2	0	0
Etiópia	1	0	0
Índia	5	0	0
Nepal	4	29	0
Senegal	0	0	0
Rússia	0	0	2
Cuba	0	0	0
Moldávia	0	8	0
Bangladesh	0	0	0

Fonte: CLAI – Odemira

Na Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria, foram apoiados pelo CLAI cidadãos brasileiros (6), indianos (5), nepaleses (4), ucranianos (3), paquistaneses (2) e 1 etíope. Em Longueira/Almograve, 29 nepaleses já visitaram o CLAI, 3 tailandeses e 8 moldavos.

O Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Missão em Portugal, é um programa que tem por objetivo apoiar de forma digna, humana e sustentável imigrantes que estão em situação vulnerável em Portugal e querem regressar ao seu país de origem. Uma das funções do CLAI poderá ser apoiar os cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros, que se encontram nesta situação, contactando a OIM ou alguma das entidades suas parceiras. A OIM é uma organização internacional, com sede em Genebra, que tem como missão gerir as migrações para benefício

de todos e baseia o seu trabalho no princípio de que uma migração ordenada e em condições humanas beneficia tanto os migrantes como a sociedade.

Este Programa prevê o acompanhamento individualizado, desde que o cidadão imigrante requer o apoio até ao dia da partida, incluindo a oferta do bilhete de avião e algum dinheiro. Só os cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros são beneficiários deste Programa.

Tabela 18 - Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRE), por país de origem, de julho de 2014 a fevereiro/2015

País de origem	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários
Brasil	1	0

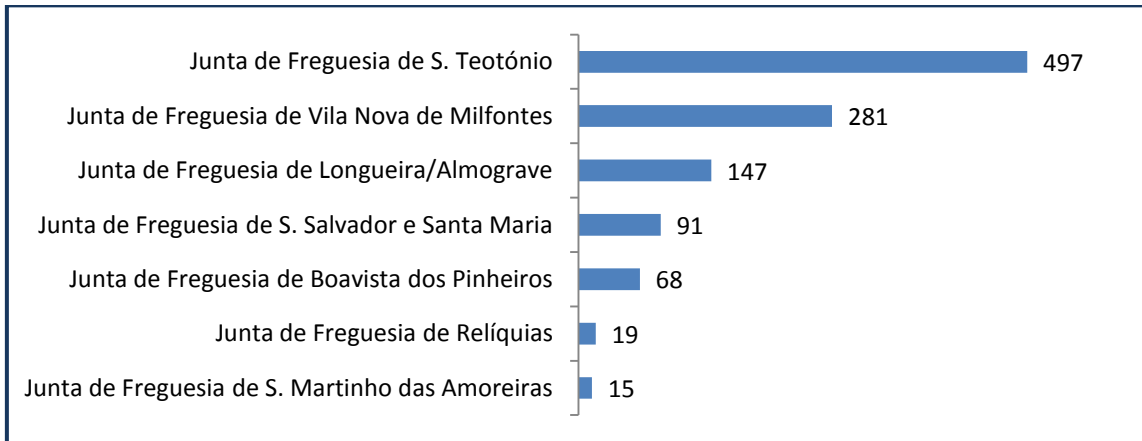
Fonte: CLAI – Odemira

O CLAI, de julho de 2014 a fevereiro de 2015, apoiou um único cidadão brasileiro que requereu a intervenção do Programa mas o retorno ao seu país de origem, não se chegou a concretizar.

As Juntas de Freguesia são as entidades, por excelência, mais próximas e que melhor conhecem as necessidades da sua comunidade. Têm como atribuições principais a promoção e a salvaguarda das respetivas populações, em todos os domínios dos interesses próprios dos cidadãos, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades, em articulação com o Município. A presença de comunidades imigrantes nacionais de países terceiros no nosso território, obrigou os responsáveis autárquicos a adaptarem-se a uma nova realidade, com novos desafios, necessidades, a exigirem dinâmicas e estratégias diferentes. A colaborar para esta nova visão e missão de cada uma das Juntas de Freguesia, em articulação com o Município, temos o princípio da subsidiariedade, um dos princípios pelos quais estas se regem. Segundo este, as decisões deverão ser tomadas pelo nível de poder mais indicado para garantir a máxima eficácia dessa mesma decisão, assegurando-lhe uma maior transparência, já que existe uma aproximação entre o decisor e o respetivo destinatário. Nesta perspetiva, as autarquias têm assim um importante papel no acolhimento e integração dos cidadãos imigrantes.

Os gráficos abaixo ilustram as alterações que podem acontecer, num período curto de tempo, na comunidade imigrante. Foram solicitados dados estatísticos a todas as Juntas de Freguesia (13) do concelho, tendo sido obtida resposta de apenas sete.

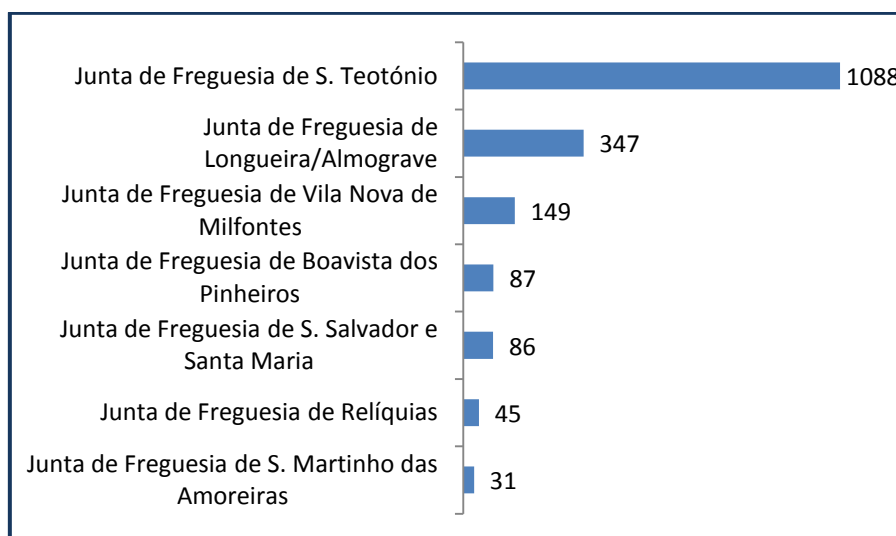
Gráfico 22- Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia no ano de 2013



Fonte: Juntas de Freguesia

Das sete Juntas de Freguesia que reponderam à nossa solicitação, a de S. Teotónio é a que apresenta o maior número de Atestados de Residência emitidos (497) no ano de 2013, seguida pela Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes com 281 documentos emitidos, Longueira/Almograve 147, S. Salvador e Santa Maria 91, Boavista dos Pinheiros 68, Relíquias 19 e S. Martinho das Amoreiras 15 Atestados de Residência. As Juntas de Freguesia (S. Teotónio, Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve) que apresentam maior número de Atestados de Residência emitidos, são as que estão localizadas na zona litoral do concelho e que registam uma forte presença de comunidades imigrantes de nacionais de países terceiros que trabalham nas empresas agrícolas. Em situação oposta encontram-se as Juntas de Freguesia de Relíquias e de S. Martinho das Amoreiras, situadas na zona interior do território, evidenciando uma presença de cidadãos imigrantes muito menor.

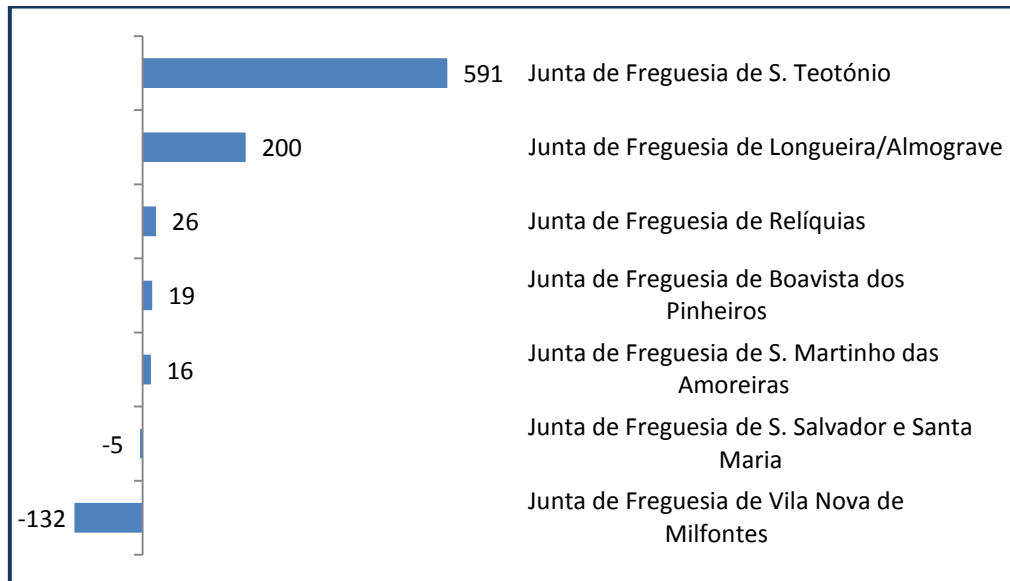
Gráfico 23 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia no ano de 2014



Fonte: Juntas de Freguesia

No ano seguinte, 2014, a tendência mantém-se, verificando-se que nas Juntas de Freguesia do litoral o número de Atestados de Residência emitidos é muito maior do que nas autarquias localizadas no interior do concelho. Todas as Juntas de Freguesia referenciadas no gráfico acima apresentado aumentaram o número de documentos emitidos, com exceção das Juntas de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e S. Salvador e Santa Maria.

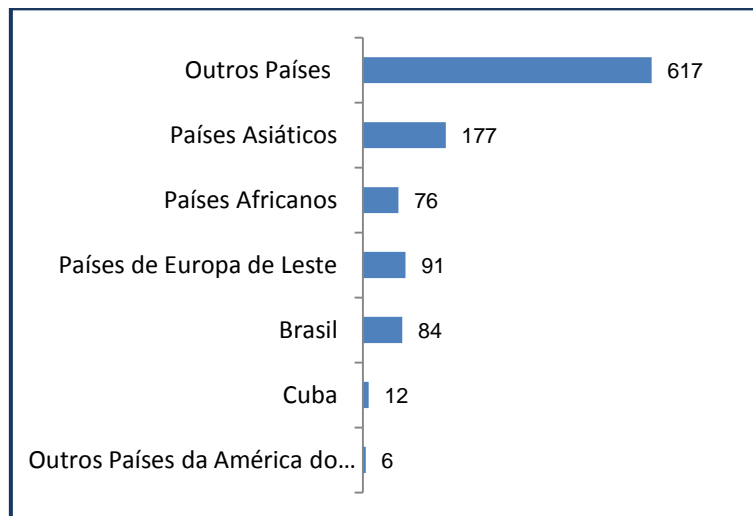
Gráfico 24 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Juntas de Freguesia nos anos de 2013 e 2014



Fonte: Juntas de Freguesia

No gráfico 24, podemos observar a diferença do número de Atestados de Residência expedidos por cada Junta de Freguesia nos anos de 2013 e 2014. A Junta de Freguesia de S. Teotónio viu o seu número aumentar para mais do dobro, tendo passado mais 591 documentos em 2014 do que no ano transato. A Junta de Longueira/Almograve emitiu mais 200 documentos solicitados por cidadãos imigrantes, Boavista dos Pinheiros mais 19, Relíquias 26, S. Martinho das Amoreiras 16, a Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria emitiu menos 5 Atestados de Residência em 2014 e a Junta de Vila Nova de Milfontes menos 132, comparativamente a 2013.

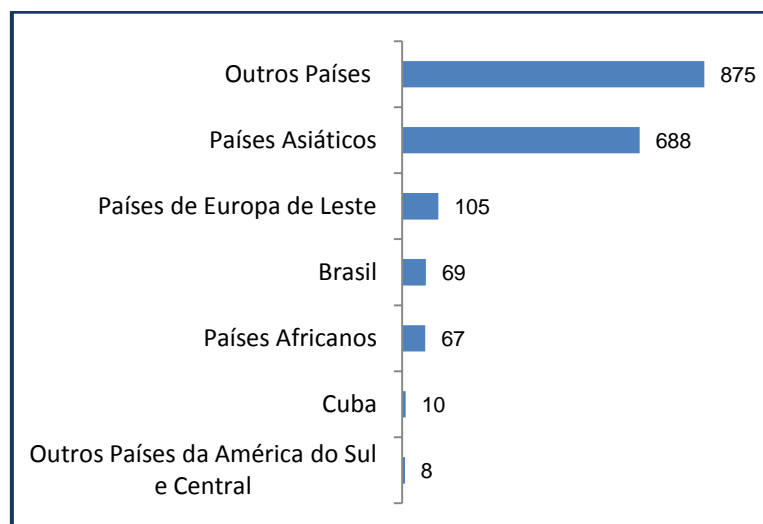
Gráfico 25 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem no ano de 2013



Fonte: Juntas de Freguesia

O gráfico 25 mostra-nos a origem dos cidadãos que solicitaram Atestados de Residência nas Juntas de Freguesia referenciadas anteriormente, no ano de 2013. Os imigrantes não oriundos de países terceiros, foram os cidadãos que mais solicitaram este tipo de documento (617), logo seguidos pelos cidadãos asiáticos (177), africanos (76), brasileiros (84), cubanos (12) e com origem noutros países da América do Sul e Central (6).

Gráfico 26 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem no ano de 2014

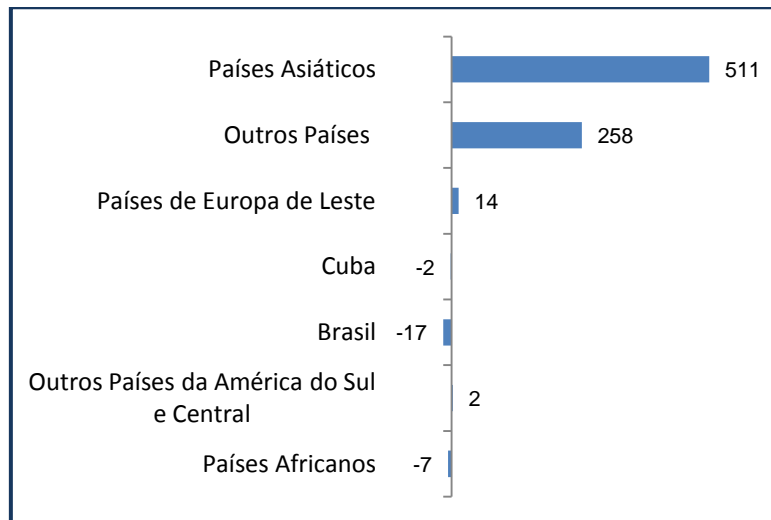


Fonte: Juntas de Freguesia

Em 2014, os cidadãos originários de outros países não nacionais de países terceiros são os que mais solicitaram Atestados de Residência (875), seguidos, como já acontecia em 2013, pelos cidadãos asiáticos (688). Os imigrantes dos Países de Europa de Leste subiram para 105 e os

brasileiros baixaram para 69 Atestados. As Juntas de Freguesia emitiram 67 Atestados de Residência a cidadãos africanos, a 10 cubanos e a cidadãos de Outros Países da América do Sul e Central apenas 8.

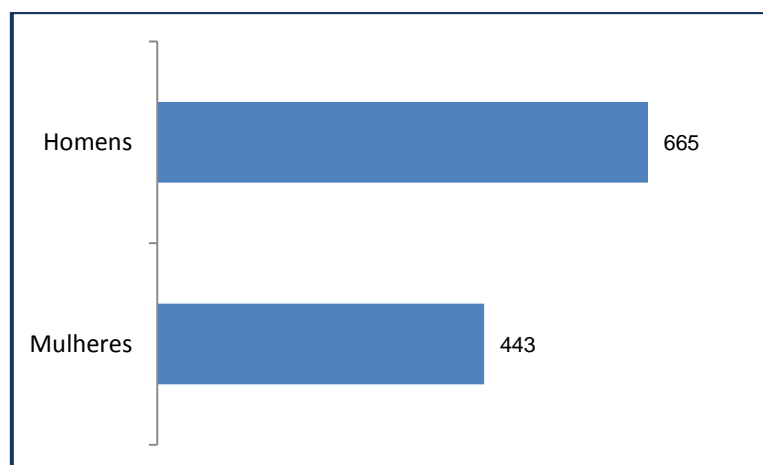
Gráfico 27 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo grandes zonas mundiais e países de origem nos anos de 2013 e 2014



Fonte: Juntas de Freguesia

Como podemos observar no gráfico acima exposto, o número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos asiáticos foi o que mais subiu relativamente ao ano de 2013 (511). Em igual período, a emissão do documento a nacionais de Outros Países subiu 258, aos cidadãos de Europa de Leste aumentou 14 e aos originários de Outros Países da América do Sul e Central, foram emitidos mais 2. As Juntas de Freguesia passaram menos atestados em 2014 do que em 2013 a cidadãos brasileiros (-17), a cidadãos africanos (-7) e a cidadãos cubanos -2.

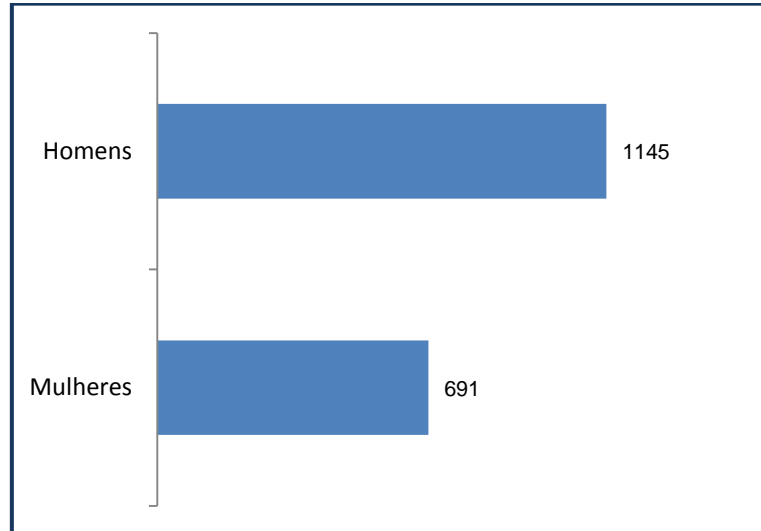
Gráfico 28 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, no ano de 2013



Fonte: Juntas de Freguesia

Em 2013 foram emitidos 665 Atestados de Residência a imigrantes do sexo masculino e 443 a imigrantes do sexo feminino.

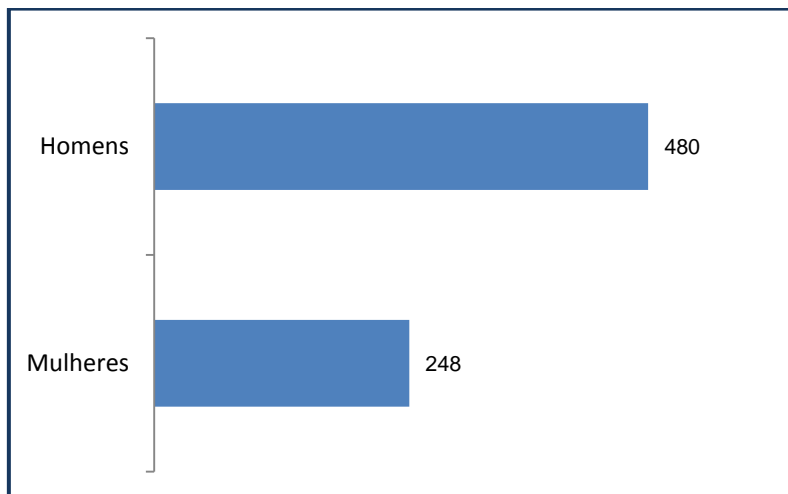
Gráfico 29 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, no ano de 2014



Fonte: Juntas de Freguesia

Em 2014, os homens continuam em maior número a procurar as Juntas de Freguesia para a emissão de Atestados de Residência (1145), enquanto que as mulheres foram 691.

Gráfico 30 - Variação do número de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, segundo o sexo, nos anos de 2013 e 2014



Fonte: Juntas de Freguesia

De 2013 para 2014, a emissão do documento aumentou 485, relativamente aos homens e nas mulheres aumentou 248.

Tabela 19 - Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS /PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Insuficientes serviços de apoio ao acolhimento e integração	<p>O concelho de Odemira abrange uma área de 1720 Km², o que dificulta a mobilidade</p> <p>As entidades ainda não estão sensibilizadas para a problemática do acolhimento e integração dos imigrantes</p> <p>Restrições orçamentais Regras redutoras emitidas pelos Regulamentos das medidas comunitárias no anterior quadro comunitário</p>	Existem dois serviços de acolhimento / atendimento /integração especializados no concelho: CLAI e Projeto ST-E5G.	1ª Prioridade
O projeto ST-E5G restringe-se à vila de S. Teotónio	Regulamento específico do Programa Escolhas que regula a área de intervenção dos projetos a bairros	O projeto ST-E5G presta um serviço de mediação intercultural em escolas, Junta de Freguesia e bairros de S. Teotónio.	
Os serviços públicos não disponibilizam informação institucional noutras línguas, para além do português	A comunidade de acolhimento não está sensibilizada para os problemas que os imigrantes enfrentam no seu dia-a-dia	A Junta de Freguesia de S. Teotónio dispõe de um folheto com informações úteis sobre o recenseamento eleitoral, disponível em português, alemão, búlgaro e inglês.	- 1ª Prioridade
Os horários de atendimento dos serviços públicos são incompatíveis com os horários de trabalho dos imigrantes	Os serviços públicos não têm funcionários suficientes para alargar os horários de funcionamento	A Junta de Freguesia de S. Teotónio, a Câmara Municipal de Odemira, o Serviço Local da Segurança Social e o Centro de Saúde não encerram à hora de almoço.	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS /PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
A delegação do SEF localiza-se em Beja.	A sede do concelho dista a 90km de Beja	Lei nº 29/2012, artigo 78º, ponto 8: “O SEF pode celebrar protocolos com as autarquias locais, bem como com os órgãos e serviços das regiões autónomas, com vista a facilitar e simplificar os procedimentos de receção e encaminhamento de pedidos de renovação de autorização de residência e respetivos títulos.”	- 1ª Prioridade
Os imigrantes nacionais de países terceiros perdem um dia de trabalho para providenciar os documentos necessários à sua legalização	Os meios de transporte que existem são insuficientes		
A autarquia não dispõe de uma data para celebração da diversidade cultural, do diálogo intercultural ou da imigração	Ausência de um trabalho em rede entre as várias entidades, de maneira a resultar na definição de estratégias		
No nosso concelho não existe um <i>kit</i> de acolhimento com informações úteis			1ª Prioridade
Ausência de formação para funcionários de entidades públicas e privadas que fazem atendimento aos imigrantes	As entidades não sentiram necessidade de promover formação no âmbito da imigração Escassos recursos financeiros	Candidatura executada pela TAIPA à Ação 5 – Capacitação dos Serviços de Apoio, Acolhimento e Integração dos Imigrantes através do FEINPT. O projeto “CAPACITANDO” tem em vista a capacitação dos serviços públicos, privados e das empresas agrícolas, para apoiar, acolher e integrar imigrantes nacionais de países terceiros, através da qualificação e formação dos respetivos quadros técnicos, em áreas específicas como o conhecimento básico das línguas mais utilizadas pela população imigrante e a legislação nacional relativa à imigração.	1ª Prioridade
Existem serviços que demonstram pouco conhecimento sobre a legislação relativa à Imigração			

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS /PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
O horário de abertura das escolas está desajustado com os horários de trabalho dos imigrantes (e de muitos cidadãos da sociedade de acolhimento), bem como no período das interrupções letivas	As escolas não possuem número de funcionários suficientes para que possam alargar o seu horário de funcionamento		
As entidades públicas não têm funcionários suficientes para que possam atender, com disponibilidade e tempo, os cidadãos imigrantes	Restrições orçamentais		
Não existe um conjunto de procedimentos dirigido às empresas empregadoras com informação relevante sobre as várias temáticas que concorrem para o acolhimento e integração dos imigrantes	Ausência de um trabalho em rede entre as várias entidades, de maneira a resultar na definição de estratégias		1ª Prioridade
Rede de transportes públicos muito reduzida e insuficiente para permitir aos imigrantes as deslocações ao Centro de Saúde, Finanças, Segurança Social, Supermercado, Hospital do Litoral Alentejano...	Rede desajustada às necessidades de mobilidade das populações		1ª Prioridade

2.4.2. Urbanismo e Habitação

A habitação, em termos constitucionais, é um direito a que todos os cidadãos devem ter acesso e um dos vetores fundamentais à qualidade de vida que se deseja. Tendo por base o Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social 2014-2015 (PDS) do concelho, o Município do Odemira no âmbito das suas competências e obrigações no que diz respeito à proteção e promoção de bem-estar da sua população, criou medidas de apoio à habitação, destinadas a um público mais desfavorecido económica e socialmente.

O “Apoio a estruturas sociais desfavorecidas” destina-se ao licenciamento de obras em habitação própria ou arrendada de uso permanente, à sua conservação, beneficiação, alteração ou ampliação, acessibilidades, transporte e concessão de equipamentos domésticos.

O “Apoio ao arrendamento” destina-se a agregados familiares com comprovada carência económica. O Município, atribui, a título de subsídio, uma comparticipação de 50% do valor da renda, até um limite de 150.00€, aos cidadãos que reunirem os requisitos necessários.

A “Atribuição e gestão das habitações sociais”, propriedade do Município, a agregados familiares carenciados, tendo em vista suprir as necessidades desta índole.

Todas estas medidas são suportadas por Regulamentos Municipais, para que a atribuição destes apoios seja justa transparente e para que exista uma corresponsabilidade por parte de todos os envolvidos.

A comunidade imigrante, desde que reúna os requisitos definidos nos Regulamentos, também pode beneficiar destes apoios, nas mesmas condições determinadas para os cidadãos locais.

A tabela 20, apresenta o número de cidadãos que beneficiaram dos apoios atrás enunciados nos anos de 2012 e 2014.

Tabela 20 - Nº de cidadãos estrangeiros que requereram os Apoios Sociais ao nível da Habitação, atribuídos pelo Município, nos anos de 2012 e 2014, segundo o sexo, o seu país de origem (Ucrânia) e outros países

A	Ano 2012				Ano 2014			
	Outros Países		Ucrânia		Outros Países		Ucrânia	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Apoio a estruturas sociais desfavorecidas ou dependentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Apoio ao arrendamento	4	1	0	0	8	3	1	0
Atribuição e gestão das habitações sociais	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	1	0	0	8	3	1	0

Fonte: DEAS – Município de Odemira

Das medidas de apoio atrás enunciadas, os cidadãos imigrantes beneficiaram unicamente do “Apoio ao arrendamento”, seja no ano de 2012, ou no ano de 2014. Em 2012, 3 mulheres e um homem de países não considerados países terceiros (Outros Países), beneficiaram desta

medida de apoio. Em 2014 os beneficiários de Outros Países aumentaram, tendo sido atribuído a 5 mulheres e 3 homens e a uma cidadã ucraniana. Podemos sugerir que a justificação para os baixos valores apresentados, possa ter como uma das causas a falta de informação traduzida que chega à população imigrante, constringimento este já detetado durante a conceção deste Plano.

Os tipos de alojamento utilizados pelos cidadãos imigrantes a residir no nosso concelho são vários, perante “a falta de capacidade do mercado imobiliário para fazer face às necessidades e características das comunidades imigrantes, nomeadamente criando um leque de oferta mais alargado e acessível dentro do mercado de arrendamento, e eventualmente uma oferta mais específica no domínio das residências coletivas, que poderão ser úteis nos períodos iniciais de transição e nos casos de migração temporária”. Muitos deles arrendam habitações nas localidades mais próximas dos seus postos de trabalho, que normalmente são as empresas agrícolas. Os imigrantes nacionais de países terceiros, no início do seu ciclo migratório não trazem as suas famílias e acabam por optar pela “coabitação em grupo (de elementos do sexo masculino), sem laços familiares entre si, com o intuito de reduzir despesas individuais”. As habitações, na sua grande maioria, não estão preparadas para alojar um número considerável de pessoas o que torna as condições de habitabilidade precárias e pouco dignas. Os senhorios vêm a presença dos cidadãos imigrantes e as suas necessidades de alojamento “como uma oportunidade para aumentarem os seus lucros, cobrando rendas elevadas, frequentemente sem contrato”, não estando muito preocupados com o número de pessoas que residem nas suas casa nem com as condições de habitabilidade que oferecem. (Malheiros, 2011)

Outros cidadãos imigrantes optaram por residir em alojamentos localizados nas próprias empresas onde trabalham, evitando assim as deslocações e o pagamento de renda. Estes alojamentos são do tipo “contentores”, portanto alojamentos não clássicos, uma vez que não se enquadram nas categorias de apartamento ou moradia.

Foram solicitados dados relativos ao número de trabalhadores que residiam em alojamentos não clássicos às 5 empresas agrícolas e a uma associação de horticultores parceiras da CMI, mas só 3 delas nos devolveram os dados solicitados.

Tabela 21 - Nº de trabalhadores residentes em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade, à data do fim do mês de fevereiro/2015

País de origem	Nº trabalhadores em alojamento não clássico
Outro País	96
Roménia	14
Total	110

Fonte: Empresas Agrícolas

Como se pode observar na tabela 21, nestas 3 empresas residem 110 cidadãos estrangeiros em alojamentos não clássicos, 96 oriundos de países não considerados terceiros e 14 de

nacionalidade ucraniana. As condições de habitabilidade destes alojamentos não é totalmente conhecida, embora a Vereadora do pelouro da Ação Social, a Chefe de Divisão da Educação e Ação Social, o Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Coordenadora do PMII terem efetuado uma visita a uma das empresas parceiras do projeto que oferece este tipo de alojamento (fev 2015), o resultado da observação efetuada não se pode generalizar a todas as empresas radicadas no concelho e que oferecem este tipo de alojamento aos seus trabalhadores. No entanto, da visita efetuada a esta empresa parceira podemos dizer que os alojamentos eram do tipo “contentor”, não estavam sobrelotados e apresentavam várias zonas funcionais. Foi notório que os responsáveis tentam que este tipo de alojamento apresente um aspeto agradável, como exemplo podemos referir que todos os alojamentos estavam pintados com uma barra azul, como é tradicional nas habitações alentejanas. As condições de higiene são asseguradas pelos trabalhadores e verificadas pelos responsáveis, tendo estes instituído um prémio pecuniário a quem apresente o seu alojamento limpo e arrumado. No recinto da empresa existe um espaço de convívio e de lazer que é utilizado por todos os trabalhadores.

Tabela 22 - Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Existência de habitações com condições pouco dignas	<p>Fracos recursos financeiros por parte dos imigrantes</p> <p>Sentido de oportunidade de negócio por alguns arrendatários locais</p> <p>Falta de fiscalização</p>	<p>O Município atribui Apoios ao Arrendamento e de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas e Dependentes, através de Regulamentos específicos</p> <p>CLAI</p>	1ª Prioridade
Desconhecimento das empresas sobre o licenciamento e implementação de infraestruturas para habitações temporárias	<p>Insuficiente articulação entre as entidades envolvidas na problemática</p>	<p>O processo de articulação irá iniciar-se muito em breve, procurando envolver o Município, o PNSACV e as empresas agrícolas</p>	1ª Prioridade
Falta de contentores e recolha de lixo junto de algumas empresas agrícolas	<p>Insuficiente rede de distribuição de contentores nas áreas com maior incidência de empresas agrícolas</p>		1ª Prioridade

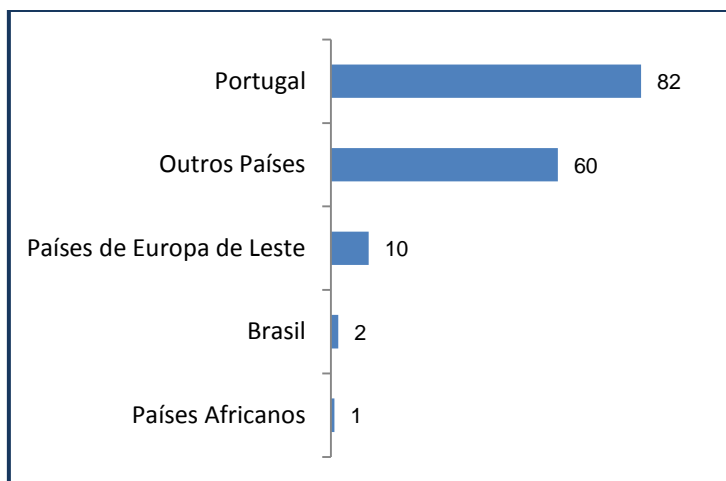
2.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Ao longo das últimas décadas, o concelho de Odemira tem sido procurado por cidadãos estrangeiros nacionais de países terceiros por questões laborais. Embora alguns revelem capacidades empreendedoras e consigam criar o seu próprio emprego, a maior parte destes imigrantes chegam ao nosso território para trabalhar nas empresas de agricultura intensiva. Vieram responder às necessidades do mercado de trabalho onde havia procura de trabalhadores manuais e menos qualificados como complemento aos trabalhadores portugueses. A comunidade local rejeita as fracas recompensas económicas e o baixo estatuto social associado a alguns trabalhos. Os imigrantes, mesmo em condições económicas deficientes, podem melhorar o seu padrão anterior de vida, ou pelo menos, criar expectativas de mobilidade futura. A imigração tem, também, vindo a responder à questão da flexibilização laboral, permitindo o recrutamento e o abandono facilitado do trabalho. A procura constante de trabalho mais flexível e incerto por parte dos empregadores, tem levado cada vez mais à imigração e ao recrutamento de trabalhadores imigrantes.

O desenvolvimento de atividades profissionais é uma condição essencial para a boa integração dos imigrantes, funcionando como base para o bem-estar e colabora para o alargamento do leque de contactos, permitindo aprofundar e ampliar a rede de relações na comunidade de acolhimento.

Com os dados a seguir apresentados, pretendemos retratar o panorama do mercado de trabalho no nosso concelho.

Gráfico 31 - Total de colocações efetuadas ao longo do ano de 2010 no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais

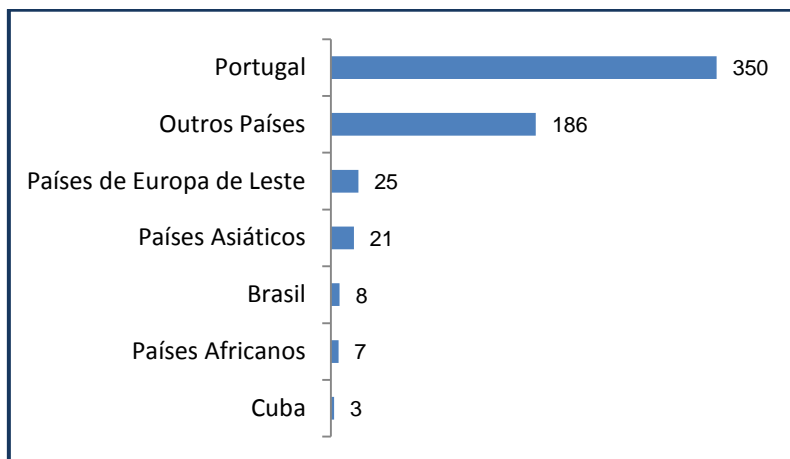


Fonte: IEFPT – Delegação Regional do Alentejo

No gráfico 31, quando nos referimos a colocações, estamos a aludir a ofertas de emprego satisfeitas, com candidatos apresentados pelos Serviços de Emprego.

Relativamente ao ano de 2010, foram colocados 82 cidadãos portugueses, originários de Outros Países considerados não terceiros foram colocados nas ofertas de emprego 60 cidadãos, 10 oriundos de Países da Europa de Leste, 2 brasileiros e um do continente africano.

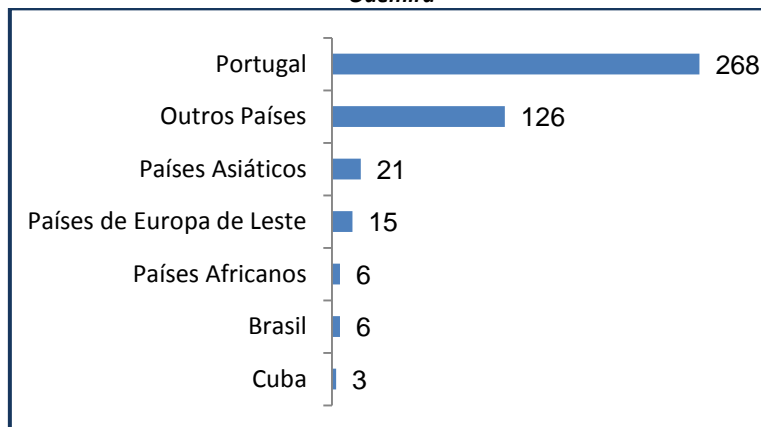
Gráfico 32 - Total de colocações efetuadas ao longo do ano de 2014 no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Observando agora o ano de 2014, em linhas gerais, verifica-se a existência de outra comunidade imigrante nacional de países terceiros que tem vindo a apresentar uma forte presença nestes últimos anos no nosso concelho, referimo-nos aos cidadãos do continente Asiático. As colocações ao longo do ano de 2014 revelam-se superiores às registadas no ano de 2010, tendo ficado colocados 350 cidadãos portugueses, dos Outros Países foram sinalizadas 186 colocações, dos Países de Europa de Leste, existiram ao longo do ano 25 colocações, dos Países Asiáticos foram colocados 21 cidadãos, brasileiros 8, 7 cidadãos africanos e 3 cubanos.

Gráfico 33 - Variação do número total de colocações efetuadas ao longo dos anos de 2010 e 2014 no concelho de Odemira



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Se comparamos estes dois anos de referência (2010 e 2014), podemos observar que os números de colocações aumentaram significativamente, principalmente entre os cidadãos portugueses (268) e entre os cidadãos originários dos Outros Países (126). Como já foi referido anteriormente, em 2014 registaram-se 21 colocações de cidadãos asiáticos, e relativamente aos imigrantes nacionais de países terceiros da Europa de Leste, registaram-se mais 15 colocações do que em 2010, de Países Africanos e do Brasil mais 6 e de Cuba mais 3 colocações.

Tabela 23 - Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros Não-UE e naturais do estrangeiro no concelho de Odemira

	Taxa de emprego (%)	Taxa de desemprego (%)	Taxa de atividade (%)
Total da população	86,3	13,7	50,2
Estrangeiros UE	89,0	11,0	63,2
Estrangeiros Não-UE	90,3	9,7	83,6
Naturais do estrangeiro	89,0	11,0	71,2

Fonte: INE – Censos 2011

De seguida, analisamos as taxas de emprego, de desemprego e de atividade tendo em conta as descrições das mesmas pela PORDATA.

A taxa de emprego representa o número de empregados por cada 100 pessoas com 15 ou mais anos.

A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

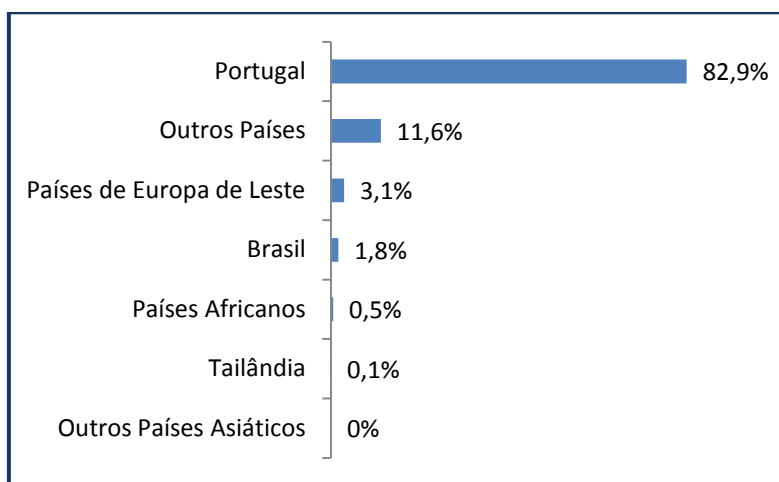
A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 ou mais anos.

Começando pela taxa de emprego, verificamos que a taxa de emprego do total da população, segundo os Censos de 2011, é de 86,3%, a mais baixa dos grupos representados na tabela 23. Os estrangeiros originários de países da União Europeia e os naturais estrangeiros, apresentam a mesma taxa de emprego, 89,0%. A mais alta regista-se entre os estrangeiros com origem de países não União Europeia, 90,3%. Quanto à taxa de desemprego, a mais alta verifica-se no total da população do concelho (13,7%), como é óbvio tendo em conta os dados anteriores, seguida pela registada entre os cidadãos de países da União Europeia e os naturais estrangeiros (11,0%). A taxa de desemprego mais baixa, verifica-se entre os cidadãos de países fora da União Europeia. A taxa de atividade verificada no total da população é de 50,2%, a mais baixa registada na Tabela acima apresentada, seguida pela verificada junto dos cidadãos de países da União Europeia (63,2%), dos naturais do estrangeiro (71,2%) e por fim, a taxa de atividade dos nacionais de países não União Europeia (83,6%), a mais alta registada.

Ao abordarmos o desemprego entre a população imigrante no concelho de Odemira, devemos ter em conta que consideramos como desempregados cidadãos com idade igual ou superior a

16 anos, inscritos no Centro de Emprego com o objetivo de obter um emprego por conta de outrem. Portanto, considera-se que estes cidadãos estão desempregados, disponíveis para trabalhar e possuidores de capacidades para integrar um posto de trabalho, incluindo as situações de primeiro emprego e de novo emprego. Sendo assim, os dados de seguida apresentados não abrangem cidadãos desempregados que não se encontrem inscritos no Centro de Emprego.

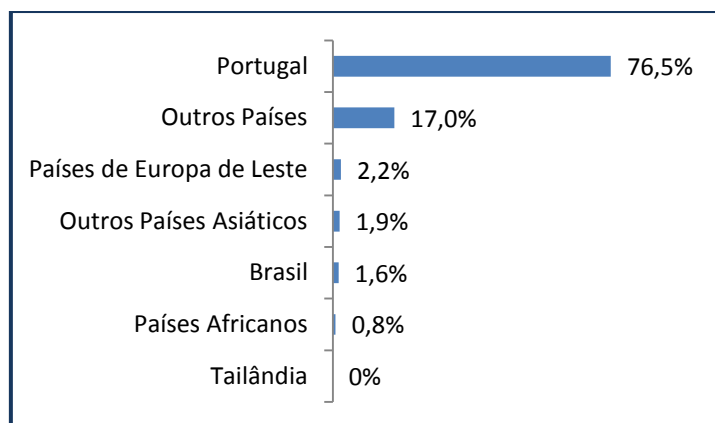
Gráfico 34 - Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais em dezembro de 2010



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

No ano de 2010, a maior percentagem de desempregados encontrava-se entre a população portuguesa (82,9%). Dos cidadãos imigrantes de países não terceiros, 11,6% estão desempregados, seguidos pelos originários dos Países da Europa de Leste (3,1%) e dos Países Africanos, com uma percentagem de desempregados de 0,5%. Os imigrantes asiáticos são os que apresentam uma menor percentagem de desempregados, verificando-se que os tailandeses têm 0,1% de desempregados e os cidadãos de Outros Países Asiáticos exibem uma percentagem de 0%.

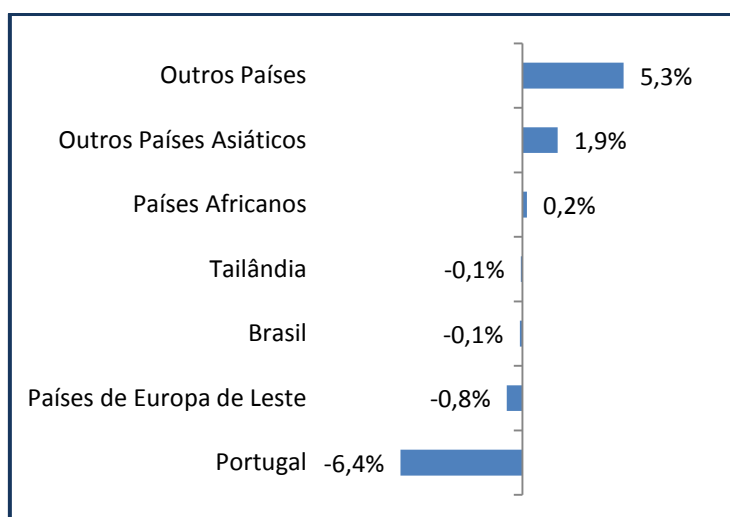
Gráfico 35 - Desempregados registados no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Em 2014, a população portuguesa registava uma percentagem de 76,6%, enquanto os cidadãos dos Outros Países apresentavam 17,0% de desempregados. Com percentagens mais baixas, temos os valores dos Países da Europa de Leste (2,2%), Outros Países Asiáticos (1,9%), Brasil (1,6%), Países Africanos (0,8%) e da Tailândia que apresentava 0% de desempregados.

Gráfico 36 - Variação da taxa de desempregados registada no concelho de Odemira, segundo os países de origem e grandes zonas mundiais, em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014

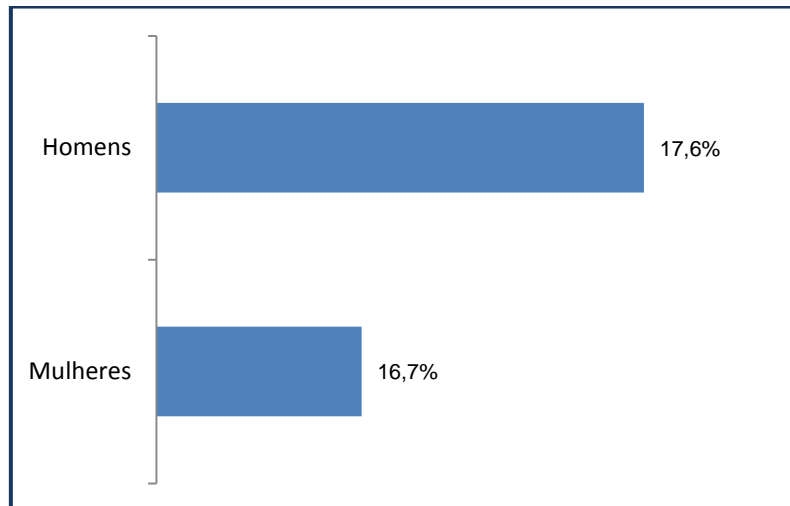


Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Observando agora a variação que a percentagem de desempregados sofreu nos anos de 2010 e 2014, podemos verificar que o número de desempregados aumentou entre os cidadãos de Outros Países (5,3%), Outros Países Asiáticos viram os seus desempregados subirem 1,9% e os de Países Africanos aumentaram 0,2%. Contrariamente, a população portuguesa viu o seu

número de desempregados diminuir 6,4%, os desempregados dos Países da Europa de Leste desceram 0,8%, os do Brasil 0,1% e os da Tailândia 0,1%.

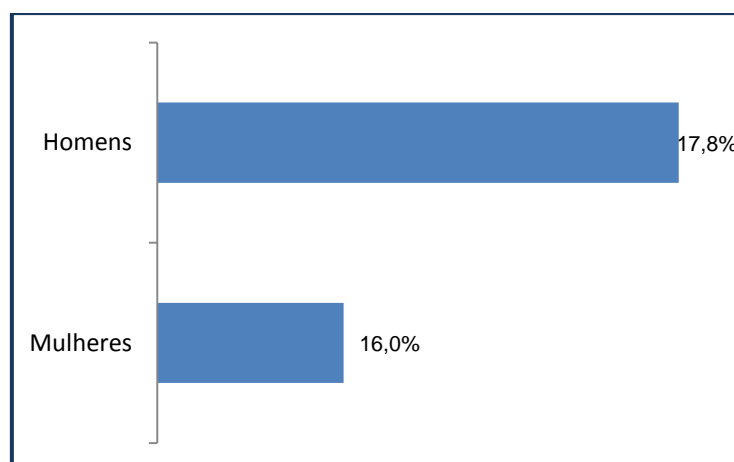
Gráfico 37 - Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo em dezembro de 2010



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

O gráfico 37, permite-nos observar a percentagem de desempregados estrangeiros no concelho de Odemira dividida por homens e mulheres. Em 2010 existiam 17,6% de homens estrangeiros desempregados e 16,7% de mulheres estrangeiras desempregadas.

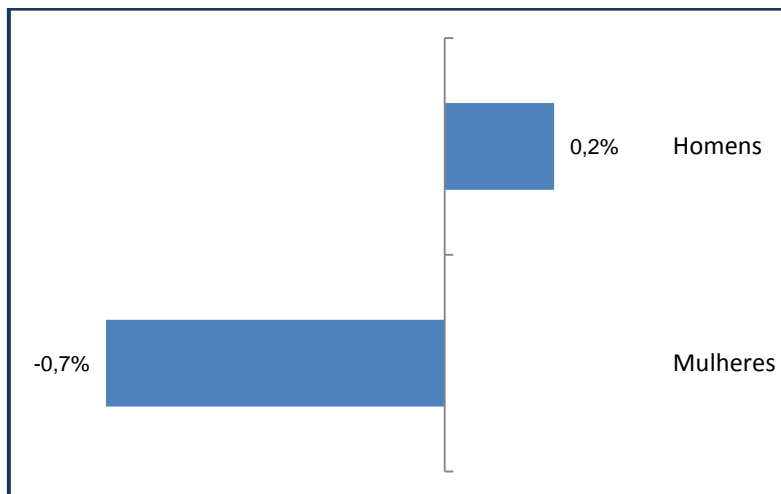
Gráfico 38 - Percentagem de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo, em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

No ano de 2014, os valores não são muito diferentes, registando-se nos homens uma percentagem de 17,8% e nas mulheres 16,0%.

Gráfico 39 - Variação da taxa de desempregados estrangeiros registados no concelho de Odemira segundo o sexo, em dezembro de 2010 e 2014

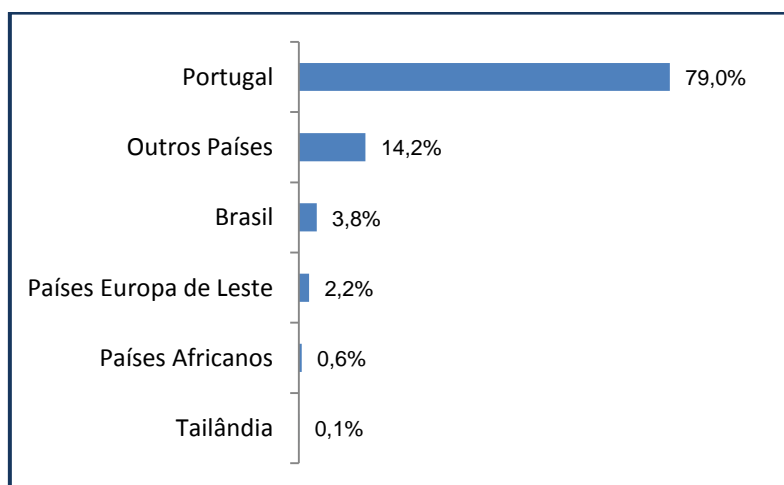


Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

A variação entre este dois anos de referência é para os homens de mais 0,2% de desempregados e nas mulheres o desemprego é de menos de 0,7%.

Continuando a analisar o desemprego no concelho de Odemira, os gráficos seguintes ilustram a percentagem de desempregados segundo o tempo de inscrição no Centro de Emprego: há menos de doze meses e há doze meses ou mais.

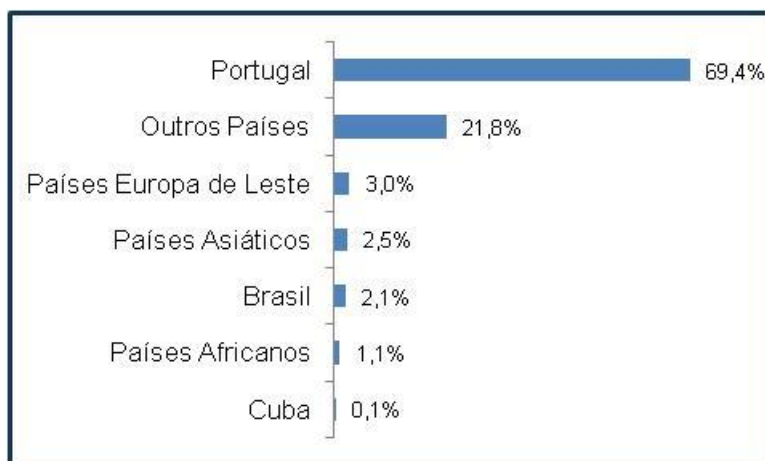
Gráfico 40 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2010



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Em 2010, o número de desempregados portugueses registados há menos de doze meses no Centro de Emprego era de 79,0%, significativamente mais alta do que os valores registados entre os cidadãos imigrantes. Dos Outros Países, existiam 14,2% de imigrantes registados em igual período, do Brasil 3,8%, dos Países da Europa de Leste 2,2%, dos Países Africanos 0,6% e da Tailândia, 0,1% de cidadãos desempregados há menos de 1 ano.

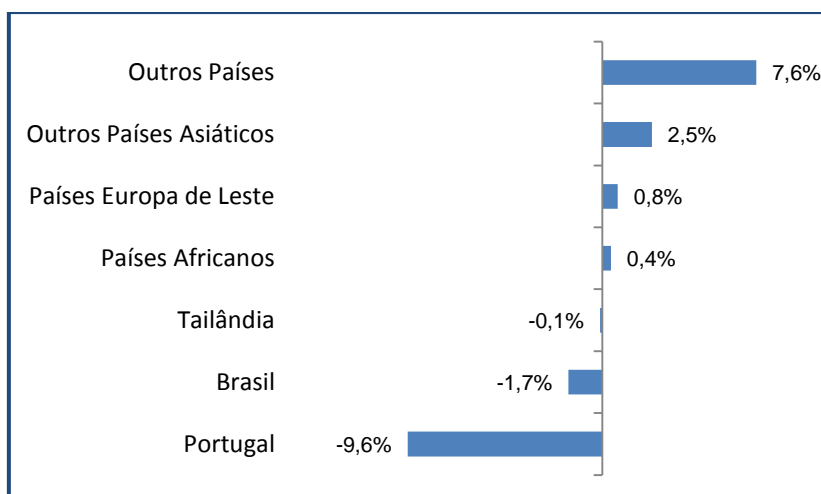
Gráfico 41 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

No ano de 2014, dos desempregados inscritos há menos de doze meses, 69,4% eram portugueses. Com uma percentagem substancialmente menos, aparecem os cidadãos dos Outros Países, (21,8%), dos Países da Europa de Leste (3,0%), dos Países Asiáticos (2,5%), do Brasil (2,1%), dos Países Africanos (1,1%) e de Cuba (0,1%).

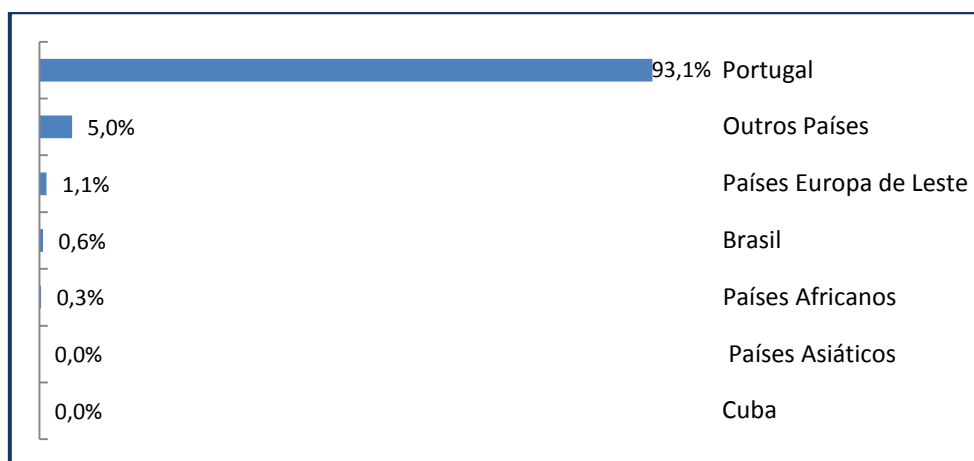
Gráfico 42 - Variação da taxa de desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há menos de doze meses no Centro de Emprego em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Observando a variação entre estes dois períodos, no que concerne aos desempregados inscritos no Centro de Emprego há menos de doze meses, a percentagem aumentou entre os cidadãos dos Outros Países (7,6%), dos Outros Países Asiáticos (2,5%), dos Países da Europa de Leste (0,8%) e dos Países Africanos (0,4%). A percentagem de cidadãos portugueses desempregados há menos de doze meses baixou, em igual período, 9,6%, de cidadãos brasileiros baixou 1,7% e entre os tailandeses baixou 0,1%.

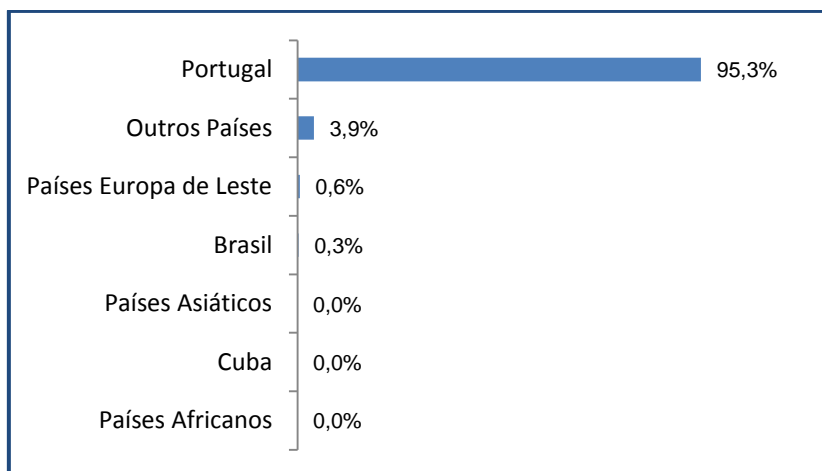
Gráfico 43 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2010



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Como se pode observar no gráfico 43, em 2010 os portugueses desempregados eram 93,1%, quase a totalidade dos desempregados inscritos no Centro de Emprego há doze meses ou mais. Os desempregados das outras nacionalidades representavam percentagens muito baixas: dos Outros Países 5,0%, dos Países da Europa de Leste 1,1%, do Brasil 0,6%, dos Países Africanos 0,3%, dos Países Asiáticos e de Cuba não se registavam desempregados há doze ou mais meses.

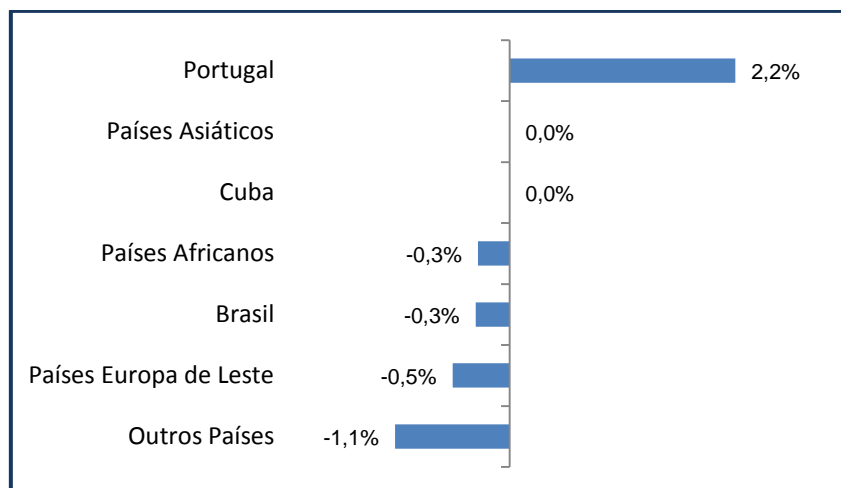
Gráfico 44 - Desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Em 2014, os desempregados portugueses inscritos há doze meses ou mais atingiam os 95,3% e como no ano de 2010, nos desempregados das outras nacionalidades as percentagens eram pouco significativas. Os desempregados dos Outros Países registavam um valor de 3,9%, os dos Países da Europa de Leste 0,6%, os do Brasil 0,3%, e com 0,0% os dos Países Asiáticos, Cuba e Países Africanos.

Gráfico 45 - Variação da taxa de desempregados registados no concelho de Odemira por nacionalidades, inscritos há doze meses ou mais no Centro de Emprego em dezembro de 2010 e em dezembro de 2014



Fonte: IEFP – Delegação Regional do Alentejo

Na variação da taxa de desempregados nos anos em análise, os desempregados portugueses foram os únicos que aumentaram a sua percentagem (2,2%). Os desempregados dos Países Asiáticos e de Cuba mantiveram a mesma percentagem. Nos Países Africanos a percentagem

de desempregados desceu 0,3%, assim como os do Brasil, nos Países da Europa de Leste houve um decréscimo de 0,5% e nos Outros Países -1,1%.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que os cidadãos portugueses são os que registam a maior percentagem de desempregados no concelho de Odemira, verificando-se os valores mais altos nos desempregados inscritos no Centro de Emprego há doze meses ou mais. Nos cidadãos das outras nacionalidades em análise, os baixos valores de desempregados podem ser justificados pelo facto das empresas agrícolas absorverem toda a mão-de-obra disponível.

Foram também solicitados dados sobre os seus trabalhadores estrangeiros às empresas agrícolas parceiras da CMI (5) e a uma associação de horticultores, mas somente três destas entidades os disponibilizaram.

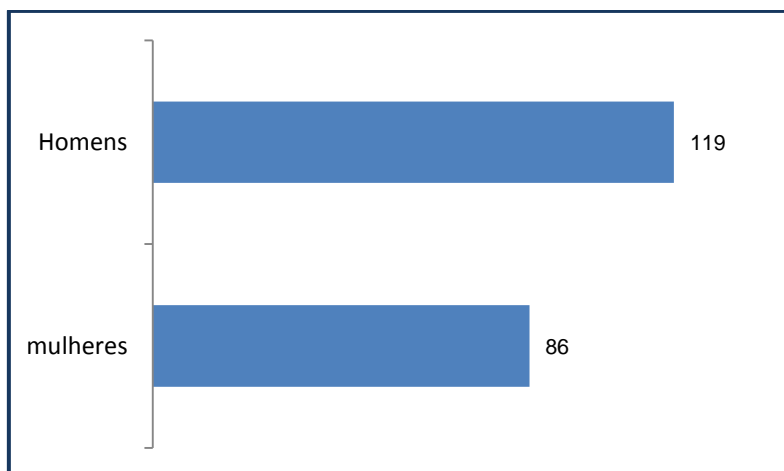
Tabela 24 - Nº de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o seu país de origem, à data do fim do mês de fevereiro/2015

País de Origem	Fevereiro/2015
Marrocos	1
Moçambique	1
Moldávia	1
Cabo Verde	2
Brasil	2
Ucrânia	5
Tailândia	12
Outros Países	181
Total	205

Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

No final de fevereiro de 2015, existiam 205 trabalhadores estrangeiros nas empresas fornecedoras destes dados. Destes 215, a grande maioria (181), era originária de Países considerados não terceiros. A nacionalidade a seguir mais representativa é a tailandesa, com 12 trabalhadores, 5 ucranianos, 2 cabos verdianos e brasileiros, e um moldavo, um moçambicano e um marroquino.

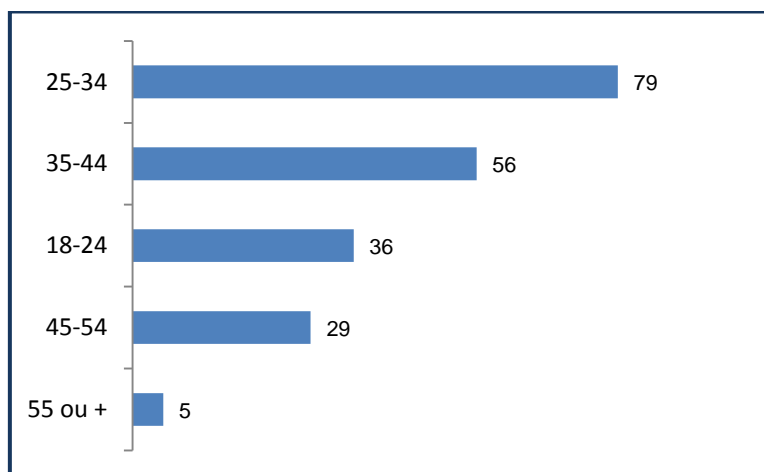
Gráfico 46 - Nº de trabalhadores estrangeiros em empresas agrícolas, segundo o género, à data do fim do mês de fevereiro/2015



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Segundo esta fonte, em fevereiro de 2015 estavam a trabalhar nas empresas agrícolas 119 homens e 86 mulheres. São mais os homens que imigram por motivos laborais, muitas das vezes, pelo menos no início da estadia, sem a companhia da família.

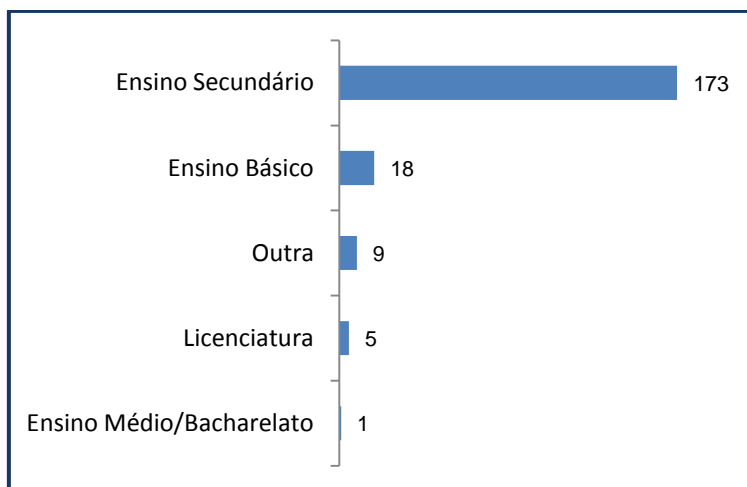
Gráfico 47 - Nº de trabalhadores estrangeiros de empresas agrícolas, por grupos etários, à data do fim do mês de fevereiro/2015



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Quanto à idade destes trabalhadores podemos observar através do gráfico 47, que o grupo etário mais representativo é o dos 25 aos 34 anos (79), seguido pelo grupo etário dos 35 aos 44 anos (56), dos 18 aos 24 anos temos 36 trabalhadores, dos 45 aos 54 anos, 29 trabalhadores e com 55 ou mais anos, temos 5 cidadãos.

Gráfico 48 - Nº de trabalhadores estrangeiros de empresas agrícolas, segundo as suas habilitações escolares, à data do fim do mês fevereiro/2015



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

O gráfico acima apresenta as habilitações dos trabalhadores das empresas e como podemos verificar, o Ensino Secundário é o nível de ensino da maior parte dos trabalhadores estrangeiros (173), seguido do Ensino Básico (18), com Outra temos 9 trabalhadores, licenciados 5 e Ensino Médio/Bacharelato 1 trabalhador.

Tabela 25 - Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Barreira linguística	As nacionalidades presentes no concelho são, na sua maioria, de países terceiros asiáticos e da europa de leste, o que torna a comunicação entre a comunidade local e os cidadãos estrangeiros mais difícil	A promoção do Programa PPT no concelho A existência de um CLAII no território O GIP, a nível local, estabelece os primeiros contactos com os cidadãos imigrantes e diligencia as inscrições nas ações de PPT Projeto Capacitando, TAIPA	1ª Prioridade
Transporte / Mobilidade no Concelho	Uma insuficiente rede de transportes públicos		1ª Prioridade
Necessidade de diversificar as ofertas de emprego/necessidade de criar novas respostas em termos laborais para a integração dos imigrantes	Insuficiente número de cidadãos empreendedores estrangeiros, no território Os cidadãos que criam o seu próprio negócio, não procuram investir em atividades económicas diferenciadas das que existem no concelho	Implementação do Ninho de Empresas. Iniciativa Odemira Empreende (Prémio Espírito Empreendedor, Balcão do Empreendedor, Via Verde Empresário)	1ª Prioridade
Muitas empresas empregadoras desconhecem os seus direitos e deveres em matéria laboral, no que respeita à contratação de cidadãos estrangeiros	Desconhecimento por parte dos empresários, da Lei da Imigração e do Trabalho		1ª Prioridade
O imigrante desconhece que está ilegal	Insuficiente informação traduzida A barreira linguística não facilita a compreensão dos procedimentos necessários para a legalização dos cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros	A existência de um CLAII no território Fiscalização/Sensibilização por parte do SEF	1ª Prioridade

2.4.4. Educação e Língua

A Constituição da República Portuguesa define que “Todos têm direito ao ensino com garantia à igualdade de oportunidades de acesso a êxito escolar” (artigo 74.1) e que, na realização da política de ensino incumbe ao estado “Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino” (artigo 72.2, alínea J). Assim, todas as crianças e jovens imigrantes ou descendentes de imigrantes que se encontrem a residir em Portugal, em situação legal ou ilegal, têm perante a lei, direito ao ensino.

Ao longo das últimas décadas, as nossas escolas têm vindo a deparar-se com o aumento do número de alunos estrangeiros e com a crescente diversidade das origens dos mesmos. As escolas apresentam-se, hoje, como espaços multiculturais e por isso detêm um papel fundamental no acolhimento e integração dos alunos imigrantes e na sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante.

O processo de ensino/aprendizagem do português como segunda língua é encarado como um desafio para as nossas escolas, uma vez que este é a base de suporte a todo o percurso escolar destes alunos e uma ferramenta essencial à sua integração social, escolar e consequentemente, ao sucesso escolar. “Nesta perspetiva, é preciso ter em conta o nível de proficiência que o aluno tem da língua de escolarização, uma vez que o seu domínio é fator determinante ou condicionante nas aprendizagens realizadas nas restantes disciplinas.” (Silva e Gonçalves, 2011)

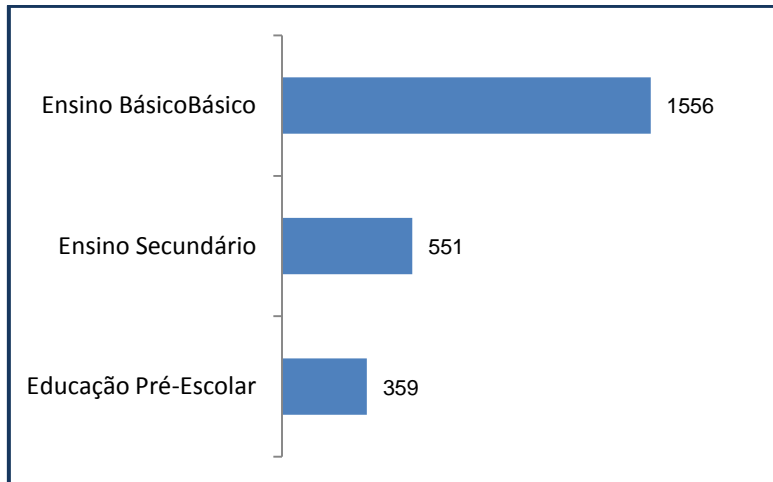
Assim, “a aprendizagem do português como língua não materna assume-se neste momento, como uma questão fundamental Não se trata só do ensino/aprendizagem na vertente da correção linguística mas trata-se também do ensino/aprendizagem da língua portuguesa como veículo de aprendizagem de culturas e de cidadania.” (Silva e Gonçalves, 2011)

Apesar de atualmente existir um forte enquadramento legal para a promoção do ensino do português como segunda língua, “Muitas crianças continuam a aceder à escola em situações desiguais, sem as condições mínimas para competir e realizar um percurso escolar com sucesso.” (Hortas, 2013)

Os nossos estabelecimentos de ensino enfrentam obstáculos que podem pôr em causa, de forma significativa, os resultados do sucesso escolar. As dificuldades de acesso a recursos humanos disponíveis ao nível do corpo docente, somadas às dificuldades logísticas, afetam o bom aproveitamento dos alunos estrangeiros. Um deficiente processo de ensino/aprendizagem da língua de acolhimento, pode conduzir ao insucesso e ao abandono escolar.

Apresentamos, de seguida, dados estatísticos que nos podem ajudar a compreender a realidade das nossas escolas perante a presença de alunos das mais diversas origens e culturas. Foram solicitados dados a todos os Agrupamentos de Escolas (5) e Escolas Não Agrupadas (3) do concelho, mas só quatro Agrupamentos de Escolas e duas Escolas Não Agrupadas os disponibilizaram.

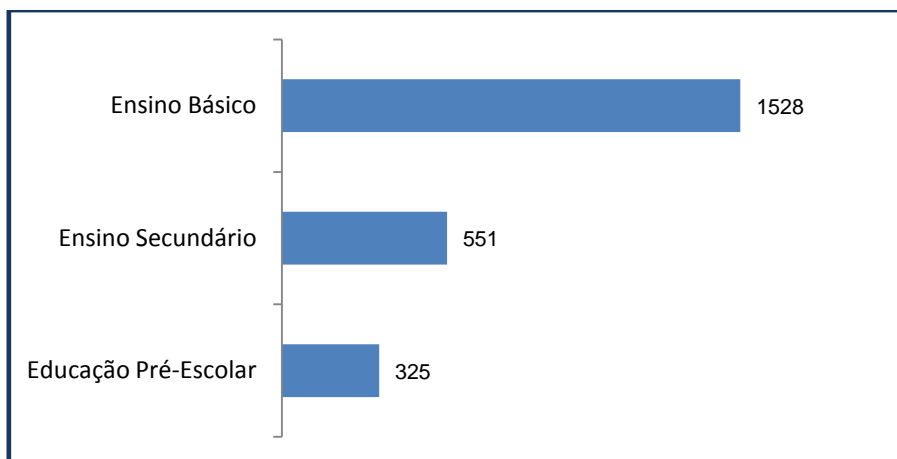
Gráfico 49 - Nº total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2013/2014



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No ano letivo de 2013/2014 estavam matriculados nos vários estabelecimentos de ensino existentes no concelho e que responderam à nossa solicitação de envio de dados estatísticos, um total de 2466 alunos, distribuídos da seguinte forma pelos três níveis de ensinados: No Ensino Básico estavam matriculados 1556 alunos, no Ensino Secundário 551 e na Educação Pré-Escolar 359 crianças. O Ensino Básico é o nível que abrange mais crianças e jovens em idade escolar.

Gráfico 50 - Nº total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015

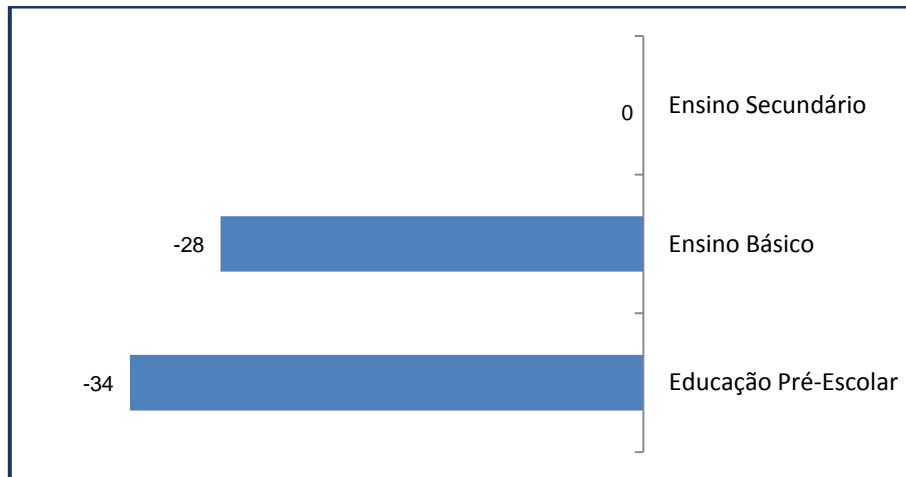


Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Observando agora o ano letivo de 2014/2015, o Ensino Básico continua a ser o nível de ensino onde se regista mais alunos matriculados (1528), no Ensino Secundário encontram-se

matriculados 551 alunos e no Ensino Pré-Escolar 325 crianças. No total, existem 2404 crianças e jovens matriculados neste ano letivo.

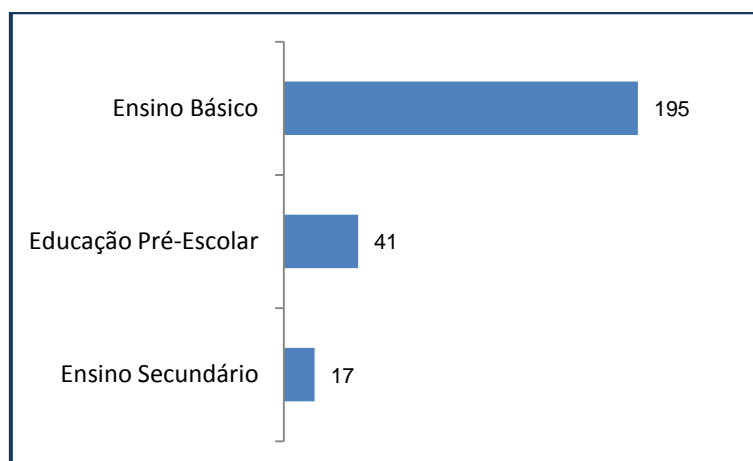
Gráfico 51 - Variação do número total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Comparando o número total de alunos matriculados nos anos letivos em análise, verificamos o número de alunos matriculados no Ensino Secundário manteve-se, enquanto que no Ensino Básico (-28) e na Educação Pré-Escolar (-34), o número de crianças e jovens matriculados diminuiu ligeiramente.

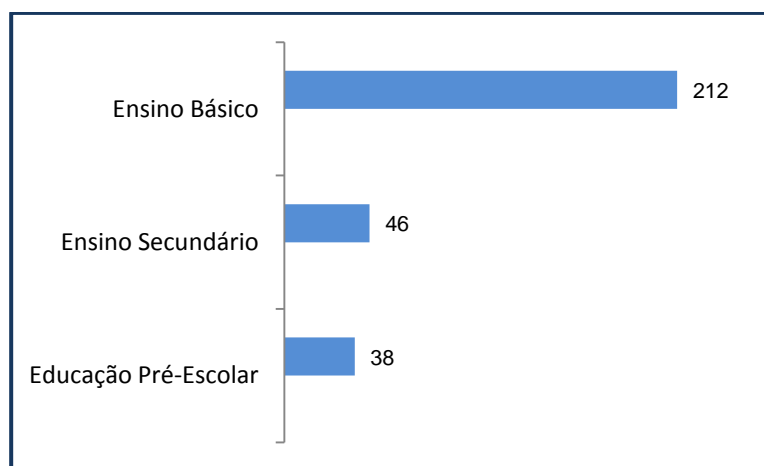
Gráfico 52 - Nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No ano letivo de 2012/2013, podemos observar que o número total de alunos estrangeiros matriculados nos vários estabelecimentos de ensino era 253, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino. No Ensino Básico estavam matriculados 195 alunos, na Educação Pré-escolar 41 crianças e no Ensino Secundário 17 alunos.

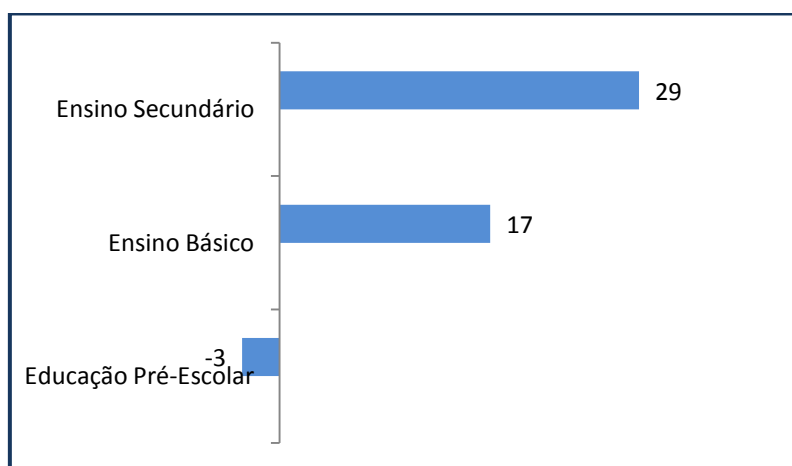
Gráfico 53 - Nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No ano letivo 2014/2015 os valores alteraram-se substancialmente. O número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico é 212, no Ensino Secundário é 46 e na Educação Pré-Escolar encontram-se matriculadas 38 crianças estrangeiras.

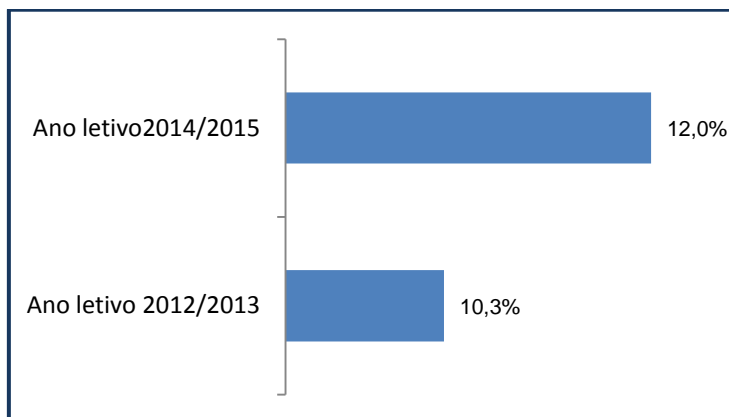
Gráfico 54 - Variação do nº de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013 e 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

O gráfico 54, apresenta a variação do número de alunos estrangeiros nos dois anos letivos em análise. No Ensino Secundário houve um aumento de 29 alunos e no Ensino Básico 17, enquanto que na Educação Pré-Escolar, um decréscimo de 3 crianças.

Gráfico 55 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira nos anos letivos de 2012/2013 e 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Na generalidade, como provam os gráficos anteriores, o número de alunos estrangeiros tem vindo a aumentar nas escolas do concelho. No presente gráfico podemos observar a percentagem de alunos estrangeiros relativamente ao número total de alunos. No ano letivo de 2012/2013 os alunos estrangeiros tinham um peso de 10,3% e no ano letivo de 2014/2015 o valor aumentou para 12,0%.

O envolvimento dos pais na educação dos filhos é importante para o sucesso escolar das crianças. A participação ativa dos encarregados de educação na vida escolar, de forma mais formal também é essencial, colaborando assim para a defesa dos direitos das crianças e jovens e, simultaneamente, contribui para uma escola mais aberta à comunidade e mais responsável pelos serviços que presta. Esta participação não é muito comum nos cidadãos estrangeiros uma vez que a língua pode ser uma barreira, assim como o desconhecimento respeitante ao nosso sistema de ensino.

Tabela 26 - Nº de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais existentes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem

País de origem	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015
País UE	1	1

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Nos anos letivos em análise e segundo as informações recolhidas junto dos estabelecimentos de ensino, somente um encarregado de educação de nacionalidade estrangeira, não cidadão de país terceiro, pertenceu e pertence, no presente ano letivo, aos órgãos sociais de uma associação de pais.

Tabela 27 - Nº de encarregados de educação estrangeiros que integram os órgãos consultivos das escolas do concelho de Odemira nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, segundo o seu país de origem

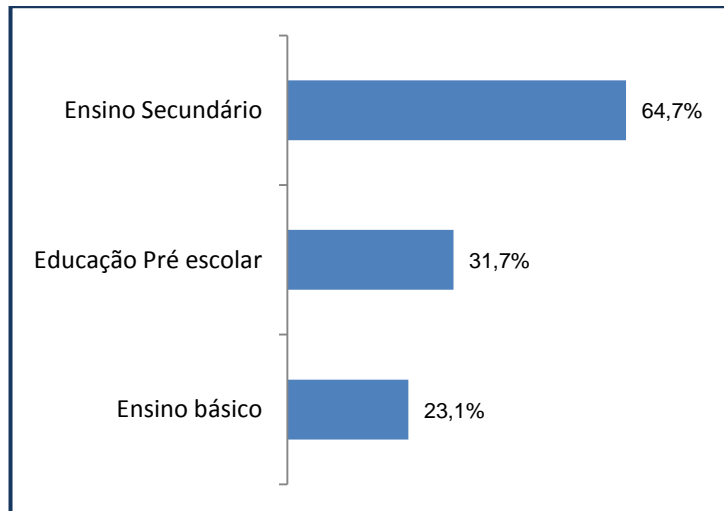
País de origem	Ano letivo 2013/2014			Ano letivo 2014/2015		
	Conselho Pedagógico	Conselho Geral	Representante de Pais	Conselho Pedagógico	Conselho Geral	Representante de Pais
Outro País	0	2	1	0	3	2

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Relativamente à participação de encarregados de educação estrangeiros nos órgãos consultivos dos estabelecimentos de ensino no ano letivo de 2012/2013, pode-se verificar que no Conselho Pedagógico não existiu qualquer participação de encarregados de educação estrangeiros. No Conselho Geral, verificou-se a participação de 2 cidadãos imigrantes e outro cidadão eleito como Representante dos Pais numa das turmas existentes. Este Representante é eleito pelos encarregados de educação de cada turma. No presente ano letivo, 2014/2015, o Conselho Pedagógico também não conta com a participação de nenhum encarregado de educação estrangeiro. No Conselho Geral regista-se a presença de 3 e como Representante dos Pais existem 2 encarregados de educação originários de outros países.

O acompanhamento do percurso escolar dos filhos por parte dos encarregados de educação estrangeiros está, na maior parte das situações, comprometida por falta de estratégias e de recursos humanos na escola, capazes de esclarecer e informar estes cidadãos sobre a integração e o aproveitamento escolar dos seus educandos. Os encarregados de educação estrangeiros que não possuam algum domínio da língua portuguesa, poderão, logo à partida, ficar pouco motivados para se deslocarem à escola e procurarem conhecer a situação escolar dos seus filhos. Outros motivos poderão contribuir para a não comparência destes encarregados de educação na escola, como a sua situação profissional e horários de trabalho, os horários estabelecidos pela escola para o atendimento e para reuniões, a distância casa-escola aliada a uma fraca rede de transportes.

Gráfico 56 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013

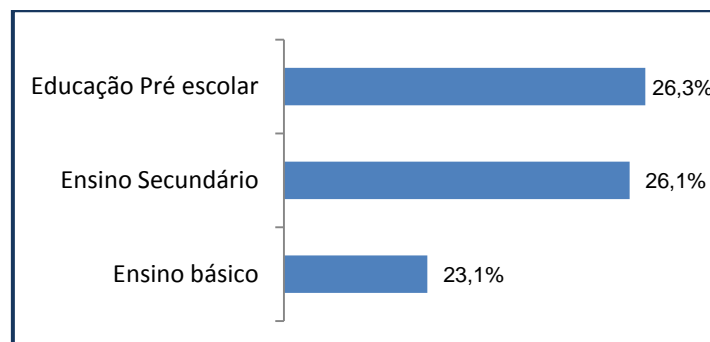


Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Apesar dos constrangimentos referidos anteriormente, no gráfico acima apresentado podemos verificar, que uma importante percentagem de encarregados de educação estrangeiros se interessam e se deslocam à escola para se informarem sobre o percurso escolar dos seus filhos.

No ano letivo de 2012/2013 64,7% dos encarregados de educação com jovens a seu cargo a frequentar o Ensino Secundário, estiveram presentes em reuniões de avaliação. Na Educação Pré-Escolar 31,7% estiveram presentes e no Ensino Básico, 23,1%. Curiosamente, na comunidade local, os encarregados de educação que menos comparecem às reuniões de avaliação promovidas pela escola, são os que têm os seus educandos a frequentar o Ensino Secundário.

Gráfico 57 - Percentagem de encarregados de educação estrangeiros presentes em reuniões, com a Educadora de Infância/Professor(a) Titular de Turma/Diretor(a) de Turma, nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2013/2014



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

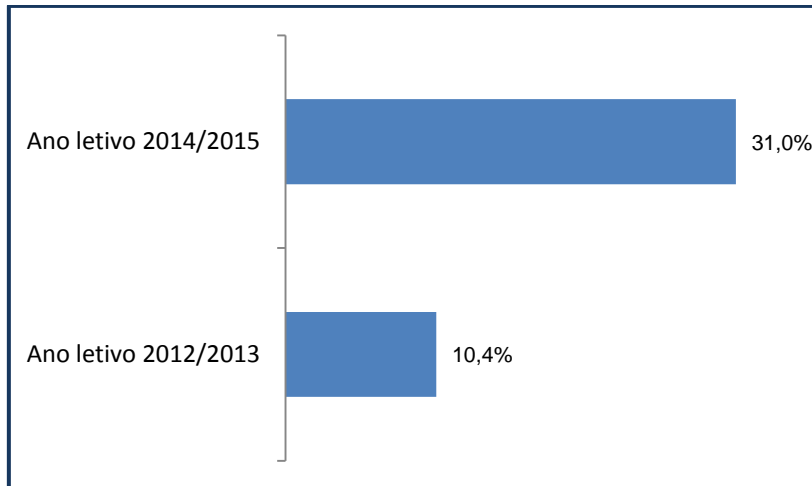
No ano letivo transato, 2013/2014, foram os encarregados de educação de crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar que mais participaram em reuniões de avaliação (26,3%), seguidos pelos que possuem filhos no Ensino Secundário (26,1%) e por fim, os encarregados de educação de alunos que frequentam o Ensino Básico (23,1%).

O sistema educativo português, através de vários suportes legislativos, prevê que os alunos filhos de pais imigrantes possam beneficiar de apoio pedagógico adequado à sua situação. Este, deve centrar-se na superação das dificuldades sentidas pelo aluno na disciplina de Português fundamentalmente.

O Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, que regulamenta o ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) no Ensino Básico, com as alterações introduzidas pelo Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/7, e o Despacho Normativo nº 30/2007, de 10 de agosto, que regulamenta o PLNM no Ensino Secundário, com as alterações introduzidas pelo Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/8, determinam que “Os alunos que se encontram no nível de iniciação ou no nível intermédio devem frequentar o PLNM, o qual, (...), passa a ser equivalente à disciplina de Língua Portuguesa, com a mesma carga horária desta disciplina. O Professor de PLNM deve reservar 45 minutos da carga horária semanal para trabalhar a língua portuguesa enquanto língua veicular das restantes disciplinas. (...) Os alunos de PLNM são agrupados por nível de proficiência linguística a não por ciclo ou nível de ensino, devendo os materiais didáticos a utilizar ser adequados à faixa etária dos alunos. Cada grupo de nível de proficiência deve ser constituído, no mínimo, por dez alunos, podendo agrupar-se, para este efeito, alunos dos níveis de iniciação e intermédio, de modo a respeitar esse mínimo.” (Ofício Circular/DGIDC/2011/GD/7 e Circular/DGIDC/2011/GD/8)

Apesar destas orientações e outras ao nível do planeamento de estratégias, da avaliação interna e externa, as escolas deparam-se com constrangimentos ao nível dos recursos humanos e da existência de horas letivas e não letivas para os procedimentos algo complexos e morosos, mas necessários, e horas de lecionação. O facto do grupo de alunos ter obrigatoriamente o número mínimo de dez alunos também não é facilitador, uma vez que existem escolas que não têm os alunos estrangeiros suficientes para constituir o referido grupo, e assim esses alunos acabam por apenas usufruir de algumas horas semanais de apoio de PLNM (e não o PLNM como disciplina, em substituição da disciplina de Português), manifestamente insuficientes para uma aprendizagem da língua nacional, um dos fatores essenciais à sua integração e sucesso escolar. Existem escolas no nosso concelho, que tendo alunos estrangeiros matriculados, não oferecem qualquer tipo de apoio de PLNM. Situação diferente gozam as escolas que detêm um contrato de autonomia pedagógica, que podem gerir com mais liberdade os seus recursos.

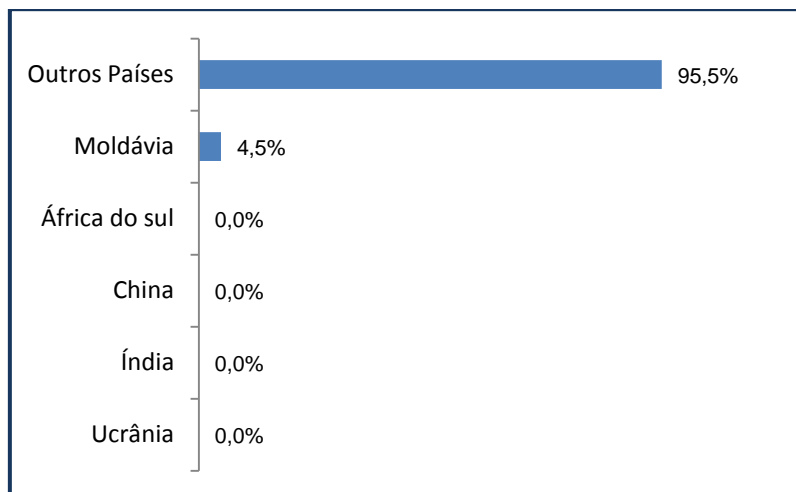
Gráfico 58 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, e 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

O gráfico 58, mostra a percentagem de alunos estrangeiros matriculados, ou em situação de apoio, nos PLNM nos anos letivos em análise. No ano letivo de 2012/2013, só 10,4% dos alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, frequentavam esta disciplina ou usufruíam de algum tipo de apoio neste âmbito. No ano letivo 2014/2015, a percentagem de alunos a desfrutar do PLNM aumentou significativamente (31,0%).

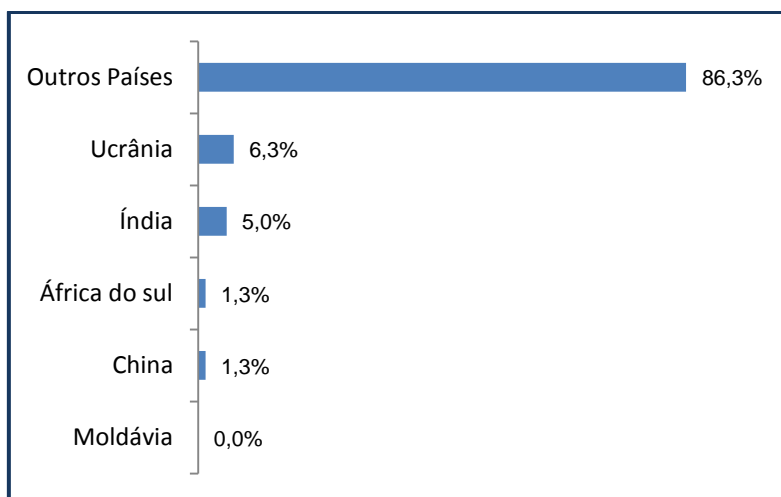
Gráfico 59 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou em apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2012/2013, segundo o seu país de origem



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

Analisando agora os países de origem dos alunos que frequentam o PLNM no ano letivo 2012/2013, podemos notar que os mesmos são predominantemente de países considerados não terceiros (95,5%) e 4,5% tinham como país de origem a Moldávia.

Gráfico 60 - Percentagem de alunos estrangeiros matriculados na disciplina (ou apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, no ano letivo de 2014/2015, segundo o seu país de origem



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

No presente ano letivo, 2014/2015, regista-se uma maior diversidade nos países de origem dos alunos que frequentam o PLNM. Os alunos de países considerados não terceiros continuam a ser os mais representativos (86,3%), seguidos pelos alunos de origem ucraniana (6,3%), indianos (5,0%), da África do Sul e da China (1,3%) e da Moldávia 0,0%, relembrando que no ano de 2012/2013 registou-se o valor de 4,5%. (ver Gráfico 59).

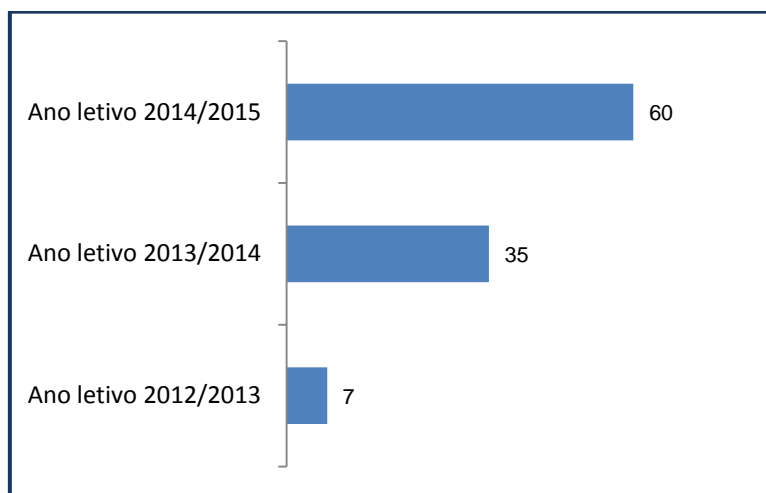
Tabela 28 - Nº de docentes que lecionam a disciplina (ou o apoio) de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015

Níveis de ensino	Ano letivo 2012/2013		Ano letivo 2013/2014		Ano letivo 2014/2015	
	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM
Ensino Básico	3	7	8	32	7	57
Ensino Secundário	0	0	1	3	1	3
Total	3	7	9	35	8	60

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

A tabela 28, permite analisar os docentes que as escolas afetaram à disciplina ou apoio de PLNM desde o ano letivo de 2012/2013 ao de 2014/2015. No primeiro ano em análise, 2012/2013, os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não agrupadas do concelho, disponibilizaram aos alunos estrangeiros do Ensino Básico 3 docentes com um total de 7 horas semanais distribuídas e no Ensino Secundário não existiu qualquer afetação de docente e consequentemente, de horas semanais. No ano letivo de 2013/2014, estiveram nestas funções, ao nível do Ensino Básico, 8 docentes com um total de 32 horas semanais. Ainda no mesmo ano, no Ensino Secundário, 1 docente possuía no seu horário de trabalho 3 horas semanais no âmbito do PLNM. Em relação ao ano letivo transato, 2013/2014, o número de docentes aumentou para mais do dobro, e o número de horas quase que quintuplicou. No presente ano letivo, o número de docentes e de horas distribuídas mantém-se mas ao nível do Ensino Básico, o número de docentes afetos diminuiu para 7 e o número de horas sofreu um novo aumento e passou para 57 horas semanais. Este acréscimo de recursos deveu-se, em parte, ao aumento do número de alunos, mas também à perceção de alguns responsáveis de estabelecimento de ensino concelhios que os levou a gerir com maior eficácia os recursos disponíveis às suas necessidades, proporcionando uma aprendizagem da língua portuguesa capaz de manter os alunos motivados e capacitados para desenvolverem o seu percurso escolar no âmbito do currículo correspondente ao ano de escolaridade que frequentam.

Gráfico 61 - Nº total de horas semanais da disciplina (ou apoio) de PLNM lecionadas no Ensino Básico e no Ensino Secundário nas escolas do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

O gráfico 61, dá-nos uma visão geral do aumento do número de horas de PLNM nos anos letivos em análise. Em 2013/2014 existiam 7 horas afetadas ao PLNM, no ano letivo seguinte 35 horas e no presente ano 60 horas.

Tabela 29 - Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Abandono e absentismo escolar por parte dos filhos dos imigrantes	<p>A diferença cultural dificulta a integração em meio escolar</p> <p>Algumas comunidades imigrantes não valorizam a escola</p> <p>A situação de ilegalidade de alguns agregados familiares não incentiva os cidadãos imigrantes a procurarem os estabelecimentos de ensino, para procederem à matrícula dos menores em idade escolar</p> <p>A barreira linguística sentida pelos alunos imigrantes em contexto escolar, principalmente, em sala de aula</p> <p>As dificuldades económicas das famílias</p> <p>A incipiente rede de transportes públicos</p> <p>Os adultos trabalham muitas horas e não fazem a supervisão das crianças</p> <p>O desconhecimento do sistema de ensino português e dos apoios de que podem usufruir frequentando a escola</p>	<p>Na maior parte dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas promove-se o apoio de PLNM</p> <p>A implementação de ações do PPT, promovido pelo IEFP</p> <p>A construção de currículos específicos adaptados através de contratos de autonomia de escolas;</p> <p>O Programa de Ensino à Distância (itinerante), já em uso para filhos de feirantes e ciganos</p> <p>Os apoios financeiros atribuídos pela Segurança Social ao agregado familiar</p> <p>A ação das Forças de Segurança, através da Equipa da “Escola Segura”</p> <p>O Projeto ST colabora com os estabelecimentos de ensino de S. Teotónio, no desenvolvimento de estratégias e atividades que contribuem para a integração e para a prevenção do abandono e absentismo escolar.</p> <p>O CLAI, com o papel de informar e encaminhar as situações de âmbito escolar</p> <p>A responsabilização das empresas empregadoras;</p> <p>Embaixadas e Consulados;</p> <p>Folheto elaborado pela CPCJ e Projeto ST-5G com informações básicas essenciais sobre educação,</p>	1ª Prioridade

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
	<p>A sazonalidade do trabalho e o facto de na época baixa das colheitas (dezembro a fevereiro) se deslocarem aos seus países de origem, fazendo-se acompanhar pelas crianças</p> <p>Desfasamento entre os sistemas de ensino com idades distantes no acesso ao percurso educativo</p>	saúde, traduzido em várias línguas.	
<p>O atendimento/participação dos encarregados de educação na escola é um problema, muito devido à barreira linguística</p>	<p>Os idiomas dos cidadãos nacionais de países terceiros não são do conhecimento geral, como é a língua inglesa</p> <p>Desconhecimentos do enquadramento legal que permite aos encarregados de educação ausentarem-se do seu posto de trabalho e possam deslocar-se às escolas para tomar conhecimento do percurso escolar dos seus filhos</p>		1ª Prioridade
<p>No concelho não são dinamizadas atividades em torno da aprendizagem da língua materna dos imigrantes residentes</p>	<p>A não existência de uma Associação de Imigrantes no concelho</p>		

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Existem estabelecimentos de ensino que ainda não dispõem de materiais pedagógicos de apoio aos docentes e aos alunos para trabalharem as questões da diversidade cultural	<p>O desconhecimento dos recursos existentes na internet</p> <p>Não existir um trabalho em rede entre as escolas para que seja possível partilhar estratégias e materiais pedagógicos</p>		1ª Prioridade
Insuficiente cobertura dos cursos de PPT no concelho	<p>A não aprovação das candidaturas elaboradas pelos Agrupamentos de Escolas às ações de PPT</p> <p>O processo burocrático associado à promoção das ações de formação PPT promovidas pelo IEFP.</p>		1ª Prioridade

2.4.5. Capacitação e Formação

Para que exista inclusão, no que diz respeito às comunidades imigrantes, a comunidade de acolhimento tem um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades, sendo a aprendizagem da língua portuguesa um dos fatores com maior peso.

Saber utilizar a língua do país de acolhimento nos diversos contextos do quotidiano, constitui uma mais-valia para se conseguir uma igualdade de oportunidades nas diferentes situações, com as quais os cidadãos imigrantes se deparam. Por isso, o PPT (Português para Todos) assume um papel preponderante ao conjugar três áreas indissociáveis: a língua portuguesa, a inclusão social e a interculturalidade.

De acordo com o Despacho nº 18476/2008, de 10 de julho, que regulamenta a criação deste Programa, são promovidos dois tipos de cursos: os cursos para falantes de outras línguas e os cursos de português técnico, ambos destinados a cidadãos imigrantes e seus descendentes com a situação regularizada em Portugal e com idade igual ou superior a 15 anos nas escolas e idade igual ou superior a 18 anos nos centros de formação do IEFP. Os primeiros referidos anteriormente, regem-se pelas diretrizes emanadas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, certificando os níveis A2 de utilizador elementar e B2, de utilizador independente. A aquisição do nível A2 é indispensável para que o imigrante aceda à cidadania, conheça os seus direitos e deveres, se desenvolva pessoal, familiar, cultural e profissionalmente. É igualmente, um dos requisitos para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente ou ao estatuto de residente de longa duração.

“Por sua vez, os cursos de português técnico procuram disponibilizar aos imigrantes já com algum domínio do português (nomeadamente com nível de certificação de A2) um aprofundamento de competências e proficiência de língua portuguesa orientadas para várias atividades económicas (e.g. Comércio, Hotelaria, Cuidados de beleza, Construção Civil e Engenharia Civil), com o intuito de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho em Portugal”. (Oliveira e Gomes, 2014)

Desconhecer a língua do país de acolhimento significa tornar-se mais vulnerável e dependente, manifestando-se em dificuldades de integração. A aquisição da competência comunicativa em língua portuguesa surge como uma ferramenta para quebrar o isolamento e a diferenciação no acesso à escolaridade, ao emprego e aos restantes direitos assegurados pela comunidade.

No concelho de Odemira, o PPT é assegurado, maioritariamente, pelo IEFP em articulação com o GIP (Gabinete de Inserção Profissional), e em 2015, o CLAI teve um papel preponderante de ligação entre os cidadãos imigrantes e o IEFP. No presente ano, temos conhecimento da realização de vários cursos descentralizados pelas várias freguesias do litoral e por diversas empresas, abrangendo uma maior número de nacionais de países terceiros do que os referenciados nas Tabelas abaixo representadas. O início da conceção do PMII e as reuniões da CMI, muito contribuíram para a realização destas ações descentralizadas.

Tabela 30 - Nº de cidadãos estrangeiros abrangidos na formação PPT, ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014

País de origem	Ano 2013		Ano 2014	
	PPT		PPT	
	HM	H	HM	H
País UE	26	10	113	66
Argélia	3	3	0	0
Ucrânia	0	0	1	0
Total	29	13	114	66

Fontes: GIP - Odemira

Observando a tabela 30, verificamos que no ano de 2013 frequentaram o PPT 29 cidadãos **estrangeiros** (13 homens e 16 mulheres) e que no ano de 2014 o número de cidadãos estrangeiros que participaram neste tipo de cursos aumentou de 29 para 114 (66 homens e 48 mulheres), mais 85 cidadãos do que em 2013.

Tabela 31 - Nº de cidadãos estrangeiros que concluíram a formação de aprendizagem de língua portuguesa, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014

País de origem	Ano 2013		Ano 2014	
	PPT		PPT	
	HM	H	HM	H
País UE	26	10	113	66
Argélia	3	3	0	0
Ucrânia	0	0	1	0
Total	29	13	114	66

Fontes: GIP - Odemira

A tabela 31, representa o número de cidadãos que concluíram e obtiveram uma certificação de nível A2 nos anos de 2013 e 2014, podendo-se observar que os valores são os mesmos quando comparados com a anterior tabela. Portanto, todos os cidadãos que frequentaram o PPT concluíram a formação e obtiveram um certificado.

Tabela 32 - Levantamento de dados qualitativos na área de Capacitação e Formação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>Muitos cidadãos imigrantes são licenciados mas os seus diplomas não são reconhecidos nem legalizados</p>	<p>Os cursos não são reconhecidos porque não há acordos com os países de origem dos cidadãos imigrantes</p> <p>Os imigrantes estão mais focados no trabalho do que nas questões da certificação</p> <p>A burocracia inerente ao processo desmotiva os imigrantes</p> <p>Os custos das traduções e do reconhecimento dos documentos, são elementos constrangedores a este processo</p> <p>Falta de informação sobre o que fazer e onde se dirigir</p> <p>Vínculos laborais precários que não permitem ausências para desenvolver este processo</p> <p>A barreira linguística que dificulta a comunicação</p> <p>As necessárias deslocações a Lisboa e a deficiente rede de transportes</p>	<p>Com os países com os quais temos acordo, os reconhecimentos dos diplomas tornam-se mais fáceis;</p> <p>Para alguns trabalhos, não é indispensável o reconhecimento de habilitações, mas sim o “saber fazer”</p> <p>O CLAI e o Projeto ST-5G informam e esclarecem os cidadãos imigrantes sobre as diligências necessárias ao desenvolvimento deste processo</p> <p>O ACM tem uma linha de tradução e serviços de informação</p> <p>Os cidadãos imigrantes são uma mais-valia para o concelho, porque preenchem as vagas de ofertas de emprego não ocupadas pelos cidadãos locais, tais como para médicos, enfermeiros ou prestadores de cuidados básicos</p>	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>Falta de informação da população imigrante</p>	<p>A barreira linguística provoca a dependência dos trabalhadores imigrantes a mediadores e representantes</p> <p>Os trabalhadores imigrantes estão mais focados no trabalho do que na informação e integração</p> <p>A situação de ilegalidade em que muitas vezes se encontram, fá-los retrain e não procurar informação</p>	<p>O Programa Português para Todos (PPT) é dirigido a todos os estrangeiros. Esta formação tanto pode ser procurada por empresas como pelos próprios imigrantes</p> <p>Existência de um CLAI no território</p> <p>Algumas empresas comunicam diretamente com os imigrantes e prestam as informações básicas</p> <p>O Folheto que está a ser elaborado pela CPCJ e Projeto ST-E5G, que inclui informações úteis sobre a Saúde, Educação e Medidas Sociais</p>	
<p>Falta de competências cívicas de algumas comunidades imigrantes</p>	<p>A sobrelotação habitacional proporciona situações que não se coadunam com uma devida capacitação humana, social e cívica</p> <p>O sentimento de não-pertença ao território permite que os cidadãos imigrantes não se sintam responsáveis, nem preocupados em respeitar algumas regras básicas de convivência</p>		

2.4.6. Cultura

A presença de várias comunidades imigrantes no nosso território é acompanhada pelo aumento da diversidade étnica e geográfica dos imigrantes. Esta diversidade manifesta-se de várias formas: presença de estabelecimentos de comércio étnico, variedade das formas de vestuário, cheiros e sabores das comidas tradicionais de diferentes regiões do mundo, sonoridades das línguas que se ouvem nas ruas e noutros espaços públicos, variedade da música e de outras formas de expressão artística e cultural, vindas de diferentes pontos do globo. A dimensão cultural constitui, muitas vezes, o centro de conflitos e de choque entre culturas, mas também é nela que se abrem possibilidades para os superar. Entidades públicas e privadas, principalmente do terceiro setor, escolas e associações culturais, podem contribuir para uma interculturalidade rica e saudável, capaz de mobilizar a compreensão e a aceitação da comunidade de acolhimento.

No nosso concelho já existem algumas iniciativas que contribuem para o conhecimento e respeito por diferentes culturas, nas suas diversas formas de expressão:

- Exposições
- *Workshops* de fotografia/pintura
- Eventos de gastronomia
- Sonoridades e sabores
- Projeto ST-E5G: Espetáculos de música e dança

Estes eventos são promovidos pela autarquia, por associações de artistas e por uma organização de desenvolvimento local. Podem realizar-se ao ar livre, no Cine-Teatro Camacho Costa e em algumas freguesias do concelho.

A programação cultural promovida pelo Município de Odemira contempla produtores/artistas de várias origens e nacionalidades, nomeadamente em dois eventos: o Festival TassJazz, promovido pelo Município de Odemira, teve em 2014 a sua 11ª edição, acontece anualmente na primeira semana de julho, em Odemira, e oferece um programa de alta qualidade e diversidade dentro do meio internacional do jazz. Esta é uma aposta do Município de Odemira para diversificar e qualificar a oferta cultural da região. O Município procura não só trazer artistas portugueses, como estrangeiros, de forma a enriquecer e valorizar a diversidade cultural. O público que assiste a este Festival é diverso e constituído por cidadãos de várias nacionalidades, residentes ou de visita ao nosso concelho. No Festival Sete Sóis, Sete Luas, uma rede cultural que existe há vários anos, numa partilha de espetáculos e exposições de artistas que acontece em 30 cidades e vilas de 11 países do Mediterrâneo e do Mundo: Brasil, Cabo Verde, Croácia, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Marrocos, Portugal e Roménia; acontece anualmente em vários locais do concelho de Odemira. O Festival Internacional Sete Sóis Sete Luas em Odemira, celebrou em 2014 a sua 22ª edição, um festival que vai ao encontro das pessoas e que se considera como promotor de turismo cultural.

Também a programação de espetáculos no Cineteatro Camacho Costa, em Odemira, tem abrangido expressões culturais de outros países, bem como os espetáculos/ações que acontecem no âmbito da FACECO – Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, que acontece anualmente em S. Teotónio, com cerca de 25 mil visitantes e 200 expositores.

Tabela 33 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cultura

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
A comunidade de acolhimento não se preocupa em respeitar as datas festivas de cada cultura representativa no concelho	Os cidadãos locais não conhecem qualquer comemoração significativa da comunidade imigrante As entidades empregadoras não procuram conhecer os aspetos culturais mais representativos de cada comunidade imigrante A ausência de uma Associação de Imigrantes no território	As Cáritas Diocesana dinamizam o centro de Apoio ao Imigrante, em articulação com o ACM. Já promoveram o evento “ Festa dos Povos”.	
As propostas culturais e existentes, à luz das suas referências culturais, são consideradas pelos imigrantes como insignificantes e limitadas	A comunidade imigrante desconhece as atividades culturais promovidas no concelho A divulgação dos eventos culturais não é traduzida A reduzida participação da comunidade imigrante na vida cultural do concelho		
As programações dos eventos culturais não são traduzidas	Custos financeiros implicados		
Não existe um intérprete/tradutor no concelho disponível para apoiar empresas e entidades públicas	Insuficientes recursos financeiros		

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>As comunidades imigrantes não revelam iniciativa para apresentar propostas de cariz cultural</p>	<p>A ausência de uma Associação de Imigrantes no território</p> <p>As estadias temporárias no território não permitem aos cidadãos imigrantes um envolvimento cultural</p> <p>A vinda da comunidade de cidadãos nacionais de países terceiros para o concelho, tem como principal objetivo melhorar as suas condições de vida</p>		

2.4.7. Saúde

A equidade deverá ser um dos princípios fundamentais de qualquer sistema de saúde.

A Constituição da Organização Mundial de Saúde de 1946 definiu que “os mais elevados padrões de saúde devem estar ao alcance de todos sem distinção de raça, religião, orientação política económica ou condição social.” O conceito de equidade em saúde da OMS implica a justa distribuição dos recursos necessários para a saúde, o justo acesso às oportunidades disponíveis, e a igualdade de apoio oferecido às pessoas quando se encontram doentes. (World Health Organization, 2006)

Igualmente, a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 64º que:

“1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais do cidadão, tendencialmente gratuito (...)

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos (...);

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país (...).”

A Lei de Bases da Saúde, Lei nº 48/90 de 24 de agosto, também destaca no seu Capítulo I, Base I, número 2, o direito de todos os cidadãos aos cuidados de saúde. Ou seja, a universalidade e o carácter geral do Serviço Nacional de Saúde (SNS) Português são de novo realçados na Lei de Bases da Saúde.

O acesso não equitativo aos serviços de saúde é um dos fatores que mais potencia as desigualdades no sistema de saúde. Por norma, são os grupos sociais mais desfavorecidos que mais dificuldades e obstáculos encontram no acesso aos serviços de saúde, como é o caso dos cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros.

Tendo em conta que a saúde se assume como um fator de fundamental importância para garantir a plena integração dos imigrantes, é essencial que os meios de saúde existentes sejam disponibilizados na exata medida do cidadão estrangeiro e independentemente das suas condições económicas, sociais e culturais, em igualdade de tratamento dos beneficiários do SNS. Assim, qualquer imigrante que se encontre em território nacional e se sinta doente, ou precise de algum tipo de cuidados de saúde, tem o direito a ser assistido em qualquer unidade de saúde pública, sem que esses serviços se possam recusar a assisti-lo com base em quaisquer razões ligadas à nacionalidade, falta de meios económicos, falta de legalização ou outras.

Assim, segundo o Despacho nº 25360/2001 de 12 de dezembro, todos os cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal têm acesso aos cuidados de saúde e à assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem o SNS. Para

que tal, os cidadãos devem inscrever-se no SNS, mediante a apresentação, nos serviços de saúde da sua área de residência, do documento comprovativo de autorização de permanência ou de residência ou visto de trabalho em território nacional. Para os cidadãos estrangeiros que residam em Portugal mas que, contudo, não se encontrem nas situações acima referidas poderão ter acesso aos serviços de saúde do SNS “mediante a apresentação junto dos serviços de saúde da sua área de residência de documento comprovativo, emitido pelas juntas de freguesia, nos termos do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, de que se encontram em Portugal há mais de 90 dias”. (Despacho 25360/2001, de 12 de dezembro). Aos imigrantes indocumentados, podem ser cobradas as despesas efetuadas nos estabelecimentos do SNS, com exceção de situações em que alguém do seu agregado familiar efetue descontos para a Segurança Social ou nas situações em que os cidadãos estrangeiros se encontrem em carência económica e social aferida pelos serviços de Segurança Social. Além destas, estão salvaguardadas as situações em que existam doenças transmissíveis que coloquem em perigo a saúde pública e as situações de saúde materna, saúde infantil e planeamento familiar e, também, vacinas do Programa Nacional de Vacinação.

Relativamente à prestação dos serviços de saúde no nosso concelho, foram solicitados dados estatísticos ao Centro de Saúde de Odemira relativos ao atendimento efetuado a cidadãos nacionais de países terceiros, mas fomos informados que tendo em conta que a entidade não possui um registo digital e organizado dos atendimentos, não lhe foi possível disponibilizar a informação solicitada.

Tabela 34 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Barreira da Língua	Os idiomas dos cidadãos nacionais de países terceiros não são do conhecimento geral, como é a língua inglesa	Serviço de Tradução Telefónica do ACM	1ª Prioridade
Desconhecimento dos direitos no acesso à Saúde	Os Serviços de Saúde não disponibilizam a informação traduzida em várias línguas já existente. Os Serviços de Saúde conhecem parcialmente os direitos dos cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros	A CPCJ, em articulação com os técnicos do projeto ST-E5G, está a elaborar um folheto em várias línguas (alemão, búlgaro e inglês), cujo objetivo é sensibilizar os imigrantes para as questões relacionadas com a saúde; CLAll – acolhimento e informação de imigrantes em varias áreas, designadamente a saúde; INFO+ (parceria com a Associação para o Planeamento da Família (APF) Alentejo): <ul style="list-style-type: none"> • - Sensibilização e informação em Saúde Sexual e Reprodutiva em S. Teotónio, • Sensibilização e informação em Saúde Sexual e Reprodutiva e rastreio HIV/SIDA em Vila Nova de Milfontes, Almogrove (a marcar) e empresas agrícolas (a marcar); Existência do Gabinete do Cidadão- Centro de Saúde (anterior Gabinete do Utente) tem um técnico, à quarta-feira das 14h30 às 16h30, facilitador no acesso aos cuidados de saúde, cuja missão consiste em informar os utentes dos seus direitos	1ª Prioridade

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Dificuldade de inscrição como Utente.	<p>A Delegação do SEF está localizada em Beja, a 90km da sede do concelho, dificultando a celeridade e a complexidade do processo</p> <p>A permanência no território em situação ilegal</p>	<p>Existência de legislação (Circular Informativa emitida pela Direção Geral de Saúde (DGS) aos estabelecimentos de saúde em várias línguas), referindo que para emissão do n.º de utente, os imigrantes nacionais de países terceiros devem apresentar visto de trabalho. No caso de não possuírem esta documentação, os cidadãos nacionais de países terceiros poderão, se cá estiverem há mais de 90 dias, apresentar título de residência emitido pelo SEF. Aos ilegais, sem prejuízo de lhe serem prestados os cuidados de saúde necessários, devem ser encaminhados para o CLAI, a fim de proceder à regularização da situação</p>	1ª Prioridade
Pagamento de Taxas Moderadoras	<p>Aos cidadãos estrangeiros ilegais, as unidades prestadoras dos serviços de saúde podem exigir a cobrança segundo as normas e tabelas em vigor</p>	<p>- A Legislação define que os cidadãos estrangeiros que efetuem descontos para a Segurança Social pagam as taxas em condições iguais aos cidadãos nacionais. As taxas serão gratuitas tendo em conta as situações económicas e sociais dos utentes, à semelhança dos cidadãos portugueses</p>	1ª Prioridade
Desconhecimento dos Cuidados de Saúde Primários para os Imigrantes ilegais	<p>Insuficiente conhecimento dos procedimentos a tomar e dos direitos dos imigrantes ilegais, por parte dos serviços de saúde</p>	<p>A legislação prevê que os imigrantes ilegais tenham acesso aos cuidados de saúde nos mesmos termos da população em geral, nas seguintes situações:</p> <p>Cuidados de saúde urgentes e vitais</p> <p>Doenças transmissíveis, que representam perigo para a saúde pública</p> <p>Cuidados de saúde materno-infantil e saúde reprodutiva</p> <p>Cuidados de saúde a menores</p>	1ª Prioridade

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
		Cidadãos estrangeiros em situação de reagrupamento familiar Cidadãos em situação de exclusão social ou em de carência económica	

2.4.8. Solidariedade e Resposta Social

A Segurança Social tem como principal objetivo a prevenção e a solução de situações de risco sociais. É um bem a que todos têm direito, segundo a Constituição Portuguesa e a Lei de Bases da Segurança Social, no seu artigo 2º. O Estado Português é o responsável pela gestão e coordenação do sistema de Segurança Social, o qual a todos protege.

De acordo com o artigo 4º de Lei de Bases da Segurança Social, os seus principais objetivos são os seguintes:

- a) Garantir a concretização do direito à Segurança Social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade;
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

O Instituto da Segurança Social, I.P. tem por missão garantir a proteção e inclusão social dos cidadãos, no âmbito do Sistema Público de Segurança Social, reconhecendo os direitos, assegurando o cumprimento das obrigações e promovendo o exercício da ação social. A par desta entidade, outras, a nível nacional e local, têm como função principal responder adequadamente às necessidades de quem as procura, contribuindo para uma ação integrada de resposta social.

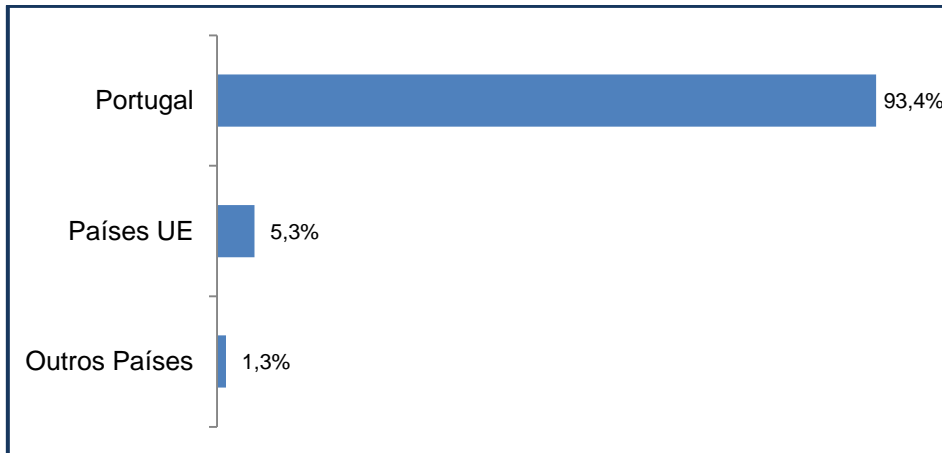
A imigração tem sido vista como uma ajuda na sustentabilidade do sistema da Segurança Social, ameaçada pelo envelhecimento da população e pela baixa taxa de natalidade registada no nosso país, agravadas nas zonas interiores.

Os cidadãos imigrantes que legalmente trabalham e residem em Portugal estão sujeitos aos deveres e direitos que os cidadãos portugueses. Possuem as mesmas obrigações e podem receber as mesmas prestações sociais, embora existam algumas particularidades. No caso do sistema previdencial, o acesso depende da obrigatoriedade da inscrição, da responsabilidades das entidades empregadoras ou do próprio trabalhador, se trabalhar como independente. A sua condição de ilegalidade não condiciona com a inscrição, mas impede a atribuição de prestações sociais.

Os gráficos que se seguem, retratam a percentagem de cidadãos estrangeiros que no nosso concelho são beneficiários de algumas atribuições sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), prestações de desemprego e abono de família.

O RSI é um programa que se destina a proporcionar “ apoios adaptados à situação pessoal e familiar, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. A concessão deste subsídio pressupõe a participação num programa de inserção.” (ACIDI, Imigração em Portugal, Informação Útil “Segurança Social”)

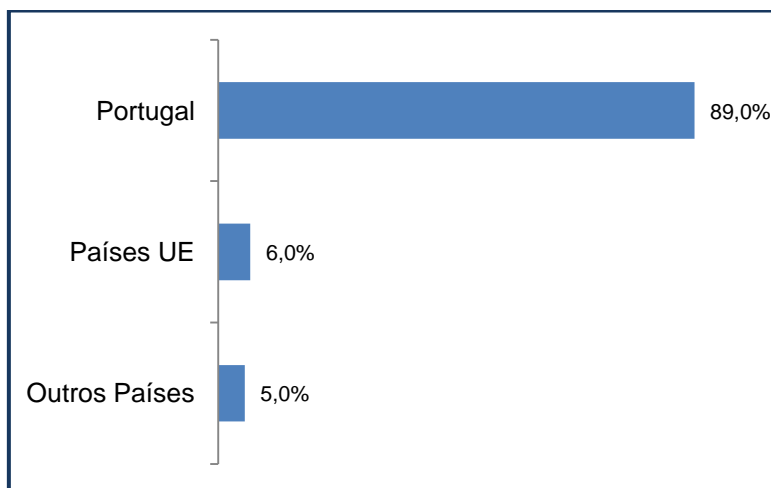
Gráfico 62 - Percentagem de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, no ano de 2010



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No ano de 2010 93,4% dos beneficiários de RSI no concelho de Odemira eram cidadãos nacionais, 5,3% eram cidadãos da UE e 1,3% de Outros Países.

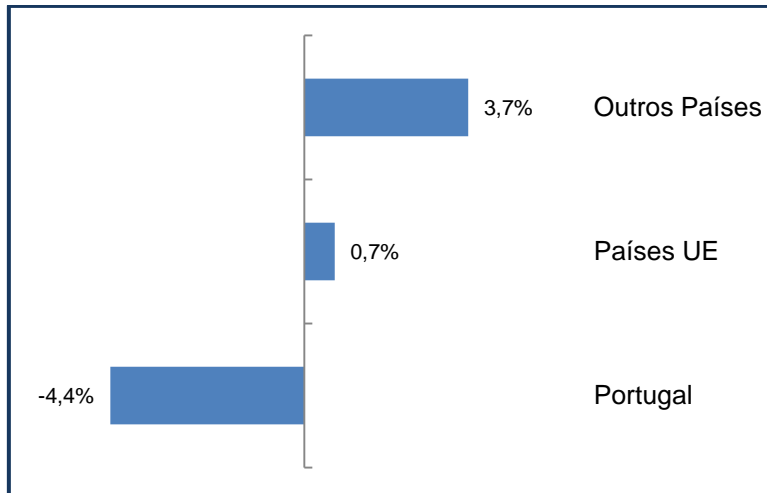
Gráfico 63 - Percentagem de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, no ano de 2014



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No ano de 2014, 89,0% era a percentagem correspondente aos beneficiários de RSI de nacionalidade portuguesa. Os cidadãos beneficiários oriundos de países da União Europeia, representam 6,0% e dos Outros Países 5,0%.

Gráfico 64 - *Variação da taxa de beneficiários com processamento de RSI, residentes no concelho de Odemira, por nacionalidades de grandes regiões mundiais e Portugal, nos anos de 2010 e 2014*



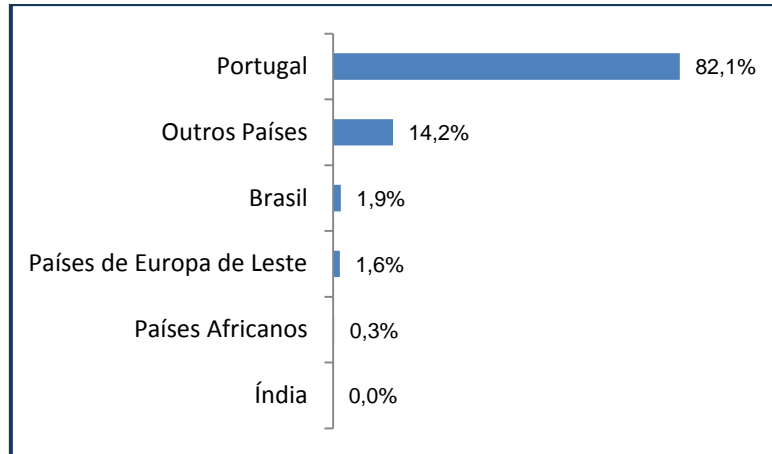
Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Observando agora a variação dos valores nos anos de 2010 e 2014, podemos verificar que a percentagem de beneficiários nacionais de RSI foi a única a diminuir (-4,4%), enquanto a dos Outros Países (3,7%) e dos Países da UE (0,7%) aumentaram.

Quando falamos de prestações de desemprego, falamos de atribuições em substituição dos rendimentos de trabalho perdidos pelo beneficiário, por motivo de desemprego involuntário, isto é, por razões que não são da responsabilidade do trabalhador. Existem três modalidades de subsídios de desemprego: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial.

Os dados abaixo apresentados, relativos às prestações de desemprego abrangem o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego inicial, o subsequente e o prolongamento de subsídio social de desemprego.

Gráfico 65 - Percentagem de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, no ano de 2010



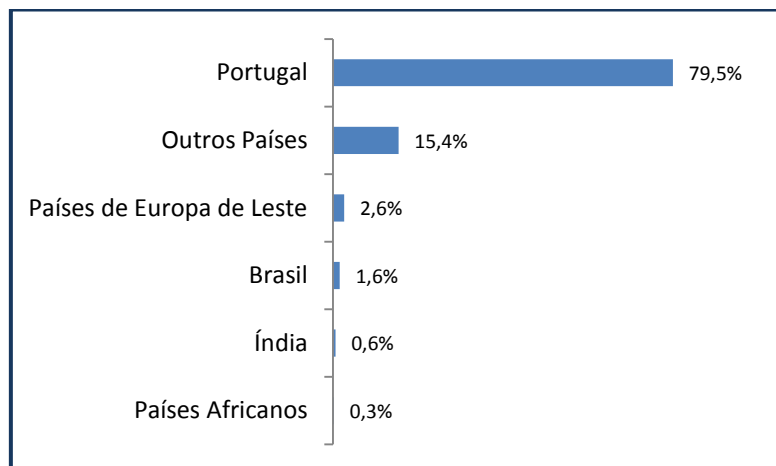
Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Notas: “Outros Países” – neste grupo estão inseridos os países da UE e de outras regiões do mundo aqui não especificadas.

“Países da Europa de Leste”- neste grupo, estão incluídos países desta região extra UE.

Em 2010, os cidadãos nacionais a receber prestações de desemprego no nosso concelho representavam 82,1%, os beneficiários de Outros Países registavam um valor de 14,2%, os cidadãos brasileiros 1,9%, dos Países da Europa de Leste 1,6%, os cidadãos originários dos Países Africanos eram uma percentagem de 0,3% e da Índia não existia, neste ano, nenhum cidadão beneficiário de subsídios de desemprego.

Gráfico 66 - Percentagem de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, no ano de 2014

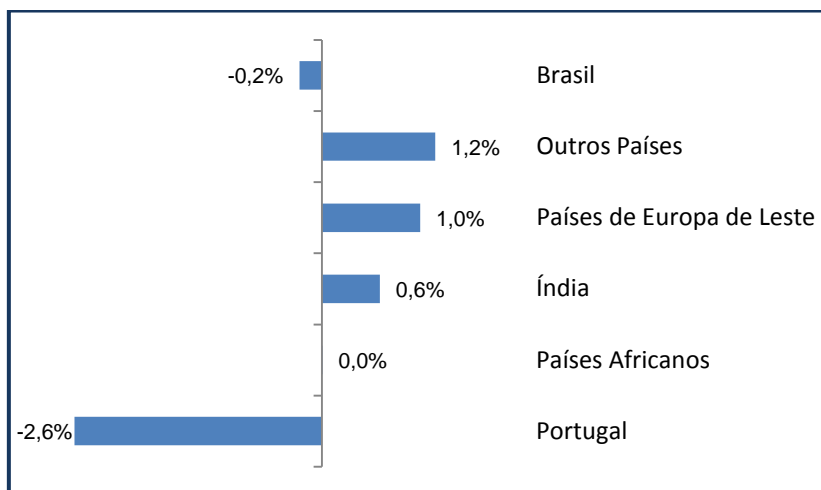


Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Em 2014, os portugueses com subsídio de desemprego no nosso concelho, representavam 79,5%, os cidadãos dos Outros Países 15,4%, dos Países da Europa de Leste 2,6%, do Brasil

1,6%, da Índia 0,6% e dos Países Africanos, apenas 0,3% dos cidadãos recebiam subsídio de desemprego.

Gráfico 67 - Variação da taxa de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade, nos anos de 2010 e 2014

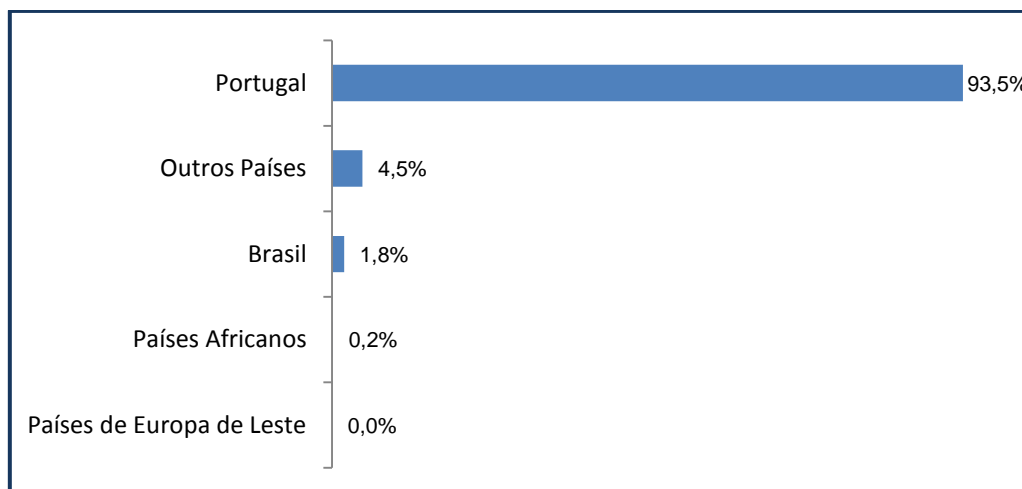


Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Analisando agora a diferença dos valores registada nos anos de 2010 e 2014 podemos referir que a percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego nacionais (-2,6%) e de brasileiros (-0,2%) diminuiu, enquanto que os beneficiários dos Outros Países (1,2%), dos Países da Europa de Leste (1,0%) e os da Índia (0,6%) aumentaram. O valor registado nos cidadãos dos Países Africanos manteve-se.

As prestações do abono de família têm como objetivo compensar as despesas decorrentes com crianças e jovens (podendo existir majoração nos primeiros doze meses de vida da criança, majoração nas famílias mais numerosas e montante adicional), atribuído mensalmente a crianças e jovens até aos dezasseis anos de idade e, em condições específicas, até aos vinte anos, para compensar os encargos resultantes do seu sustento e educação.

Gráfico 68 - Percentagem de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2010



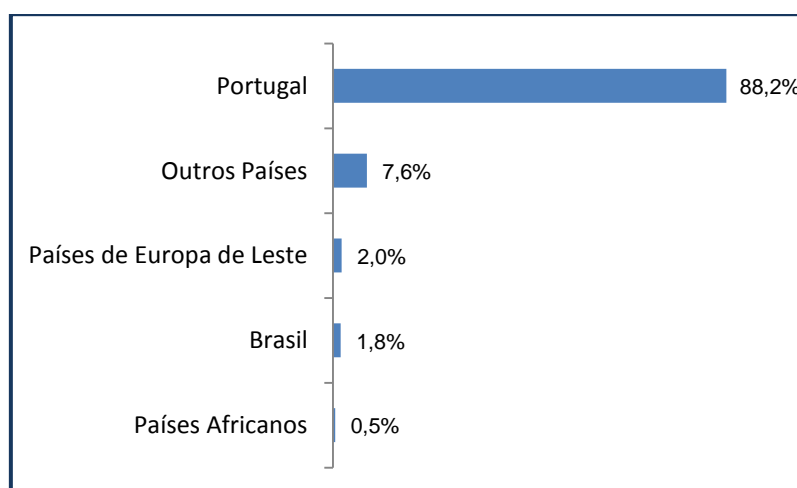
Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Notas: “Outros Países” – neste grupo estão inseridos os países da UE e de outras regiões do mundo aqui não especificadas.

“Países da Europa de Leste”- neste grupo, estão incluídos países desta região extra UE.

Relativamente às prestações de abono de família, podemos verificar que em 2010 93,5% destas prestações foram atribuídas a cidadãos nacionais, 4,5% a cidadãos de Outros Países, 1,8% a cidadãos brasileiros, 0,2% a cidadãos africanos e os cidadãos dos Países de Leste não receberam esta prestação.

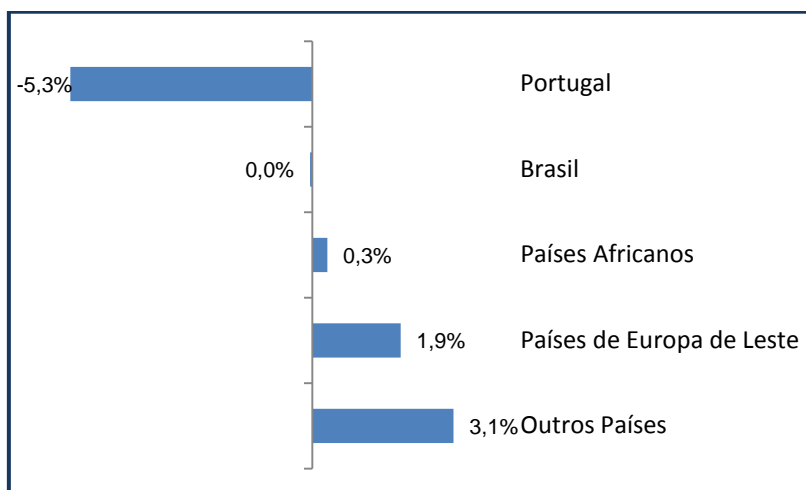
Gráfico 69 - Percentagem de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2014



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No ano de 2014, os cidadãos nacionais continuaram a ser aqueles que mais receberam a prestação do abono de família (88,2%), seguidos pelos cidadãos de Outros Países (7,6%), da Europa de Leste (2,0%), do Brasil (1,8%) e dos Países Africanos (0,5%).

Gráfico 70 - Variação da taxa de Requerentes de Abono de Família residentes no concelho de Odemira por região do mundo e país de nacionalidade do requerente, no ano de 2010 e no ano de 2014



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Comparando agora os dois anos em análise, podemos observar que a percentagem de beneficiários portugueses diminuiu 5,3%, enquanto que a dos Países Africanos subiu 0,3%, nos Países de Europa de Leste aumentou 1,9% e nos Outros Países aumentou 3,1%. A percentagem de cidadãos brasileiros beneficiários desta prestação manteve-se.

Além do Instituto da Segurança Social, I.P., outras entidades procuram apoiar os cidadãos mais fragilizados e desprotegidos. Uma destas entidades é o Município de Odemira, que através da promoção do Cartão Social Municipal, criado através do Regulamento nº 347/2009, de 11 de agosto, procura “contribuir para um melhoramento das condições de vida da população, promovendo a inserção social dos agregados familiares, que vivam situações de carência socioeconómica, permitindo-lhes alguns benefícios nos serviços prestados pelo Município, assim como de outros que venham a ser protocolados com entidades externas (...)”

Tabela 36 - Nº de cidadãos estrangeiros que requereram o Cartão Social Municipal, nos anos de 2012, 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e sexo

País de origem	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	HM	H	HM	H	HM	H
Países Terceiros	0	0	0	0	0	0
Países UE	3	1	2	1	7	3

Fonte: DEAS – Município de Odemira

Segundo a tabela acima representada, nos últimos três anos nenhum cidadão nacional de países terceiros requereu a emissão do Cartão Social Municipal. As razões para tal facto podem advir de várias causas, como o deficiente fluxo de informação sobre os serviços e apoios que podem requerer (facto já identificado na recolha de dados qualitativos, em sede de CMI) e por não reunirem todos os requisitos necessários para aceder ao Cartão social Municipal, como seja “Ter residência no Concelho há mais de um ano”. Quanto aos cidadãos comunitários, em 2012 3 requereram o Cartão, em 2013 diminuiu para 2 e em 2014, voltou a aumentar para 7 requerentes.

Outra entidade prestadora de apoios sociais existente no nosso concelho, o Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor (GAVA), facultou os dados solicitados no âmbito da violência doméstica, relativos a cidadãos imigrantes. Este Gabinete nasce da evidente necessidade de uma resposta especializada de proximidade na área da violência doméstica no Concelho de Odemira. Presta apoio psicológico e jurídico a vítimas de violência doméstica e agressores, disponível à população em geral e a sinalizações de entidades parceiras. Uma das estratégias utilizadas passa pela constituição de grupos de ajuda mútua e apoio na construção de projetos de vida, de forma a integrar as vítimas na sociedade. Ao GAVA também lhe é solicitado avaliações psicológicas com vista à emissão de informações clínicas, relatórios clínicos ou pareceres clínicos, requeridos pelos Tribunais e/ou outros parceiros estratégicos, como por exemplo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho de Odemira.

Tabela 35 - Nº de cidadãos estrangeiros que solicitaram apoio, como vítimas ou agressores, segundo o seu país de origem e sexo, nos anos de 2013 e 2014

País de origem	2013				2014			
	Vítima		Agressor		Vítima		Agressor	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Rússia	1	0	0	0	0	0	0	0
Outro País	1	0	0	0	0	0	0	0
Moldávia	1	0	1	1	0	0	0	0
Ucrânia	0	0	0	0	2	0	0	0
Brasil	0	0	0	0	1	0	1	1
Cuba	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	3	0	1	1	4	0	1	1

Fonte: GAVA – Odemira

Durantes os anos de 2013, solicitaram apoio ao GAVA 3 cidadãs imigrantes na condição de vítima, de nacionalidades russa, de Outro País e moldava. Na situação de agressor, solicitou apoio ao GAVA 1 cidadão moldavo. No ano de 2014, o número de vítimas que solicitaram apoio aumentou ligeiramente (4), de origem ucraniana, brasileira e cubana. Um cidadão brasileiro foi apoiado pelo GAVA na condição de agressor.

Foram também solicitados dados à Comissão de Proteção de Crianças e jovens (CPCJ) do nosso concelho, com o objetivo de compreender se existem crianças e jovens imigrantes sinalizados, quais as problemáticas inerentes a essas sinalizações e quais as freguesias envolvidas.

As Comissões de Proteção de Menores foram criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91, de 17 de maio e reformuladas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro.

As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem, tendo em conta as situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

Tabela 36 - Nº de crianças e jovens sinalizados à CPCJ nos anos de 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e sexo

País de origem	Ano de 2013		Ano de 2014	
	HM	H	HM	H
Brasil	0	0	2	1
Outros Países	14	9	14	9
Total	14	9	16	10

Fonte: CPCJ – Odemira

Observando a tabela acima representada, podemos constatar que no ano de 2013 foram sinalizados 14 crianças (9 do sexo masculino e 5 do sexo feminino) originárias de países europeus. No ano de 2014, o número de crianças estrangeiras sinalizadas aumentou ligeiramente (16), sendo 10 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Destas 16, 2 (1 do sexo masculino e outra do sexo feminino) são brasileiras e as restantes de origem europeia.

Tabela 37 - Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, nos anos de 2013 e 2014, segundo a sua freguesia de residência

Freguesia	Ano de 2013	Ano de 2014
Colos	0	0
Longueira/Almograve	0	0
Luzianes-Gare	0	0
Relíquias	1	0
Sabóia	1	1
Santa Clara-a-Velha	0	0
S. Luís	0	0
S. Martinho das Amoreiras	4	0
S. Salvador e Santa Maria	0	1
S. Teotónio	8	10
Vale de Santiago	0	0
Vila Nova de Milfontes	0	4
Boavista dos Pinheiros	0	0
Total	14	16

Fonte: CPCJ – Odemira

A tabela 37, indica-nos as freguesias de residência das crianças e jovens estrangeiras com processo aberto na CPCJ. S. Teotónio é a freguesia que apresenta mais crianças e jovens estrangeiras com processos abertos nesta entidade. Em 2013 existiam 8 crianças com processo aberto e em 2014, o número aumentou ligeiramente (10). S. Martinho das Amoreiras, no ano de 2013 possuía 4 crianças estrangeiras com processo aberto na CPCJ e no ano de 2014 a situação reverteu-se e deixaram de se verificar qualquer caso nesta freguesia. Em Vila Nova de Milfontes registaram-se 4 casos somente no ano de 2014. Podemos concluir que as freguesias que apresentam maior número de casos ficam situadas no litoral, onde se regista uma maior percentagem de população imigrante. Nas freguesias do interior os valores são residuais ou não apresentam mesmo qualquer caso.

Tabela 38 - Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros nos anos de 2013 e 2014

Problemáticas	Ano de 2013	Ano de 2014
Abandono escolar	7	5
Absentismo escolar	7	7
Abandono	0	0
Exposição a situações de violência doméstica	0	1
Maus tratos	0	0
Abuso sexual	0	1
Prática de facto qualificado como crime	0	0
Consumo de estupefacientes	0	0
Ingestão de bebidas alcoólicas	0	0
Exposição a modelos de comportamento desviante	0	0
Negligência	0	2
Exploração de trabalho infantil	0	0
Total	14	16

Fonte: CPCJ – Odemira

Quanto às principais problemáticas, causadoras das sinalizações, verificamos que a maior parte tiveram origem na escola, por abandono ou absentismo escolar. Em 2013, 7 crianças ou jovens, filhos de imigrantes, abandonaram o seu percurso escolar e outros 7 foram sinalizados devido ao absentismo escolar. Em 2014, o número de jovens que abandonaram o sistema de ensino diminuiu ligeiramente (5), mas o número apurado de jovens em absentismo escolar manteve-se (7). Ainda no mesmo ano, sinalizaram-se 2 crianças por negligência, 1 por abuso sexual e outra por exposição a situações de violência doméstica.

Tabela 39 - Levantamento de dados qualitativos na área de Solidariedade e Resposta Social

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>Barreira da Língua</p>	<p>Os idiomas dos cidadãos nacionais de países terceiros não são do conhecimento geral, como é a língua inglesa</p>	<p>O Serviço de Tradução Telefónica do ACM</p> <p>O Curso de PPT promovido pelo IEFP e outras entidades</p> <p>A Mediadora do Projeto ST-E5G auxilia muitos imigrantes nacionais de países terceiros nos procedimentos necessários junto de várias entidades</p>	<p>1ª Prioridade</p>
<p>Elevado número de imigrantes ilegais condiciona o acesso aos apoios sociais e precariedade das relações de trabalho</p>	<p>A legislação existente exige a posse de vários documentos comprovativos da legalização para poderem beneficiar dos apoios sociais</p> <p>Insuficiente informação à população imigrante</p> <p>Em situação ilegal, os imigrantes ficam mais vulneráveis na defesa dos seus direitos</p>	<p>Todas as entidades que trabalham no âmbito da intervenção social abrangem a população imigrante</p> <p>O cumprimento da Legislação em Vigor proporciona a defesa dos direitos dos imigrantes</p> <p>O serviço de Atendimento/Acompanhamento da Ação Social (Segurança Social)</p> <p>O SEF promove ações de fiscalização e de sensibilização;</p> <p>O CLAII encaminha os cidadãos imigrantes para as entidades com responsabilidade na matéria, de acordo com cada situação</p> <p>Em relação ao apoio para o retorno de estrangeiros em situação de carência económica ao seu país de origem, o CLAII estabelece ligação com o OIM, que por sua vez aciona o programa “Retorno Voluntário”</p>	<p>1ª Prioridade</p>

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Precariedade habitacional	O sobrelotamento de habitações provoca precariedade nas condições habitacionais Muitos trabalhadores agrícolas residem em habitações móveis Os escassos recursos financeiros dos imigrantes nacionais de países terceiros	Atribuição de Apoio ao Arrendamento promovido pelo Município	1ª Prioridade

2.4.9. Cidadania e Participação Cívica

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, a Constituição da República Portuguesa reconhece que os cidadãos estrangeiros que residem em Portugal deverão ter os mesmos direitos e deveres que os cidadãos nacionais. No entanto, quando se trata de direitos políticos existem limitações aos cidadãos estrangeiros, que se traduzem em três situações:

1. Aos cidadãos dos países com o português como língua oficial, com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade, são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros. Portugal tem acordos de reciprocidade com, o Brasil e Cabo verde. Estes eleitores têm de possuir residência legal há mais de dois anos em território nacional. Através do “Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta”, os cidadãos brasileiros têm acesso a direitos políticos vastos, incluindo o voto em todas as eleições e ser eleitos em todas as eleições, exceto para o cargo de presidente da República, se solicitarem o “Estatuto de Igualdade em Direitos Políticos”. Os cidadãos cabo verdianos podem votar e ser eleitos (após três anos de residência legal no território nacional, na última situação) somente nas eleições locais.
2. Aos cidadãos nacionais de outros países terceiros, cujos países oferecem reciprocidade na capacidade eleitoral ativa, como a Argentina, o Chile, a Islândia, a Noruega, o Perú, o Uruguai, a Colômbia, a Nova Zelândia e a Venezuela, para que possam exercer o seu direito de voto devem ter residência legal há mais de três anos e apenas podem votar nas eleições autárquicas.
3. Aos nacionais de países da UE, não lhes é exigido um período mínimo de residência em Portugal, e basta-lhes apresentar o título de residência para que se inscrevam no Recenseamento Eleitoral. Estes cidadãos são elegíveis nas eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu como eleitores e candidatos. (texto adaptado “Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal, 2014)

No nosso concelho, adicionando às restrições acima referidas no ponto 1, a falta de informação à população imigrante e de vontade em participar civicamente por parte de algumas comunidades, principalmente oriundas de países terceiros, refletem a pouca adesão ao processo eleitoral no país de acolhimento. A maior parte destes cidadãos chegam ao concelho com o objetivo de trabalhar, melhorar as suas condições vida e pouco mais os motiva.

Tabela 40 - Nº de cidadãos estrangeiros recenseados no concelho de Odemira no ano de 2013

Cidadãos Eleitores	Nº
Estrangeiros União Europeia	277
Estrangeiros Países Terceiros	14
Total Eleitores no Município	21.246

Fonte: DGAI - Direção-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral (2013)

A tabela 40, confirma a reduzida participação que existe nos momentos eleitorais por parte dos cidadãos estrangeiros. Em 2013 o número total de eleitores do concelho era de 21.246, encontravam-se recenseados 277 cidadãos da UE, e apenas 14 nacionais de países terceiros.

Nas eleições autárquicas de 2013, foi eleita uma cidadã imigrante para a composição da Assembleia Municipal.

Tabela 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
No concelho não existe uma associação de imigrantes	Não existe iniciativa nem mobilização, por parte das comunidades imigrantes, para a criação de uma associação		1ª Prioridade
Muitos imigrantes residentes não estão recenseados. Tal situação confere-lhes reduzido peso eleitoral	Insuficiente informação sobre a importância do recenseamento eleitoral, traduzido em várias línguas Muitos cidadãos imigrantes não estão interessados em participar civicamente na comunidade local		1ª Prioridade
Não existem eventos e/ou ações realizadas regularmente no território dedicados ao tema da imigração ou da interculturalidade	Existem poucas entidades com estratégias/atividades dirigidas às comunidades imigrantes	O projeto ST-5EG, promovido pela Taipa, promoveu algumas ações pontuais sobre o tema da imigração e da interculturalidade.	1ª Prioridade
Não há evidências de eventos e/ou ações realizados no território por imigrantes, abertos à comunidade	Algumas comunidades de cidadãos imigrantes fecham-se sobre si próprias A sociedade de acolhimento não demonstra curiosidade pelas outras culturas presentes no território		

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>Não existem evidências de participação nas associações locais, de imigrantes oriundos de países que apresentam maior número de residentes: (Bulgária, Roménia), Tailândia, Nepaleses</p>	<p>Os imigrantes nacionais de países terceiros formam comunidades mais fechadas</p> <p>Os seus hábitos culturais dificilmente se interligam com os da comunidade de acolhimento</p> <p>A barreira da língua é um constrangimento à participação dos imigrantes nas associações locais</p>	<p>Evidência de várias situações de imigrantes, de outras nacionalidades, com participação ativa na vida das associações: Casas Brancas, CACO, Sopa dos Artistas, AHSA, Diverta...</p>	
<p>Reduzido número de Juntas de Freguesia informa/sensibiliza de forma pró-ativa para a importância do recenseamento eleitoral</p>	<p>O recenseamento eleitoral de cidadãos imigrantes não é visto como uma vantagem pelas Juntas de Freguesia</p> <p>Insuficiente divulgação sobre a importância do recenseamento eleitoral, junto das comunidades imigrantes</p>	<p>A Junta de Freguesia de S. Teotónio informa/sensibiliza a população imigrante para a importância do recenseamento eleitoral, através de folhetos traduzidos em várias línguas.</p> <p>INFO+ - Campanha de sensibilização para o Recenseamento Eleitoral de Imigrantes</p> <p>INFO+ - Campanha de sensibilização – Associativismo Imigrante.</p> <p>A existência da Comissão Municipal do Imigrante assegura a participação e a colaboração dos parceiros sociais e dos representantes dos imigrantes, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.</p>	<p>1ª Prioridade</p>

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>Os cidadãos imigrantes desconhecem os seus direitos e deveres</p>	<p>A barreira linguística que dificulta a comunicação Falta de informação sobre o que fazer e onde se dirigir Os imigrantes estão mais focados no trabalho do que nas questões da certificação</p>		<p>1ª Prioridade</p>

2.4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Os media têm um papel fundamental na informação e esclarecimento da opinião pública. Deve ser utilizada na defesa da justiça, da verdade e dos direitos de todos as minorias. Na temática da imigração, os media poderão colaborar no exercício da cidadania, na disseminação da importância da presença de cidadãos imigrantes em território nacional, atentos ao valor da diversidade intercultural e à integração das comunidades imigrantes. Estes também fazem parte do processo de acolhimento e integração de quem procura Portugal para residir e trabalhar

O Município de Odemira procura através de entrevistas a jornais locais e a rádios, dar a conhecer os objetivos do PMII, ao mesmo tempo tenta incentivar à participação cívica por parte da sociedade de acolhimento e da comunidade imigrante. Em cada edição do “Odemira em Notícia”, publica-se artigos /notícias relativos ao Plano e às atividades que se irão realizar, como por exemplo a realização do seminário e a divulgação do email criado especificamente para a receção dos contributos emitidos por toda a comunidade.

A nível nacional, em termos de media no âmbito população imigrante, destaca-se a “Revista Migrações”, de natureza temática, proporcionando um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Esta tem como originários e destinatários investigadores, académicos, estudiosos e público qualificado, universo que procura alargar continuamente a base de conhecimentos e de saberes.

No concelho não existem media étnicos de iniciativa local de imigrantes ou para imigrantes.

Tabela 42 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Participação Cívica

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Não existe no concelho Media de iniciativa local, de imigrantes ou para imigrantes	Inexistência de uma Associação de Imigrantes Escasso conhecimento do fenómeno migratório no concelho Fraca mobilização dos atores locais		
Não existem rubricas/emissões dirigidas a imigrantes		O Município de Odemira mantém uma boa relação com o Jornal Sudoeste e este pode permitir a inserção de rubricas sobre os imigrantes na sua edição	
No concelho ainda não tiveram lugar iniciativas de sensibilização dirigidas a jornalistas dos Media locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural		O Gabinete de Informação do Município está disponível para colaborar na organização de Media Training, sobre o tema da imigração no concelho de Odemira	
O Município, em ações muito pontuais, tem uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social		Promoção e organização do Festival Sete Sóis, Sete Luas e TassJazz	
Ações de sensibilização à opinião pública inexistentes.		Pontualmente, a TAIPA promove sessões de sensibilização e informação, e produziu brochuras de sensibilização à opinião pública para os assuntos da imigração e da diversidade cultural Existe a possibilidade de utilizar os instrumentos/suportes de comunicação das entidades da parceria para ações de sensibilização sobre imigração	

2.4.11. Racismo e Discriminação

Portugal, de acordo com a lei internacional, as diretivas comunitárias e a Constituição da República Portuguesa desenvolve políticas e boas práticas de integração, produzindo a necessária legislação anti discriminação, que proíbe todas as formas de discriminação baseadas no sexo, raça, cor, crenças religiosas, nacionalidade ou origem étnica. Estes suportes legais procuram prevenir e eliminar a discriminação em todas as suas formas e punir a prática de atos que conduzem à violação dos direitos humanos fundamentais, ou restringir os direitos socioeconómicos ou culturais de qualquer pessoa pelo facto de pertencer a certa raça, cor, nacionalidade ou grupo étnico.

Este tema tem sido alvo de diversos estudos, de campanhas de sensibilização e de prevenção, mas ainda há um longo caminho a percorrer principalmente com as gerações vindouras. Muitas das situações de discriminação vividas pelos imigrantes acontecem no seu quotidiano em diversos contextos. As campanhas de prevenção de abrangência nacional têm o seu valor e impacto mas é a nível local, numa ação conjunta das entidades da sociedade civil, que a prevenção e solução deste problema devem ser equacionadas.

O estudo “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal”, sob a coordenação de Jorge Malheiros e Alina Esteves, refere que “de entre a maioria que valida a existência da discriminação étnica e racial (74%), os imigrantes consideram que a discriminação é sobretudo ocasional (ocorrendo algumas vezes). Ainda assim, 29,4% dos imigrantes considera que a discriminação é frequente, sendo mais as mulheres do que os homens a referir que a discriminação é manifestada muitas vezes (32,8% e 26,1% respetivamente).

O mesmo estudo revela-nos um facto interessante, “que a perceção da existência de discriminação é maior quanto menor o nível de escolaridade do imigrante (...). São os imigrantes menos instruídos os que mais vulneráveis estão a situações de discriminação, também são estes que, em maior número e de forma generalizada, consideram que existe discriminação em Portugal”.

Ainda segundo Jorge Malheiros e Alina Esteves, a comunidade que mais refere ser alvo de discriminação é a brasileira, seguida pela comunidade de imigrantes de Europa de Leste. Os imigrantes asiáticos são os que menos se sentem objeto de discriminação. Este facto pode advir do contacto menos frequente que esta comunidade mantém com a sociedade de acolhimento.

Relativamente às situações em que a discriminação ocorre, é no contexto laboral que existe maior incidência deste facto, seguido pelos serviços públicos. Importa ainda referir que os cidadãos imigrantes também manifestam sentimento de discriminação na situação de arrendamento de habitação.

No nosso concelho, segundo o GAVA, nos dois últimos anos, não se observaram quaisquer sinalizações ou referências formais de qualquer situação de racismo ou discriminação.

Tabela 43 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
<p>As grandes comunidades imigrantes assumem uma postura de isolamento e de exclusão que impede uma maior abertura ou aproximação</p>	<p>Hábitos culturais diferentes</p> <p>Os imigrantes agrupam-se segundo a sua nacionalidade e não estabelecem contactos com a comunidade de acolhimento</p>		<p>1ª Prioridade</p>
<p>Existem dificuldades de integração de cidadãos estrangeiros na comunidade de Sabóia e Santa Clara-a-Velha, nomeadamente de crianças</p>	<p>Hábitos culturais muito diferentes dos da comunidade imigrante</p> <p>As comunidades imigrantes fecham-se sobre si próprias</p>	<p>Ainda não foram identificadas situações de racismo ou discriminação evidentes no nosso concelho.</p> <p>Não há racismo visível (não existem evidências claras de manifestações racistas).</p> <p>O ST-E5G tem feito um trabalho de integração. Tem iniciativas destinadas a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios.</p> <p>Na comunidade escolar de S. Teotónio existe integração e aceitação</p>	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
O desconhecimento provoca desconfiança entre as comunidades imigrantes e a sociedade de acolhimento	Ausência de iniciativas com o objetivo de conhecer as diferentes culturas presentes no território Os imigrantes desconhecem os hábitos e as regras estabelecidos na comunidade de acolhimento		1ª Prioridade
Nas escolas existem manifestações de racismo escamoteadas, sendo mais evidentes no seio das turmas e nas reuniões de pais	Pouca sensibilidade para a multiculturalidade Dificuldade em aceitar ritmos distintos de aprendizagem na sala de aula, tidos como constrangedores para melhores níveis de sucesso e de desempenho dos alunos		
Existem postos de trabalho que são claramente direcionados para cidadãos estrangeiros	Precaridade e condições físicas exigentes de algumas funções		

2.4.12. Relações Internacionais

A existência de contactos entre os países de origem e os países de acolhimento contribui para uma mais eficaz integração dos imigrantes. Conhecer e dar a conhecer costumes e hábitos culturais pode contribuir para processos de acolhimento e integração adaptados e choques culturais atenuados.

No nosso concelho existe um protocolo entre o Ministério da Saúde e o Governo de Cuba com o objetivo de contratar médicos cubanos, de forma a colmatar a falta de recursos humanos, principalmente médicos de família, nos Centros de Saúde. No nosso Centro de Saúde exercem funções seis médicos, como resultado deste acordo. A Autarquia criou alguns incentivos como a cedência de habitação e o pagamento de algumas despesas correntes (como eletricidade, água..) e proporciona visitas guiadas ao concelho.

Tabela 44 - Levantamento de dados qualitativos na área de Relações Internacionais

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Existem muitas dificuldades em contactar as embaixadas e em receber informação	Baixo nível de preocupação, com os seus cidadãos, por parte das embaixadas dos países de origem	A Índico, empresa de trabalho temporário, mantém uma relação frequente com a embaixada da Tailândia em Portugal Funcionários da embaixada da Bulgária em Portugal deslocaram-se a S. Teotónio para organizar, em articulação com a Junta de Freguesia, as eleições para os cidadãos búlgaros (boa prática com possibilidade de alargamento a outras nacionalidades)	
Não existe contacto com os países de origem dos imigrantes	As entidades locais, com responsabilidade na matéria, não tomam a iniciativa de contactar entidades dos países de origem dos cidadãos imigrantes		
As escolas, que administram o ensino profissional, não estão preparadas para receber alunos que não sejam de países de língua oficial portuguesa	Falta de recursos humanos para lecionar a língua portuguesa junto de alunos imigrantes	O Centro Escolar e Empresarial do Sudoeste Alentejano recebe estudantes dos PALOP's, (7 alunos de Cabo Verde e 47 da Guiné), através de protocolos com os governos dos países de origem e, outras vezes através de associações.	
Não é fácil contratar cidadãos estrangeiros sem passar por intermediários	O processo de contratar diretamente nos seus países de origem, revela-se complexo	O concelho beneficia do protocolo entre o Ministério da Saúde e o governo de Cuba com o objetivo de contratar médicos cubanos, de forma a colmatar a falta de recursos humanos.	

2.4.13. Religião

Presentemente, assistimos a uma maior pluralidade religiosa no concelho.

As entidades religiosas têm igualmente um papel importante na integração, permitindo laços de interajuda.

Tabela 45 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011

Religião	Nº	%
Católica	15.219	58,4
Ortodoxa	290	1,1
Protestante	249	1
Outra Cristã	260	1
Judaica	6	0
Muçulmana	48	0,2
Outra não cristã	141	0,5
Sem religião	2.931	11,2
População que não respondeu	3.760	14,4
População com menos de 15 anos	3.162	12,1
Total	26.066	100

Fontes: INE, Censos 2011

Como podemos verificar na tabela acima representada, a religião mais representativa no território é a Católica (58,4%) seguida da Ortodoxa que apresenta um valor de 1,1 %. A religião Protestante representa 1% e Outra Cristã representa a mesma percentagem. As religiões Outra não Cristã (0,5%), Muçulmana (0,2%) e a Judaica (0,0%) têm pouca representatividade junto da população residente no concelho.

Tabela 46 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/PONTOS FORTES	PRIORIZAÇÃO
Religiões como o islamismo, hinduísmo, budismo não assumem o conceito de templo e existe alguma intolerância.	Questões doutrinárias associadas a cada religião	No concelho existem alguns espaços de culto informais e não estruturados, dinamizados pelas próprias comunidades, que refletem a diversidade religiosa	
Não existe o suporte de um líder religioso, com presença prolongada no concelho não existe	As comunidades presentes no concelho não o justificam. São pequenas e flutuantes		
Desconhece-se a opinião dos imigrantes relativamente à criação de condições para a prática do culto abrangendo várias religiões	Nunca se questionou as comunidades imigrantes sobre a prática do culto envolvendo várias religiões		
Não existem iniciativas suficientes e estruturadas, com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso	Inexistência de eventos promotores da multiculturalidade	Os padres, por sua iniciativa, realizam missas inter-religiosas em épocas festivas, como por exemplo no Natal, na localidade de Almogrove, com a participação de cidadãos de várias nacionalidades Um dos padres do nosso concelho construiu um livro de missa traduzido em ucraniano A religião é uma forma privilegiada de aproximação, de acolhimento e integração dos imigrantes	

2.5. Metodologia SPIRAL e GRUPO FOCAL – Processos Participativos

2.5.1. Metodologia SPIRAL

Numa época em que a Europa procura novas vias para reencontrar a esperança de um futuro melhor, o conhecimento e as ideias dos cidadãos são um contributo precioso que devemos valorizar, se pretendermos reaproximar as políticas públicas das aspirações individuais.

Importa lembrar que o Conselho da Europa é a organização internacional que mais sistematicamente se vem dedicando ao tema da coesão. Este define a Coesão Social como a capacidade que uma sociedade tem para assegurar o bem-estar de todos os seus membros, reduzindo as disparidades ao mínimo e evitando a marginalização dos mesmos. Nesse sentido, devem ser colocados à disposição da sociedade, os meios para assegurar a proteção social de todos os seus membros.

Uma estratégia de coesão social é útil para garantir a plena participação e colaboração de todos os atores no processo de desenvolvimento democrático e durável. Todas as sociedades devem conhecer os conflitos e clivagens gerais existentes, a repartição desigual da riqueza, a diversidade étnica e cultural, bem como os efeitos do ambiente na vida das pessoas. A definição e a estratégia de Coesão Social introduzem dois elementos radicalmente novos na maneira de tratar a questão social e de conceber o progresso social:

1. A definição do objetivo do progresso social como sendo o bem-estar de todos, incluindo as gerações futuras;
2. A corresponsabilidade como base essencial para construir a coesão social.

Foi nesse contexto que o Conselho da Europa desenvolveu, em várias regiões da Europa e em parceria com o Congresso Europeu dos Poderes Locais e Regionais, uma metodologia de promoção da corresponsabilidade a nível local – metodologia SPIRAL (Societal Progress Indicators and Responsibilities for All) –, tendo em vista refletir sobre os métodos para construir uma pedagogia de compreensão em torno do conceito do “Progresso versus Bem-Estar de todos”, tendo em consideração a vontade e o potencial de cada indivíduo.

Assegurar o bem-estar implica a redução das desigualdades e de disparidades dentro da sociedade.

A SPIRAL, partindo da premissa de que a definição de bem-estar de todos deve ser construída partir da visão dos próprios cidadãos, assenta na realização de reuniões, com pequenos grupos homogéneos, organizados segundo o que se conhecer (território, instituição, grupo-alvo).

Os grupos homogéneos são constituídos por pessoas com características semelhantes, quer seja ao nível de idades (jovens, idosos), sócio económicas, profissionais, culturais (imigrantes, minorias), ou até condição física. Mais do que uma representatividade estatística, procura-se

uma representatividade de facto dos diferentes papéis e pertenças sociais da população. Por outro lado, estando entre pares, criam-se as condições para que todos os intervenientes se sintam à vontade para dialogar.

O tamanho indicado para cada grupo homogéneo varia entre 7 e 12 pessoas.

Os materiais necessários são 3 folhas grandes (papel de cenário, por exemplo), canetas e maços de post-it. Cada grupo homogéneo trabalha com um moderador. Este não pode de modo algum influenciar as respostas dos cidadãos.

A reunião estrutura-se em torno de três questões simples (apresentadas uma de cada vez) que orientam o debate e a reflexão :

- 1- O que é para si o bem- estar?
- 2- O que é para si o mal- estar?
- 3- O que é que você faz ou pode fazer para assegurar o seu bem- estar e o bem- estar de todos?

Todos os participantes escrevem em cada folha de post-it (quantas os participantes quiserem) uma frase ou uma palavra que responda a cada uma das questões. (Anexo 4)

Após a reunião, cabe ao moderador inserir as respostas de cada grupo dentro dos vários critérios de bem-estar (ver Anexo 5).

A SPIRAL, sendo assim uma ferramenta bastante útil nos processos de diagnóstico participado, foi utilizada junto dos cidadãos imigrantes, como um complemento de informação importante e de suporte à definição da dimensão estratégica e operacional do PMII.

Foram seleccionados dois grupos de cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros para a constituição dos grupos homogéneos. Considerou-se como característica homogénea entre os elementos que formavam cada grupo, a sua origem por grandes zonas mundiais. O primeiro grupo constituído por cidadãos de países da Europa de Leste, extra UE, e o segundo por cidadãos de Países Asiáticos. Realizaram-se as duas reuniões em horário pós-laboral: a primeira com os cidadãos da Europa de Leste na localidade do Almogrove (instalações da Junta de Freguesia Longueira/Almogrove) e a segunda, com os cidadãos de Países Asiáticos na localidade de S. Teotónio (instalações do Espaço ST- E5G). No Grupo 1, a reunião desenrolou-se em português, graças aos cidadãos imigrantes residentes há mais tempo em Portugal, que serviram de intérpretes em diversas ocasiões. No Grupo 2, a reunião realizou-se em inglês, sentindo-se alguns constrangimentos no fluir do diálogo.

2.5.2. Caracterização dos Grupos Homogéneos

Considerámos como principais indicadores de caracterização dos cidadãos que compõem cada grupo, os indicados nas tabelas 47 e 48, abaixo apresentadas (Anexo 4 e 5).

Tabela 47 - Caracterização do Grupo 1- Cidadãos de Países da Europa de Leste

País de Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Habilitações	Profissão	Tempo de Residência em Portugal	Tempo de Residência no Concelho de Odemira
1. Ucrânia	H	40	Casado	Licenciatura	Rececionista	15 Anos	15 Anos
2. Ucrânia	H	39	Casado	12º Ano	Trabalhador agrícola	15 Anos	14 Anos
3. Ucrânia	H	29	Casado	Licenciatura	Trabalhador agrícola	6 Meses	6 Meses
4. Ucrânia	M	29	Casada	Licenciatura	Trabalhador agrícola	6 Meses	6 Meses
5. Ucrânia	M	24	Divorciada	Licenciatura	Trabalhador agrícola	6 Meses	6 Meses
6. Ucrânia	H	37	Casado	12º Ano	Trabalhador agrícola	15 Anos	7 Anos
7. Moldávia	H	32	Casado	10º Ano	Encarregado Geral – Empresa agrícola	11 Anos	8 Anos
8. Moldávia	M	30	Casada	9º Ano	Trabalhador agrícola	11 Anos	7 Anos

O Grupo 1 era constituído por 6 cidadãos imigrantes ucranianos, dos quais 2 eram do sexo feminino e dois moldavos, sendo um deles do sexo feminino, no total de 5 homens e 3 mulheres, o que perfaz a soma de 8 participantes. Todos os cidadãos eram casados, exceto uma mulher que era divorciada. Metade dos elementos (4) apresentaram como habilitações o grau de licenciatura, 2 o 12º ano, 1 o 10º ano e outro cidadão o 9º ano. Quanto às suas profissões, todas elas estão relacionadas com a agricultura, exceto uma (rececionista). Dos que trabalham no setor agrícola, um era detentor de um cargo com maior responsabilidade, de qualquer maneira, observa-se que metade destes cidadãos não possui uma profissão adequada às suas habilitações escolares. No indicador “Tempo de Residência em Portugal”, podemos observar que os cidadãos imigrantes mais velhos eram os que permaneciam há mais tempo no território (15 e 11 anos) e os mais novos estavam apenas há 6 meses. No “Tempo de Residência no concelho de Odemira”, verificou-se que os cidadãos que residiam em Portugal há pelo menos 6 meses vieram diretamente para o nosso concelho. Os outros cidadãos chegaram a Portugal há 15 e há 11 anos atrás, mas só há 7/8 anos residiam no concelho de Odemira.



Grupo 1 – Cidadãos de Países da Europa de Leste

Tabela 48 - Caracterização do Grupo 2- Cidadãos de Países Asiáticos

País de Origem	Sexo	Idade	Estado Civil	Habilitações	Profissão	Tempo de Residência em Portugal	Tempo de Residência no Concelho de Odemira
1. Bangladesh	H	31	Solteiro	10º Ano	Trabalhador agrícola	2 Anos	6 Meses
2. Tailândia	M	30	Solteira	Curso Profissional	Massagista	6 Anos	3 Anos
3. Tailândia	H	47	Solteiro	Curso Profissional	----	5 Anos	5 Anos
4. Nepal	H	35	Casado	Licenciatura	Trabalhador agrícola	5 anos	2 Anos
5. Nepal	H	29	Solteiro	Licenciatura	Trabalhador agrícola	----	----
6. Índia	H	49	Casado	Licenciatura	Trabalhador agrícola	8 Anos	1 Ano
7. Bangladesh	H	30	Solteiro	11º Ano	Trabalhador agrícola	4 Anos	6 Meses

O Grupo 2, era constituído por 2 cidadãos imigrantes do Bangladesh, 2 da Tailândia, 2 do Nepal e um indiano, o que perfaz um total de 7. Só um dos participantes, de origem tailandesa, é do sexo feminino, sendo os restantes do sexo masculino. Todos os participantes eram solteiros, exceto dois, os mais velhos, que são casados. Três cidadãos possuem o grau de licenciatura, 2 eram detentores de um curso profissional, um possuía o 11º a e outro o 10º ano de escolaridade. Quanto às suas profissões, todas elas estão relacionadas com a agricultura, exceto uma (massagista). Também neste grupo existiam discrepâncias entre as habilitações que apresentam e a profissão que exercem. No indicador “Tempo de Residência em Portugal”,

podemos observar que os cidadãos deste grupo residem em Portugal e no concelho há menos tempo que os do Grupo 1. A imigração oriunda dos países asiáticos é um fenómeno mais recente do que a imigração que envolve cidadãos da Europa de Leste. O período de residência destes imigrantes nacionais de países terceiros em Portugal varia entre os 2 e os 8 anos. Quanto ao “Tempo de Residência no Concelho de Odemira”, verifica-se que só um destes participantes chegou a Portugal e veio morar diretamente para o nosso concelho, enquanto que os outros, residiram em diferentes concelhos, antes de cá se fixarem.

No início da reunião e com cada um dos grupos, foram apresentados os técnicos moderadores e os próprios participantes também se apresentaram. Foram explicados os objetivos deste exercício, qual o seu fim e o conteúdo e a forma como este se ía realizar. De seguida, foram apresentadas, segundo a metodologia SPIRAL. Depois do tratamento de dados, foi possível apurar as seguintes conclusões:

Tabela 49 - Componentes de Bem-Estar expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste

O QUE É PARA SI O BEM-ESTAR?	FREQUÊNCIA	%
F01 - Equilíbrio físico e saúde	6	19,4
A06 - Emprego/trabalho/atividade	5	16,1
D02 - Vida de família/relações familiares	4	12,9
A08 - Poder de compra/acessos às finanças	3	9,7
E05 - Violência e paz	3	9,7
G05 - Alegria/tristeza	3	9,7
A07 - Lazer, cultura e desporto	2	6,5
A03 - Alojamento	1	3,2
A05 - Educação/formação	1	3,2
C06 - Acesso, informações e contactos	1	3,2
D00 - Relações pessoais em geral	1	3,2
D03 - Amizade/amigos	1	3,2

À pergunta “O que é para si o bem-estar?”, a Saúde (19,4%) foi a condição mais referida. Ter um bom trabalho e contínuo, foi a segunda condição mais referida (16,1%). A vida familiar e boas condições sociais também são importantes para o bem-estar destes cidadãos (12,9%). O poder de compra e a disponibilidade de dinheiro para que possa melhorar a sua qualidade de vida, foi referido por 3 vezes. A existência de paz nos territórios onde se encontram, o ser feliz e sentir que as pessoas à sua volta também o são, apresentam-se como condições privilegiadas ao seu bem-estar. A cultura e dispor de meios culturais acessíveis são pressupostos essenciais

e foram referidos 2 vezes. Com 3,2% para cada indicador, segue-se o desejo de comprar casa, a literacia, a acessibilidade aos serviços sociais, uma boa relação entre as pessoas e ter amigos.

Tabela 50 - Componentes de Bem-Estar expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos

O QUE É PARA SI O BEM-ESTAR?	FREQUÊNCIA	%
A06 - Emprego/trabalho/atividade	10	28,6
A03 - Alojamento	5	14,3
A08 - Poder de compra/acessos às finanças	5	14,3
A02 - Cuidados e medicamentos	3	8,6
B06 - Ambiente e Paisagem	2	5,7
D02 - Vida de família/relações familiares	2	5,7
E00 - Equilíbrios sociais em geral	2	5,7
A01 - Alimentação	1	2,9
A05 - Educação/formação	1	2,9
A09 - Serviços à pessoa	1	2,9
A10 - Mobilidade	1	2,9
C04 - Transparência e Comunicação	1	2,9
D00 - Relações pessoais em geral	1	2,9

Neste grupo, 28,6% das respostas à primeira pergunta, recaíram sobre a situação laboral. Ter trabalho é a principal razão, neste momento, para o bem-estar dos cidadãos deste grupo. As boas condições de habitabilidade e maior poder de compra, bons salários, representam a segunda condição mais referida (14,3%). Questões relacionadas com o ambiente (qualidade do ar, preservação da natureza) e a família mereceram 2 referências. Com apenas 1 registo, temos situações como a alimentação equilibrada, a educação, segurança, uma boa rede de transportes, prestação de serviços eficazes e relações pessoais saudáveis.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que as três principais condições para o bem-estar dos cidadãos do Grupo 1 são a Saúde, o Trabalho e a Família. Já no Grupo 2, as três que mais influenciam a sua situação de bem-estar são o Trabalho, as Condições de Habitabilidade e Bons Salários.

Tabela 51 - Componentes de Mal-Estar expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste

O QUE É PARA SI O MAL-ESTAR?	FREQUÊNCIA	%
A06 - Emprego/trabalho/atividade	7	25,9
A08 - Poder de compra/acessos às finanças	4	14,8
C01 - Direitos fundamentais/reconhecimento	4	14,8
F01 - Equilíbrio físico e saúde	4	14,8
D02 - Vida de família/relações familiares	3	11,1
A02 - Cuidados e medicamentos	1	3,7
A05 - Educação/formação	1	3,7
B00 - Quadro de vida em geral	1	3,7
E05 - Violência e paz	1	3,7
I06 - Cortesia, respeito e tolerância	1	3,7

Os cidadãos oriundos dos Países da Europa de Leste consideram o desemprego a principal condição para o seu mal-estar (foi referenciada 7 vezes). Já o baixo poder de compra e baixos salários, assim como não ver reconhecidos os seus direitos e ainda a doença ou a falta de saúde foram mencionados 4 vezes. Estar em Portugal sem a família foi referido como situação de mal-estar por três cidadãos. O acesso à saúde, as baixas habilitações, o facto de existir oferta de emprego e simultaneamente um grande número de desempregados, a situação de guerra e a falta de respeito, são circunstâncias expressas uma vez.

Tabela 52 - Componentes de Mal-Estar expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos

O QUE É PARA SI O MAL-ESTAR?	FREQUÊNCIA	%
A08 - Poder de compra/acessos às finanças	4	21,1
A06 - Emprego/trabalho/atividade	3	15,8
D02 - Vida de família/relações familiares	3	15,8
B03 - Serviços e Comércio de proximidade	2	10,5
F01 - Equilíbrio físico e saúde	2	10,5
A03 - Alojamento	1	5,3
A05 - Educação/formação	1	5,3
B06 - Ambiente e Paisagem	1	5,3
D00 - Relações pessoais em geral	1	5,3
D05 - Relações nos lugares de atividade	1	5,3

Os cidadãos oriundos dos Países Asiáticos consideram o baixo poder de compra e os baixos salários as principais condições para o seu mal-estar, sendo referenciados 4 vezes. O desemprego e a ausência da família foram referidos em 3 situações. A falta de serviços mais abrangentes no concelho e a doença foram mencionados em 2. A falta de condições de habitabilidade, a frágil comunicação por parte dos estabelecimentos de ensino, a poluição, falta e civismo e de respeito no posto de trabalho, foram referidos por um participante.

Podemos dizer que as três principais condições para o mal-estar dos cidadãos do Grupo 1 são a Falta de trabalho, o Baixo Poder de Compra e a Falta de Reconhecimento dos seus Direitos. No Grupo 2, as três que mais influenciam a sua situação de mal-estar foram os Baixos Salários, o Desemprego e a Ausência da Família junto dos imigrantes.

Tabela 53 - Atitudes de Promoção do Bem-Estar para o próprio e para os outros, expressos pelo Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste

O QUE É QUE VOCÊ FAZ OU PODE FAZER PARA ASSEGURAR O SEU BEM- ESTAR E O BEM- ESTAR DE TODOS?	FREQUÊNCIA	%
A06 - Emprego/trabalho/atividade	6	30,0
A09 - Serviços à pessoa	3	15,0
C00 - Relações com e entre as organizações em geral	3	15,0
C01 - Direitos fundamentais/reconhecimento	3	15,0
A03 - Alojamento	2	10,0
A07 - Lazer, cultura e desporto	2	10,0
C06 - Acesso, informações e contactos	1	5,0

Ao abordar a terceira questão “O que é que você faz ou pode fazer para assegurar o seu bem-estar e o bem-estar dos outros?”, o Grupo 1, Cidadãos Imigrantes dos Países da Europa de Leste, acabaram por referir não o que eles próprios poderiam fazer, mas sim mencionar como se deveria atuar, independentemente de serem os próprios, para que o seu bem-estar e o dos outros cidadãos imigrantes fossem assegurados.

Assim, temos como principal fator para o bem-estar de todos, conseguir ter um trabalho ou exercer uma profissão (equivalente a 30% das ideias referidas). Na segunda categoria, “Serviços à Pessoa”, os participantes mencionaram a necessidade de adaptar os horários das escolas aos horários de trabalho dos pais, uma vez que a maior parte trabalha na agricultura e iniciam o seu trabalho muito cedo, muito antes dos estabelecimentos de ensino abrirem as suas portas. Na terceira categoria apresentada, “Relações com e entre as organizações em geral”, estes cidadãos referiram a importância de darem a sua opinião e serem ouvidos. Relativamente à quarta categoria, “Direitos fundamentais/reconhecimento”, os membros deste grupo indicaram como condições para o bem-estar a existência de trabalho mais

qualificado para os cidadãos com habilitações mais elevadas e mais fiscalização no que concerne às condições de trabalho. As três últimas categorias foram sinalizadas com uma frequência de 3. Na categoria “Alojamento”, referida 2 vezes, foi aludida a necessidade de existir habitações com custos de aluguer mais baratos do que os praticados presentemente. Com o mesmo nível de importância, mencionaram a existência de mais atividades culturais no concelho. Por último, na categoria “Acesso, informações e contactos”, 1 vez mencionada, estes cidadãos pensam que os funcionários dos serviços públicos que lidam diariamente com a população imigrante, deveriam frequentar alguma formação específica relativa a temáticas da imigração.

Tabela 54 - Atitudes de Promoção do Bem-Estar para o próprio e para os outros, expressos pelo Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos

O QUE É QUE VOCÊ FAZ OU PODE FAZER PARA ASSEGURAR O SEU BEM-ESTAR E O BEM-ESTAR DE TODOS?	FREQUÊNCIA	%
E04 - Coabitação social	3	20,0
A06 - Emprego/trabalho/atividade	2	13,3
I07 - Solidariedade, partilha e transmissão saberes...	2	13,3
A05 - Educação/formação	1	6,7
C04 - Transparência/comunicação	1	6,7
D00 - Relações pessoais em geral	1	6,7
D03 - Amizade/amigos	1	6,7
D04 - Relações de vizinhança	1	6,7
F01 - Equilíbrio físico e saúde	1	6,7
H05 - Responsabilidade	1	6,7
I06 - Cortesia, respeito e tolerância	1	6,7

O Grupo 2, constituído por cidadãos de Países Asiáticos, elegeram como principal fator de bem-estar a procura de condições de habitação condignas (evitando condições como a falta de higiene e o excessivo barulho que se produz dentro de casa - 3 vezes). Procurar um bom emprego para si e para os outros, foram condições mencionadas por 2 participantes (categorias Emprego/Trabalho/Atividade e Solidariedade, Partilha e Transmissão de Saberes...). Todas as outras categorias foram referidas apenas uma vez, as quais passamos a expor: na categoria da “Educação e Formação” salientaram a necessidade de formação profissional para cidadãos imigrantes. Uma boa comunicação entre todos evita conflitos e aproxima as comunidades (categoria “Transparência/comunicação”), assim como partir do princípio que as pessoas são boas e que colaboram connosco (categoria “Relações pessoais em geral”). Outro fator identificado para o bem-estar, é a manutenção do contacto com os amigos (categoria “Amizade/amigos”) e preservar uma boa relação com os vizinhos, com um espírito de

entrajuda (categoria “Relações de vizinhança”). Na categoria relacionada com a saúde, “Equilíbrio físico e saúde”, um dos cidadãos referiu como condicionante ao seu bem-estar e a dos outros, a diminuição de cigarros que fuma por dia. A responsabilidade partilhada por todos também foi apontada como um fator que colabora para o bem-estar geral, assim como o respeito que devemos ter por todos os que nos rodeiam (categoria “Cortesia, respeito e tolerância”).

Nesta última questão, os participantes do Grupo 1, continuam a referenciar o trabalho e o exercício de uma profissão como fatores importantes para o bem-estar de todos. Outro fator que consideraram fundamental, é a adequação da prestação de serviços às necessidades da população, como também a oportunidade que todos devem ter para emitir opiniões e ter a garantia que são ouvidos. O Grupo 2, constituído por cidadãos asiáticos, elegeu como um condicionante importante ao seu bem-estar e àqueles que os rodeiam as devidas condições de habitabilidade. Para que exista condições de habitação condignas, é necessário cumprir algumas regras básicas de convivência, como sejam a boa higiene e níveis de barulho aceitáveis. A questão do Emprego, sempre presente durante as sessões, a Solidariedade e a Colaboração entre Todos os Cidadãos, também foram considerados fatores potenciadores do bem-estar individual e coletivo.

2.5.3. Grupo Focal

Considera-se o Grupo Focal uma discussão estruturada para obter informação relevante sobre um tópico específico. O seu objetivo é recolher informação sobre os sentimentos, valores e ideias das pessoas. Com os mesmos grupos de cidadãos imigrantes, quisemos aprofundar e focalizar a atenção destes cidadãos na realidade do nosso concelho, com o objetivo de saber como se sentem neste contexto e nesta comunidade, conhecer as suas opiniões sobre vários aspetos e temas que fazem parte do seu dia-a-dia. Para isso, utilizámos a técnica do Grupo Focal, a qual consideramos um eficaz instrumento de incentivo à participação de cidadãos, imigrantes neste caso, como complemento à informação recolhida para elaboração do diagnóstico. Elaborámos um Guião para a condução do Grupo Focal (Anexo 13), para evitar a dispersão de temas e ser mantido um fio condutor dos aspetos que queríamos abordar.

Apresenta-se de seguida e de forma sucinta, as principais ideias retiradas nestes Grupos Focais realizados.

Tabela 55- Pergunta 1. Porque escolheu vir para Portugal?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	A maior motivação para estes cidadãos abandonarem o seu país e virem para Portugal foi o desejo de procurar trabalho, obter melhores salários e melhorar as suas condições de vida (“Precisava de trabalhar e melhorar a minha vida”, “Porque tem sempre muito trabalho”). O clima ameno e a situação de paz que o nosso país vive, também foi motivo de atração para alguns cidadãos deste grupo (“Paz, bom tempo...”).
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Os participantes deste segundo Grupo mencionaram várias razões, entre elas, a facilidade em obter uma Autorização de Residência (“Fácil tratar documentos para a legalização”), e a existência de trabalho (“Bom trabalho”). O clima (“Bom tempo”), a gentileza do povo português (“o povo português é bom e amigável”), a oportunidade de conhecer outros países e viver novas experiências, foram também motivos que influenciaram a sua escolha.

Tabela 56- Pergunta 2. Porque escolheu o concelho de Odemira para residir?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Estes cidadãos escolheram o nosso concelho para residir devido à existência de trabalho na agricultura (“Porque tem sempre muito trabalho”), às características do próprio concelho (“Porque o concelho de Odemira é mais calmo e muito bom para viver”, “É a zona do país que mais gosto”) e da população local (“Gostei muito das pessoas”).
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Também para este grupo a existência de trabalho no concelho foi a sua maior motivação (“Há mais oportunidades de trabalho”). O clima, a estabilidade, a higiene que se verifica nas ruas e a segurança que se sente no território, também foram fatores que pesaram na decisão de escolher o concelho de Odemira para viver (“... é um lugar estável para trazer e ter a família”, “... boa casa, o tempo é bom”, “S. Teotónio é bom, tem estradas limpas, casa limpas e o parque também é limpo”).

Tabela 57- Pergunta 3. Que dificuldades sentiu quando chegou ao nosso concelho?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	A barreira da língua foi um forte constrangimento para estes cidadãos quando cá chegaram. As questões da habitação (“Alugar casa em condições...”) e dos transportes também foram referidas (“Chegar ao local de trabalho só com transporte próprio e a empresa não dá transporte”). A falta de médicos e a falta de adequação dos horários de abertura dos estabelecimentos escolares com os horários de trabalho dos pais (“Falta de médicos e professores”, “horário do infantário”).
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	A barreira da língua também foi um problema sentido pelos cidadãos deste grupo. A temperatura, para aqueles que são oriundos de países com clima tropical foi também mencionada. O trabalho sazonal (“... às vezes tenho de esperar de 3 a 6 meses) e baixos salários (“Dificuldades no trabalho, baixo salário”), foram outras das dificuldades sinalizadas.

Tabela 58- Pergunta 4. Sente-se integrado na comunidade portuguesa?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Os cidadãos imigrantes residentes no concelho há apenas seis meses responderam que não se sentem integrados na comunidade. Os restantes responderam que sim (“Sim, o meu trabalho faz-me conhecer muitas pessoas...” , “Sim, porque temos trabalho e temos os filhos que gostam de cá estar”).
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Embora dois cidadãos tenham respondido que não se sentem integrados na comunidade, os restantes responderam afirmativamente (“Sim. Quando comecei a viver cá senti-me integrado em Portugal e também na comunidade. A população de Odemira é prestável e ajuda a resolver os problemas dos imigrantes”, “Sim, é muito familiar, tenho muitos amigos e família aqui e assim é fácil”, “... a Junta de Freguesia de S. Teotónio é muito prestável para o nosso trabalho. Todas as pessoas são simpáticas. A Tânia (Técnica do CLAI) é muito boa”).

Tabela 59- Pergunta 5. Tem amigos portugueses?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Como aconteceu na questão anterior, só os cidadãos que cá estão há seis meses responderam negativamente à presente questão. Todos os outros responderam afirmativamente (“Sim, mais do moldavos”, “Sim, tenho muitos”)
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Tosos os cidadãos responderam afirmativamente a esta questão (“Tenho muitos amigos portuguese em S. Teotónio, são mais os amigos do trabalho na agricultura”, “Sim, tenho muitos amigos portugueses”)

Tabela 60- Pergunta 6. Já alguma vez se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Três cidadãos responderam que não e cinco responderam que sim.
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Neste grupo, todos os participantes responderam negativamente, (“Não, não senti isso. Senti-me a salvo como na minha cidade”, “Nós não somos discriminados pelos portugueses. O comportamento dos portugueses para com os imigrantes é leal e colaborante”, “Não sou discriminado pelos portugueses, eles ajudam-me”).

Tabela 61- Pergunta 7. Como avalia, em termos gerais, os serviços prestados pelas entidades a que já recorreram?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Quatro participantes têm uma opinião favorável relativamente aos serviços prestados pelas entidades a que recorreram ("Bom"). Os restantes têm uma opinião diferente ("Mau, muito mau, não são suficientes" , "Podiam ser melhores").
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	A maior parte dos cidadãos deste grupo têm uma opinião positiva sobre os serviços prestados pelas entidades ("Todos os serviços são bons e todos ajudam" , Muito bons, com um bonito sorriso" , "Os serviços das Finanças são bons"). Dois destes participantes referiram constrangimentos no serviço de saúde ("É difícil ter acesso a tratamento médico em Portugal..." , "Os tratamentos médicos em Portugal não são bons") e no processo de aluguer de habitação ("... a habitação e o processo de contrato não é bem gerida em S. Teotónio. É difícil alugar uma casa aqui").

Tabela 62- Pergunta 8. Mantém-se informado em relação ao país de origem? Por que meios?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste	Todos mantêm contactos com o seu país de origem através da internet, telefone, skype.
Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos	Neste grupo, também todos os participantes mantêm contactos com o seu país de origem por vários meios ("Sim, através do telemóvel e internet" , "Sim, através do Facebook e mostro-lhes como são bonitas as praias que vocês têm" , "Sim, falo com eles sobre a Autorização de Residência e o trabalho").

Tabela 63- Pergunta 9. Que projetos tem em relação ao futuro? Fixar-se neste concelho? Regressar o país de origem?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
<p>Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste</p>	<p>Todos os cidadãos deste grupo responderam que gostariam de continuar cá a viver. (“Trabalhar, ficar no concelho e não regressar”, “Ficar no concelho, abrir empresa própria, melhorar as minhas condições de vida”, “Até agora não penso voltar para Moldávia. Ao mesmo tempo, ninguém sabe o que pode acontecer no dia de amanhã”, “Gostava de ficar cá, mas não sei se um dia não voltarei para a Moldávia”)</p>
<p>Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos</p>	<p>Num futuro próximo, todos estes cidadãos tencionam fixar-se no concelho. (“Ter sempre bom trabalho. Gosto de estar neste país. Não vou voltar ao meu país”, eu gostaria de ficar e de abrir um negócio logo que eu consiga”, “Vou ficar aqui mais cinco anos e depois gostaria de ficar dez anos nos Estados Unidos. Quando for velho, gostaria de viver no meu país, no Nepal”, “Quando eu tiver a nacionalidade, gostaria de permanecer em Portugal e abrir o meu próprio negócio”.</p>

Tabela 64- Pergunta 10. Pretende acrescentar alguma ideia que não tenha sido abordada?

GRUPOS FOCAIS	IDEIAS PRINCIPAIS
<p>Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste</p>	<p>Nenhum deles acrescentou mais alguma ideia.</p>
<p>Grupo 2 - Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos</p>	<p>Alguns destes cidadãos afirmaram que querem a nacionalidade portuguesa (“Eu quero a nacionalidade portuguesa”, Eu quero a nacionalidade portuguesa, Isso traz-me para mais perto das pessoas”). Outro afirmou que era útil existir em Odemira mais serviços, ficariam mais acessíveis a todos. Ainda outro cidadão sugeriu que “Devíamos construir grandes apartamentos em S. Teotónio (zona de Odemira). Muitos imigrantes estão nesta região mas não existem facilidades para arranjar casa e o processo não é bem gerido”.</p>

3. Dimensão Estratégica

A Dimensão Estratégica de um Plano tem como principais objetivos planejar a mudança de uma situação diagnosticada, de forma viável e exequível, validada por todos os que estão envolvidos no processo. Não existindo uma visão estratégica, a dimensão operacional poderá ficar comprometida. Planificar a estratégia implica a definição de objetivos estratégicos, metas, estratégias, de maneira a orientar a ação e a afetação de recursos. Os objetivos estratégicos devem espelhar claramente os resultados a alcançar e devem ser medidos pelos indicadores.

A Dimensão Estratégica permite a criação de uma visão participada, a definição de novos caminhos a seguir e um controle organizado sobre os resultados.

Após análise e reflexão sobre a Dimensão Estratégica em todas as áreas de intervenção, a CMI decidiu e validou como áreas de intervenção prioritárias as seguintes: Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Educação e Língua, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica e Racismo e Discriminação. Quanto às restantes áreas, face ao limite temporal previsto para a execução do Plano, à limitação de recursos e à imprevisibilidade temporal de abertura de candidaturas do Plano ao Portugal 2020, considerou a CMI que as restantes seriam consideradas de forma transversal, no âmbito da execução das primeiras, não comprometendo a eficácia do Plano.

Optou-se por distinguir as áreas de intervenção de nível A e nível B. As áreas de nível A são as consideradas prioritárias e as de nível B são de operacionalização transversal às de nível A, numa perspectiva de intervenção integrada.

Tabela 65 - Resumo da Dimensão Estratégica

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Serviços de Acolhimento e Integração - Nível A -	Proporcionar aos cidadãos estrangeiros um acolhimento mais estruturado e facilitador Promover a integração dos cidadãos imigrantes de forma harmoniosa e progressiva	Níveis de satisfação dos cidadãos imigrantes Nº de iniciativas realizadas	Sensibilizar entidades públicas, privadas e comunidade em geral, para a necessidade de melhorar os serviços de acolhimento e integração
Urbanismo e Habitação - Nível A -	Melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos imigrantes	Variação do nº de cidadãos imigrantes a residir em alojamentos não clássicos e sobrelotados	Informar as empresas agrícolas e os imigrantes sobre os recursos existentes (programas, apoios, medidas) Criar um grupo de trabalho constituído pelas entidades responsáveis, com o objetivo de definir uma estratégia que proporcione melhores condições de habitabilidade aos cidadãos imigrantes
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo - Nível A -	Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos imigrantes, favorecendo a sua fixação	Níveis de satisfação dos cidadãos imigrantes Variação do nº de imigrantes residentes no concelho	Garantir o trabalho em rede entre as empresas agrícolas e outras entidades com responsabilidade nesta área

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<p>Educação e Língua</p> <p>- Nível A -</p>	<p>Proporcionar aos filhos dos cidadãos imigrantes um percurso escolar contínuo e de sucesso</p> <p>Permitir e melhorar o domínio da língua portuguesa</p>	<p>Nº de ações promovidas de aprendizagem da língua portuguesa</p> <p>Variação da taxa de abandono escolar e de transição/aprovação de alunos estrangeiros</p>	<p>Sensibilizar as entidades para a utilização dos recursos/oportunidades existentes na promoção da aprendizagem da língua portuguesa</p> <p>Implementar e melhorar as estratégias que colaboram na integração dos alunos estrangeiros</p>
<p>Capacitação e Formação</p> <p>- Nível B -</p>	<p>Potenciar as competências e capacidades da população imigrante</p>		<p>Atuação vertida nas áreas:</p> <p><i>Acolhimento e Integração</i></p> <p><i>Urbanismo e Habitação</i></p> <p><i>Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</i></p> <p><i>Educação e Língua</i></p> <p><i>Saúde</i></p> <p><i>Solidariedade e Resposta Social</i></p> <p><i>Cidadania e Participação Cívica</i></p>
<p>Cultura</p> <p>- Nível B -</p>	<p>Favorecer a aproximação cultural entre a comunidade local e as comunidades imigrantes</p>		<p>Atuação vertida nas áreas:</p> <p><i>Acolhimento e Integração</i></p> <p><i>Educação e Língua</i></p> <p><i>Cidadania e Participação Cívica</i></p>

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<p>Saúde</p> <p>- Nível A -</p>	<p>Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos imigrantes</p>	<p>Nível de satisfação da população imigrante</p> <p>Variação do nº de consultas a cidadãos estrangeiros, nas respostas disponibilizadas localmente</p>	<p>Promover formação destinada a pessoal técnico e médico</p> <p>Informar/esclarecer a comunidade imigrante sobre o acesso aos serviços de saúde</p>
<p>Solidariedade e Resposta Social</p> <p>- Nível A -</p>	<p>Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos imigrantes</p> <p>Ampliar a legalização dos imigrantes fixos no concelho</p>	<p>Variação do nº de imigrantes beneficiários das medidas existentes</p>	<p>Divulgar junto da comunidade imigrante as medidas existentes</p> <p>Promover estratégias facilitadoras da legalização</p>
<p>Cidadania e Participação Cívica</p> <p>- Nível A -</p>	<p>Aumentar o nível de participação da comunidade imigrante em atos cívicos e de cidadania</p>	<p>Nº de imigrantes envolvidos em ações de cidadania</p>	<p>Sensibilizar a comunidade imigrante para a importância da sua participação cívica</p> <p>Sensibilizar a sociedade de acolhimento de forma a permitir a participação de cidadãos imigrantes</p>
<p>Media e Sensibilização da Opinião Pública</p> <p>- Nível B -</p>	<p>Promover o conhecimento e a aceitação da multiculturalidade</p>		<p>Atuação vertida nas áreas:</p> <p><i>Acolhimento e Integração</i></p> <p><i>Educação e Língua</i></p> <p><i>Cidadania e Participação Cívica</i></p> <p><i>Racismo e Discriminação</i></p>

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
Racismo e Discriminação - Nível A -	Prevenir situações de racismo e discriminação	Nº de iniciativas tomadas na prevenção de situações discriminatórias para com cidadãos imigrantes	Dar a conhecer à sociedade de acolhimento características das culturas mais representativas no concelho Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação junto da população jovem
Relações Internacionais - Nível B -	Envolver as embaixadas dos países de origem nas soluções para as necessidades dos imigrantes		Atuação vertida nas áreas: <i>Acolhimento e Integração</i> <i>Cidadania e Participação Cívica</i>
Religião - Nível B -	Facilitar o conhecimento das várias religiões praticadas pelos cidadãos imigrantes		Atuação vertida nas áreas: <i>Cultura</i>

4. Dimensão Operacional

A Dimensão Operacional, articulada com a Dimensão Estratégica, é a execução propriamente dita do Plano. Envolve cada tarefa ou atividade isoladamente e preocupa-se em atingir as metas específicas para cada medida.

A Dimensão Operacional é a via entre o Plano e a realidade que se quer alcançar, através de decisões e ações concretas.

De seguida, apresentamos a Dimensão Operacional do PMII, por cada área de intervenção, considerada prioritária.

As medidas encontram-se seriadas em Nível 1 (se incorrem nas atribuições e competências próprias de cada entidade) e em Nível 2 (tratando-se de ações a submeter a financiamento comunitário, no âmbito do Portugal 2020)

Nota: Na coluna dos “Responsáveis”, a entidade-chave responsável pela mobilização e coordenação dos restantes parceiros na execução da medida, encontra-se a negrito.

4.1. Serviço de Acolhimento e Integração

Tabela 66 - Dimensão Operacional da Área dos Serviços de Acolhimento e Integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Proporcionar aos cidadãos estrangeiros NPT um acolhimento mais estruturado e facilitador	Assegurar a continuação da intervenção do CLAI e alargar a sua intervenção a mais imigrantes NPT	1. Aumentar o nº de técnicos do CLAI	2	O CLAI possuir 2 técnicos a tempo inteiro Alargar a sua área de intervenção a todo o concelho	Variação do nº de locais onde o CLAI realiza atendimentos Variação do nº de atendimentos realizados	TAIPA
	Agilizar o processo de regularização dos nacionais de países terceiros, através da articulação entre as empresas	2. Implementar o “SEF em Movimento”	1	Realizar 4 deslocações da iniciativa “SEF em Movimento” ao concelho	Nº de imigrantes que beneficiaram desta iniciativa Nº de empresas agrícolas envolvidas neste processo	AHSA SEF Empresas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>(cont)</p> <p>Proporcionar aos cidadãos estrangeiros NPT um acolhimento mais estruturado e facilitador</p>	<p>Facilitar a prestação de serviços aos cidadãos imigrantes NPT</p>	<p>3. Traduzir os formulários mais utilizados pelos imigrantes, disponibilizados pelos serviços públicos</p>	<p>2</p>	<p>Traduzir 10 formulários em três línguas: tailandês, russo e inglês</p>	<p>Nº de formulários traduzidos</p>	<p>Município de Odemira Segurança Social Centro de Saúde IEFP Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas Juntas de Freguesia GNR SEF ACT</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>(cont)</p> <p>Proporcionar aos cidadãos estrangeiros NPT um acolhimento mais estruturado e facilitador</p>		4. Conceber um “Kit de Acolhimento ao Imigrante”, com a colaboração das entidades públicas e privadas	2	Envolver 5 entidades públicas e 1 privada na conceção do “Kit de Acolhimento ao Imigrante” Apresentação do “Kit de Acolhimento ao Imigrante” em Junho de 2017	Nº de presenças das entidades envolvidas nas reuniões de trabalho realizadas Nº de “Kit de Acolhimento” impressos e disponíveis nos serviços públicos e privados	Município de Odemira Segurança Social Centro de Saúde IEFP Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas GNR Juntas de Freguesia TAIPA ACT
		5. Assegurar um serviço efetivo de tradução local, para apoiar as entidades públicas e privadas	2	Contratar 1 tradutor	Nº de traduções realizadas	Município de Odemira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a integração dos cidadãos imigrantes NPT de forma harmoniosa e progressiva	Envolver as entidades locais em estratégias ampliadas e facilitadoras da integração de cidadãos imigrantes NPT	6. Capacitar as instituições para que apresentem projetos ao BLV, destinados à comunidade imigrante	1	Realização de 2 sessões de sensibilização Apresentação de 2 projetos destinados às comunidades imigrantes, por parte de entidades locais, ao BLV	Nº de sessões Nº de participantes Nº de candidaturas apresentadas ao BLV Nº de atividades do projeto realizadas Nº de imigrantes envolvido	Município de Odemira/BLV
		7. Aumentar a área de intervenção do Projeto ST-E5G e o nº de técnicos afetos	2	Criar 2 novas áreas de intervenção	Evidências do alargamento da área de intervenção/número de técnicos envolvidos espelhados nos documentos do Dossiê Técnico-Financeiro do projeto	TAIPA
	Criar o Dia Municipal da Multiculturalidade	8. Institucionalizar o Dia Municipal do Imigrante	1	Comemorar o Dia Municipal do Imigrante uma vez por ano	Nº de entidades envolvidas Nº de participantes envolvidos, segundo o sexo e a nacionalidade Nº de imigrantes envolvidos Anúncio do evento nos Media (publicações do Município e comunicação social local)	Município de Odemira Juntas de Freguesia TAIPA CPCJ Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas Párocos Empresas AHSA Representantes de Imigrantes

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>(cont)</p> <p>Promover a integração dos cidadãos imigrantes NPT de forma harmoniosa e progressiva</p>	<p>Dar a conhecer às empresas agrícolas informação relevante sobre as várias temáticas que concorrem para o acolhimento e integração dos imigrantes</p>	<p>9. Criar um Guião, com legislação, normas e procedimentos aplicáveis aos trabalhadores imigrantes no setor agrícola</p>	<p>2</p>	<p>Disponibilizar o Guião em Junho de 2017</p>	<p>Evidências da disponibilização do documento nas empresas agrícolas (envio eletrónico)</p>	<p>IEFP Empresas AHSA SEF ACT TAIPA GNR</p>

4.2. Urbanismo e Habitação

Tabela 67 - Dimensão Operacional da Área do Urbanismo e Habitação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos imigrantes NPT	Conhecer as necessidades habitacionais da população imigrante	10. Levantamento das necessidades de alojamento	1	Conhecer as necessidades de alojamento em 4 freguesias do concelho	Nº de empresas envolvidas no processo Nº de Juntas de Freguesia envolvidas no processo Levantamento efetuado	Juntas de Freguesia Empresas AHSA
	Sensibilizar e esclarecer os imigrantes das regras e apoios inerentes ao Arrendamento	11. Informar os cidadãos imigrantes das medidas de apoio à habitação existentes no concelho	1	Informar 50 cidadãos imigrantes NPT	Nº de imigrantes NPT que obtiveram a informação através das Juntas de Freguesia e do Município	Município de Odemira Juntas de Freguesia
		12. Informar os cidadãos imigrantes sobre os direitos/deveres em situação de arrendatários	1	Informar 50 cidadãos imigrantes	Nº de imigrantes NPT que obtiveram a informação através das Juntas de Freguesia e do Município	
	Sensibilizar os proprietários para o cumprimento da Lei do Arrendamento	13. Informar os proprietários das habitações sobre as regras básicas necessárias para que exista condições de habitabilidade	1	Informar 20 proprietários de habitações	Nº de ações de informação realizadas Nº de proprietários de habitações envolvidos	Juntas de Freguesia
	Informar das diligências legais exigidas para o licenciamento de	14. Realizar uma sessão de esclarecimento às empresas	1	Informar e esclarecer 10 empresas	Nº de empresas presentes na sessão de esclarecimento	ACT

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	alojamentos destinados NPT				Nº de entidades públicas envolvidas com responsabilidade na matéria	Município de Odemira
	Melhorar a recolha de resíduos sólidos juntos dos recintos habitacionais dos imigrantes nas empresas agrícolas	15. Aquisição de contentores de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos pelas empresas agrícolas e recolha pelo Município	1	Colocar 10 contentores junto de empresas agrícolas	Nº de contentores colocados	Empresas Município de Odemira

4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Tabela 68 - Dimensão Operacional da Área do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos imigrantes NPT, favorecendo a sua fixação	Melhorar a rede de transportes a médio e longo prazo	16. Criar Fórum de Reflexão com as várias entidades envolvidas no processo	1	Construir uma estratégia de intervenção para a resolução dos problemas associados à mobilidade	Nº de sessões de trabalho Nº de presenças das entidades envolvidas nas reuniões de trabalho realizadas Apresentação da Estratégia a outras entidades regionais e nacionais responsáveis	Município de Odemira Juntas de Freguesia Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas Empresas AHSA Representantes dos Imigrantes
		17. Criação de uma “Bolsa de Trabalhadores” que sirva as empresas	1	Existência de uma relação de trabalhadores com residência permanente no território que possam ser recrutados diretamente, sem recurso a empresas de contratação	Relação Nominal de trabalhadores	IEFP Empresas SEF ACT
	18. Construir uma aplicação informática para a gestão da bolsa.	2		Disponibilização da aplicação <i>on-line</i>	Empresas AHSA	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>(cont)</p> <p>Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos imigrantes NPT, favorecendo a sua fixação</p>	<p>Diminuir o número de imigrantes desempregados, residentes no concelho</p>	<p>19. Realização de ações de requalificação profissional</p>	<p>2</p>	<p>Reconversão profissional de 100 imigrantes desempregados, promovendo formação nas áreas mais prementes para o desenvolvimento do território (turismo, agropecuária, floresta)</p>	<p>Nº de ações realizadas Nº de imigrantes abrangidos</p>	<p>IEFP</p>
	<p>Requalificar e diversificar a oferta de trabalho imigrante</p>					
	<p>Capacitar imigrantes empreendedores</p>	<p>20. Divulgar junto das comunidades imigrantes o Programa Municipal ODEMIRA EMPREENDE</p>	<p>1</p>	<p>Realização de 2 sessões de divulgação</p>	<p>Nº de ações realizadas Nº de imigrantes envolvidos</p>	<p>Município de Odemira Juntas Freguesias Representantes Imigrantes TAIPA</p>

4.4. Educação e Língua

Tabela 69 - Dimensão Operacional da Área da Educação e Língua

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Permitir e melhorar o domínio da língua portuguesa	Melhorar a comunicação com os cidadãos imigrantes	21. Reforçar o número de ações de aprendizagem da língua portuguesa	2	100 cidadãos imigrantes frequentam a formação de aprendizagem da língua portuguesa	Nº de candidaturas submetidas Nº de imigrantes que participam nas formações	TAIPA IEFP Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Melhorar as estratégias do ensino da língua portuguesa em contexto escolar	22. Realização de um <i>workshop</i> nas escolas	2	10 docentes participam no workshop para troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica no âmbito do PLNM, com orador de referência	Nº de docentes presentes no workshop	Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>Proporcionar aos filhos dos cidadãos imigrantes NPT um percurso escolar contínuo e de sucesso</p>	<p>Melhorar as estratégias que promovem o acolhimento e a integração de alunos estrangeiros</p>	<p>23. Construção de um “Guião de Acolhimento ao Aluno Imigrante” (visita ao estabelecimento de ensino, conhecimento da sua organização e serviços, do currículo, dos projetos e dos valores defendidos pela sua escola, glossários de palavras ou expressões básicas, com tradução em diferentes línguas)</p>	1	<p>Integração dos alunos através de um programa de acolhimento destinado a alunos, família e encarregados de educação</p>	<p>Nº de exemplares do “Guião de Acolhimento ao Aluno Imigrante” distribuídos em cada estabelecimento de ensino Grau de satisfação dos alunos e encarregados de educação imigrantes NPT</p>	<p>Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas</p>
		<p>24. Inserir no Projeto Educativo e nos demais documentos estruturantes a dimensão da educação para a diversidade cultural</p>	1	<p>2 Agrupamentos de Escolas integram a dimensão da educação para a diversidade cultural nos seus documentos estruturantes</p>	<p>Inscrição nos documentos estruturantes</p>	<p>Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas</p>
	<p>Capacitar o pessoal docente e não docente para práticas inclusivas de acolhimento e integração de alunos estrangeiros</p>	<p>25. Dinamização de programas de formação centradas em temáticas relativas à diversidade cultural</p>	2	<p>Realização de 2 ações para 30 elementos da comunidade educativa</p>	<p>Nº de docentes e não docentes envolvidos</p>	<p>TAIPA Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas</p>

4.5. Saúde

Tabela 70 - Dimensão Operacional da Área da Saúde

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos imigrantes NPT	Informar os cidadãos imigrantes sobre os seus direitos no sistema de saúde português	26. Divulgação dos direitos dos imigrantes através de brochuras traduzidas em várias línguas nos serviços de saúde, juntas de freguesia e empresas	1	100 imigrantes são informados sobre os seus direitos	Nº de brochuras distribuída junto das empresas, Juntas de Freguesia e Extensões de Saúde	Centro de Saúde de Odemira
	Assegurar o conhecimento e a implementação do “Manual de Acolhimento no Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros”, a todos os profissionais de saúde	27. Promover ações de divulgação “Manual de Acolhimento no Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros”	1	20 profissionais de saúde conhecem o “Manual de Acolhimento no Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros”	Nº de profissionais de saúde envolvidos	Centro de Saúde de Odemira
	Sensibilizar os cidadãos imigrantes para a prática dos cuidados de saúde primários	28. Promover campanhas de sensibilização dos cuidados de saúde primários	1	Realização de 4 ações junto de empresas agrícolas	Nº de imigrantes abrangidos	Centro de Saúde Empresas Taipa CPCJ

4.6. Cidadania e Participação Cívica

Tabela 71 - Dimensão Operacional da Área da Cidadania e Participação Cívica

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de participação da comunidade imigrante em atos cívicos e de cidadania	Promover o associativismo junto das comunidades, através da divulgação de material informativo e formativo	29. Criar uma associação de imigrantes no concelho	2	Registar um grupo de cidadãos imigrantes como associação	A criação da Associação de Imigrantes no concelho	Representantes dos imigrantes TAIPA
	Aumentar o número de cidadãos imigrantes recenseados	30. Mobilizar as Juntas de Freguesia para a promoção do recenseamento de todos os imigrantes elegíveis nas eleições autárquicas, através de ações de sensibilização	1	13 Ações de sensibilização promovidas pelas Juntas de Freguesia	Variação do nº de cidadãos imigrantes recenseados	Juntas de Freguesia TAIPA
	Recolher opiniões/testemunhos dos cidadãos imigrantes	31. Incentivar e acolher propostas de imigrantes Divulgação do correio eletrónico no <i>site</i> do Município e nos sites das entidades parceiras	1	Receber 50 propostas de cidadãos imigrantes	Nº de emails recebidos	Representantes dos imigrantes Município de Odemira

4.7. Solidariedade e Resposta Social

Tabela 72 - Dimensão Operacional da Área da Solidariedade e Resposta Social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos imigrantes NPT	Informar os cidadãos imigrantes acerca dos apoios sociais existentes	32. Incluir no “Kit de Acolhimento ao Imigrante” informação relativa às entidades prestadoras de respostas sociais	1	Acréscimo de 20% de imigrantes a usufruírem de apoios sociais	Variação do número de imigrantes apoiados	Segurança Social Município de Odemira
Ampliar a legalização dos imigrantes fixos no concelho	Favorecer o acesso aos apoios sociais disponíveis	33. Responsabilizar as empresas como entidade de primeira linha para o reporte de presença de imigrantes ilegais no território	1	Acréscimo de 20% de imigrantes legalizados	Variação do número de imigrantes legalizados	Empresas SEF Município de Odemira Juntas de Freguesia AHSA

4.8. Racismo e Discriminação

Tabela 73 - Dimensão Operacional da Área do Racismo e Discriminação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Prevenir situações de racismo e discriminação	Garantir que todos os trabalhadores são tratados com equidade	34. Adoção por parte das empresas empregadoras, de uma política de igualdade de oportunidades, que poderá consistir num conjunto de objetivos e procedimentos, que deverá ser resumido numa declaração pública e dado a conhecer a todos os trabalhadores e traduzida em várias línguas	1	10 empresas adotam uma política de igualdade de oportunidades, tornando-a pública	Nº de declarações públicas	Empresas ACT
	Sensibilizar os jovens da comunidade de acolhimento para a aceitação de todas as diferentes culturas	35. Envolver as entidades que desenvolvem a sua atividade com jovens, na sensibilização contra o racismo e a discriminação, através de reuniões de trabalho e reflexão	1	15 entidades envolvem-se no processo	Nº de entidades presentes nas reuniões	CPCJ Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas TAIPA GNR
		36. Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação junto dos jovens	1	15 ações de sensibilização são realizadas junto dos jovens	Nº de jovens que participam nas ações de sensibilização	

5. Modelo de Monitorização e Avaliação

Monitorizar e avaliar são duas palavras-chave que determinam o sucesso ou o insucesso da implementação e execução de projetos. Nenhum projeto se desenvolve sem uma condução atenta e persistente, cuidando do que se passa em seu redor. Permite implementar um plano, que por inerência, é flexível o suficiente para permitir as possíveis alterações, resultantes da ação de monitorizar e avaliar. Implica uma gestão forte e contínua, envolvendo todos os parceiros, chamando a todos, um espírito colaborativo e disciplinador.

A monitorização pode ser definida como uma função contínua que serve primeiramente para fornecer aos gestores e principais *stakeholders*, ao longo de uma intervenção continuada, indicações de progresso, ou de falta deste, na concretização de resultados.

Quando nos reportamos à monitorização de resultados, significa que se trata de um processo contínuo e sistemático de coleta e análise de dados para medir a performance das intervenções em termos de concretização de resultados. Neste caso, é de relevar a periodicidade como critério importante até para que as mudanças possam ser percebidas ao longo do tempo. É uma parte essencial da gestão do dia-a-dia e deve ser integrada dentro da estrutura de gestão do projeto.

Avaliar é basearmo-nos no processo de acompanhamento/monitorização e avançar na reflexão sobre o que foi feito. Revela-se uma atividade essencial num processo de aprendizagem dinâmico e na tomada de decisões sobre a direção geral do projeto.

O modelo de Monitorização e de Avaliação do Projeto “ODEMIRA INTEGRA” sustenta-se, tal como tem sido desde a sua conceção, numa rede de parceria forte e estruturada, a CMI. Para tal, continua a ser fundamental uma coordenação e gestão quotidianas fortes, com enfoque nos aspetos estratégicos e operacionais da parceria, estabelecendo um fluxo de informação e comunicação sistemática e partilha. A CMI é o órgão responsável pela monitorização e avaliação da implementação do Plano e por isso, convidado a interpretar e a analisar a informação, onde a reflexão crítica, feita de troca de ideias e opiniões, produz novas decisões e aprendizagens.

O acompanhamento diário é realizado pelos responsáveis pela implementação das diferentes medidas, havendo necessidade de registar esta informação para que a CMI, em reunião plenária, tome conhecimento do andamento dos trabalhos e possa, se for caso disso, reorientar as estratégias. Pretendemos uma monitorização e avaliação orientada para a mudança, adaptada para avaliar de forma contínua quaisquer disparidades entre a direção prevista e os resultados do programa e o que está a acontecer na realidade, para analisar os pontos fortes, os pontos fracos, para detetar obstáculos, barreiras ou oportunidades imprevistas e para perceber como é que a intervenção poderá ser melhor executada. No final

do projeto, demonstrar os resultados, os potenciais impactos e perspetivar os desenvolvimentos futuros.

A implementação de um sistema de monitorização social de base concelhia traz vantagens ao nosso território: o diagnóstico atualizado e adequado à realidade social local e às suas áreas de intervenção, um acompanhamento das dinâmicas locais na evolução da implementação do Plano, suporte a um debate amplo entre atores locais, envolvidos na mobilização de recursos e na criação de respostas sociais locais adaptados às comunidades de imigrantes presentes no território.

Tabela 74 - Modelo de Monitorização e Avaliação

Dimensões	CrITÉrios de Apreciação	Instrumentos	Responsáveis	Momentos de Monitorização/Avaliação
Análise do contexto do Plano e condições de implementação	Eficácia (relação entre objetivos e resultados)	Atas das reuniões da CMI	CMI (ao nível da decisão e validação)	1º Momento-dezembro/2015
Organização, gestão da parceria, bem como o seu nível de empenhamento	Eficiência (relação entre os recursos e os resultados)	Registo das reuniões de trabalho operativas	Coordenadora do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”	2º Momento-março/2016
Processo e dinâmicas de implementação	Coerência (relação entre os objetivos e as ações)	Questionários	Entidades responsáveis pelas medidas implementadas	3º Momento-junho/2016 (avaliação anual)
Resultados do projeto	Pertinência (relação entre a coerência e o ambiente)	Mapas de atividades/execução mensais		4º Momento-dezembro/2016
Conclusões e recomendações para a definição de futuras intervenções		Planos de Ação/execução		5º Momento-março/2017
		Registos e documentos inerentes ao projeto		6º Momento-junho/2017
		Relatórios intermédios		
		Relatório anual		
		Relatório final		

6. Acompanhamento e Modelo de Governação

A palavra governação, ato ou modo de governar, sugere-nos numa primeira abordagem, um conjunto de políticas definidas e coordenadas, a nível nacional, por decisores políticos ligados entre si por uma ideologia comum. Quando olhamos para a governação a nível local, num determinado território, a abrangência da participação é muito maior, podendo envolver todos os quadrantes da sociedade civil por um bem comum. Referimo-nos a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, incluindo-se “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos” (Santos, 1997, p. 342). Falamos de práticas democráticas, pautadas pelo protagonismo local e assentes na horizontalidade, onde se inserem os detentores da decisão política local, como parceiros. Atores envolvidos numa mesma missão, em estratégias conjuntas, unindo esforços e recursos, com o objetivo de melhorar situações previamente diagnosticadas. Esta abordagem permite chegar a soluções mais discutidas e pensadas, a um maior compromisso geral que decorre do maior envolvimento dos participantes. O desenvolvimento de práticas colaborativas, instituídas para alcançar mudanças e alterações no que está instituído, implica mecanismos que visem a articulação e a coordenação destas ações conjuntas, de modo a que estas se pautem por critérios como a eficiência, a eficácia, a coerência e a pertinência. Neste tipo de abordagem é fundamental definir e distribuir responsabilidades no âmbito da gestão e condução do projeto, reforçadas por um Plano de Ação.

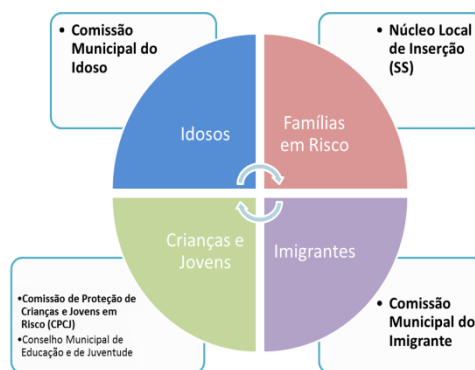
O Modelo de Governação subjacente ao Projeto “ODEMIRA INTEGRA”, terá como órgão de suporte a CMI, que se assume como grupo reflexivo, capaz de monitorizar/avaliar e proceder a pequenos ajustes, se necessário for.

Ao longo do tempo e através da participação em comissões especializadas de suporte ao desenvolvimento social, as entidades públicas e privadas, em sede da CLASO, identificaram quatro grupos sócio problemáticos, crianças e jovens, famílias em risco, imigrantes e idosos, para os quais existem fóruns especializados de suporte: a CPCJ, o Conselho Municipal de Educação e de Juventude, o Núcleo Local de Inserção no âmbito do RSI, a Comissão Municipal do Imigrante e a Comissão Municipal do Idoso, respetivamente. Estes grupos possuem fragilidades e estão mais vulneráveis por não possuírem as competências ou as condições necessárias para usufruírem do bem-estar que todos os cidadãos têm direito. A Rede Social permite uma resposta integrada a estes grupos de risco, sustentada por uma estratégia orientadora para o desenvolvimento, suportada no seu Plano de Desenvolvimento Social.

Figura 7 - Grupos Sócio Problemáticos identificados



Figura 8 - Comissões Especializadas de suporte



A Rede Social de Odemira assume-se como alicerce da abordagem e definição de políticas locais participadas, espaço onde as entidades públicas e privadas conjugam “os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.” (Guia Prático, Rede Social, Instituto da Segurança Social, IP- 28 de julho 2014)

Tabela 75 - Acompanhamento e Modelo de Governação

RESPONSABILIDADES	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
Monitorizar e avaliar o grau de concretização do Plano	Controlar o cronograma pré-estabelecido	CMI	Reuniões previamente agendadas Envolvimento de decisores políticos
	Estabelecer marcos intermédios que permitam aferir que se está no caminho certo		
	Definir regras e procedimentos de comunicação		
	Aprovar os relatórios de execução do Plano		
	Determinar os ajustes necessários ao Plano		
Coordenar os subprocessos de implementação das medidas nas diversas áreas de intervenção	Apoiar os grupos de parceiros responsáveis pela implementação das medidas, ao nível da comunicação e do registo de execução dos mapas de atividades mensais	Coordenadora do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”	Mapas de atividades mensais
	Preparar a informação disponível sobre o trabalho desenvolvido		
	Efetuar os ajustes necessários ao Plano		
	Devolver aos parceiros a informação produzida na CMI		
	Construir suportes/registos a utilizar na monitorização		

RESPONSABILIDADES	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RECURSOS
Balço e registo das atividades realizadas na implementação das medidas delineadas	Refletir sobre o grau de execução Registrar em suporte escritos	Parceiros responsáveis pela implementação das medidas	Reuniões de trabalho Plano de Ação e de Execução Mapas mensais de atividades e de execução
	Elaborar os relatórios intermédios	Coordenadora do Projeto "ODEMIRA INTEGRA" Um elemento (parceiro) de cada grupo de trabalho	

7. Legitimidade do Plano

Decorrente de um processo de participação tão alargado e envolvendo um extenso número de parceiros, a aprovação do presente Plano envolve um conjunto de estruturas com competências e atribuições na Área Social, mas também dos órgãos executivo e deliberativo do Município de Odemira, data se tratar, também ele, de um documento estratégico municipal.

Assente nestes pressupostos, o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes foi apreciado e aprovado, em sede das seguintes estruturas/órgãos, conforme consta nas respetivas atas:

- **Comissão Municipal do Imigrante**, em reunião realizada em 16 de junho de 2015
- **Conselho Local de Ação Social de Odemira**, em reunião ocorrida em 17 de junho de 2015
- **Câmara Municipal de Odemira**, em reunião data de 20 de junho de 2015
- **Assembleia Municipal**, em reunião decorrida em 29 de Junho de 2015

Finalmente e validado por estes diferentes Fóruns, o presente Plano foi remetido ao Alto Comissariado para as Migrações, em 30 de junho de 2015.

Lista de Siglas/Acrónimos

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- ACT** – Autoridade para as Condições do Trabalho
- APF** – Associação para o Planeamento da Família
- ARVR** - Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração
- AHSA** – Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano
- CLAII** – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
- CLASO** – Conselho Local de Ação Social de Odemira
- CMI** – Comissão Municipal do Imigrante
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- DEAS** – Divisão de Educação e Ação Social do Município de Odemira
- DGAI** – Direção Geral da Administração Interna
- DGS** – Direção Geral de Saúde
- FEINPT** – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
- GAVA** – Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor
- GIP** – Gabinete de Inserção Profissional
- IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IMAD** – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- MAI** – Ministério da Administração Interna
- NPT** – Nacionais de Países Terceiros
- NUTS** - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OIM** – Organização Internacional para as Migrações
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PDS** - Plano de Desenvolvimento Social

PEM – Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

PLNM – Português Língua Não Materna

PMII – Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

PNSACV – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

PPT – Programa Português para Todos

RMAD – Rede de Municípios Amigos da Diversidade

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIG - Sistema de Informação Geográfica Municipal

SNS – Serviço Nacional de Saúde

UE – União Europeia

Referências Bibliográficas e Eletrónicas

- Attali, Jacques, Breve História do Futuro, 2008, D. Quixote, Lisboa.
- Carrilho, Maria José, Figueiredo, Maria Cidália Mesquita (2006), Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: Uma Análise Exploratória, Revista de Estudos Demográficos, 41.
- Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, <http://www.acidi.gov.pt> › És Imigrante? › Serviços
- Circular Informativa nº 12/DQS/DMD/07.05.09, Direção Geral de Saúde.
- Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976.
- Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, Ministério da Saúde.
- Despacho nº 25360/2001, de 16 de novembro, Ministério da Saúde.
- Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, Diário da República, 1ª Série, nº 26
- Elegibilidade para as Eleições Autárquicas, Declaração nº 4/2013, de 24 de junho, Diário da República, 1ª Série, nº 119.
- Equipa K'CIDADE, GPS, Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária (2007), K'CIDADE.
- Fonseca, Maria Lucinda (2008), Imigração, Diversidade e Novas Paisagens Étnicas e Culturais, Portugal: Percursos de Interculturalidade, 2 Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Hortas, Maria João (2013), Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Imigração em Portugal – Vantagens e Desvantagens da Imigração, http://imigracaononossopais.blogspot.pt/2008/05/vantagens-e-desvantagens-da-imigrao_19.html
- Índice dos Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (2014), Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, <https://www.ine.pt/>.
- Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa (2009), Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA P9 Eurydice). <http://www.dgeec.mec.pt>
- Leal, Marcelino, Sanches Isabel (2014), Português para Todos: A aprendizagem da Língua Portuguesa como Facilitadora da Interculturalidade e da Inclusão Social e Educativa, Revista Lusófona, 27.
- Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro.
- Machado, Cidália (2011), Os imigrantes no concelho de Odemira, \\Xeom\gise\2- Infos sobre a população\e) Mobilidades -Imigração.
- Malheiros, Jorge (Coord), Fonseca, Lucinda (Coord), Latoeira, Cristina, Carmo, André, Esteves, Alina, Estêvão, Mafalda, Mcgarrigle, Jennifer, Moreno, Luís,

- Pereira, Sónia, Ramos, José Costa, Serra, Nuno, Torres, Yasmine (2011), Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal, Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2010), Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade – Manual para Técnicos/as, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
 - Malheiros, Jorge Macaísta (Coord), Esteves Alina (Coord), Rodrigues, Frederica, Estêvão, Mafalda, Mapril, José, Afonso, Carla (2013), Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
 - Metodologia Spiral, <https://spiral.aws.int/tiki-index.php?page=>
 - Nunes, Cely, Avaliação de Projetos, Instituto de Educação Universidade de Lisboa.
 - Ofício Circular/OGIDC/2011/GD/7.
 - Olímpio, Marco, Texto de Apoio sobre Planeamento Estratégico Aplicado às Organizações sem Fins Lucrativos, 2001, Universidade de Évora, Estratéhttp://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrategONGS_28Jul11.pdf.
 - Oliveira, Catarina Reis (Coord), Gomes, Natália (2014), Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal – Relatório Decenal, Observatório da Imigração, Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa.
 - Os Imigrantes no Concelho de Odemira (2011), Gabinete de Investigação Socioeconómica, Município de Odemira.
 - Peixoto, João (2008), Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal e Tendências Recentes, Revista Migrações, Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
 - Peixoto, João (Coord), Marçalo, Carolina, Tolentino, Nancy C. (2011), Imigrantes e a Segurança Social em Portugal, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
 - Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

- PORDATA, www.pordata.pt/.
- Programa Português para Todos, <https://www.iefp.pt/programa-ppt-portugues-para-todos>.
- Projecto de Regulamento Municipal de Gestão das Habitações Sociais, Regulamento n.º 44/2009 Diário da República, 2.ª série, N.º 13, 20 de Janeiro de 2009.
- Projecto de Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes, Diário da República, Apêndice nº 162, II Série, Nº 175, de 28 de novembro de 2000.
- Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio ao Arrendamento, Regulamento nº 386/2009, Diário da República, 2.ª série, N.º 182, de 18 de Setembro de 2009.
- Quaresma, António Martins (1989), Odemira – subsídios para uma Monografia, Câmara Municipal de Odemira.
- Quaresma, António Martins (2006), Odemira Histórica – estudos e documentos, Câmara Municipal de Odemira.
- Regulamento para Cartão Social Municipal, Regulamento nº 347/2009, de 11 de agosto, Diário da República, 2.ª série — N.º 154 — 11 de Agosto de 2009.
- Silva, Maria do Carmo Vieira, Gonçalves Carolina (2011), Diversidade Linguística no Sistema Educativo Português: Necessidades e Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Valadas, Carla, Góis, Pedro, Marques, José Carlos (2014), Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal, Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa.
- Vilhena, Jorge (2013), Acupunctura em Odemira: duzentos anos de Arqueologia no vale do Mira, Colóquio Ignorância e Esquecimento, Odemira.

ANEXOS

ANEXO 1

Folheto do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”, em Português



Integração de Imigrantes

- PlanoMunicipal -





SABIA QUE A **IMIGRAÇÃO**...

- Permite o **crescimento**/manutenção natural da população e diminuir o seu crescente envelhecimento
- Contribui para o **desenvolvimento** económico do concelho
- Permite o **enriquecimento** cultural
- Atenua a desertificação de algumas zonas do nosso território
- Permite que os imigrantes ocupem postos de trabalho em áreas com falta de mão-de-obra



AJUDE-NOS A **INTEGRAR**
MELHOR QUEM
ESCOLHE O NOSSO
CONCELHO **PARA VIVER**

Estamos abertos a sugestões!

Colabore, apresente propostas para
melhor acolher e integrar a população
imigrante até ao dia **30 de maio de**
2015, através do e-mail:

pm.imigrantes@cm-odemira.pt

Município de Odemira

www.cm-odemira.pt

Praça da República, 7630-139 Odemira

Tel. 283 320 900, ext. 3811

Fax. 283 327 323

ODEMIRA INTEGRADA

É um projeto nascido da necessidade de melhorar e aumentar as medidas de **apoio, acolhimento e integração** de imigrantes.

No concelho de Odemira residem 47% dos imigrantes registados no distrito de Beja. Destes, 16,6% são originários de países terceiros (países que não pertencem à União Europeia).

12% da população residente em Odemira são cidadãos estrangeiros

OBJETIVOS GERAIS

- ✓ Construir um Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes assente numa **participação ativa de toda a comunidade**.
- ✓ **Apoiar, acolher e Integrar** os imigrantes nacionais de países terceiros numa perspetiva de diferenciação como **enriquecimento cultural, social e económico**.
- ✓ Favorecer a **Inclusão** e a **coesão social**.

COMISSÃO MUNICIPAL DO IMIGRANTE

Fórum que reúne as entidades públicas e privadas com responsabilidade em matéria de migração no concelho de Odemira, representantes dos imigrantes e da sociedade de acolhimento.

ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO MUNICIPAL DO IMIGRANTE

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o Plano
- Fazer propostas de alteração ao Plano
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração
- Garantir a participação dos imigrantes nas políticas locais
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Serviços de Acolhimento e Integração
- Urbanismo e Habitação
- Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
- Educação e Língua
- Capacitação e Formação
- Cultura
- Saúde
- Solidariedade e Resposta Social
- Cidadania e Participação Cívica
- Media e Sensibilização da Opinião Pública
- Racismo e Discriminação
- Relações Internacionais
- Religião

central e local, instituições e empresas

- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que de uma forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

Membros da Comissão Municipal do Imigrante

Câmara Municipal de Odemira
Assembleia Municipal
Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
Junta de Freguesia de Colos
Junta de Freguesia de Longueira/Almograve
Junta de Freguesia de Luzianes-Gare
Junta de Freguesia de Relíquias
Junta de Freguesia de S. Luís
Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras
Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria
Junta de Freguesia de S. Teotónio
Junta de Freguesia de Sabóia

Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
Junta de Freguesia de Vale de Santiago
Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
Autoridade para as Condições do Trabalho
Instituto de Emprego e Formação Profissional
Centro de Saúde de Odemira
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Instituto da Segurança Social
Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes
Colégio Nossa Senhora da Graça
Guarda Nacional Republicana
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira

Paróquia de S. Teotónio
TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira
AHSa - Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano
Oriscoll's
Fruta Divina
Hortipor
Vitobress
Sudoberry
Ulcnio Silva, representante dos imigrantes
Volodymyr Drabovskyy, representante dos imigrantes



Integração de Imigrantes
Integration of Immigrants

- Municipal Plan -



Financiamento



ANEXO 2

Folheto do Projeto “ODEMIRA INTEGRA”, em Inglês



Integração de Imigrantes
Integration of Immigrants

- Municipal Plan -





DID YOU KNOW THAT **IMMIGRATION**...

- Allows the **growth** / maintenance of natural population and reduces aging
- Contributes to the economic **development** of the county
- Allows cultural **enrichment**
- Mitigates desertification in some areas of our territory
- Allows immigrants to take jobs in areas underhanded



HELP US TO **INTEGRATE**
BETTER THOSE WHO **CHOOSE**
OUR COUNTY
TO LIVE IN

We are open to suggestions!

Collaborate, make proposals to better
welcome and integrate the immigrant
population until the **May 30, 2015**,
via e-mail:

pm.imigrantes@cm-odemira.pt

Município de Odemira

www.cm-odemira.pt

Praça da República, 7630-139 Odemira

Tel. 283 320 900, ext. 3811

Fax. 283 327 323

ODEMIRA INTEGRA

It is a project born from the need to improve and increase support measures, reception and integration of immigrants.
47% of immigrants registered in the district of Beja live in Odemira. Of these, 16.6% are from third countries (outside the European Union).

12% of the resident population in Odemira are foreigners

GENERAL AIMS

- ✓ Building a Municipal Plan for the Integration of Immigrants based on an active **participation of the whole community**.
- ✓ **Supporting, welcoming and Integrating** immigrants from third countries nationals in differences of perspective as **cultural enrichment, social and economic**
- ✓ Promote **inclusion and social cohesion**

MUNICIPAL COMMITTEE OF THE IMMIGRANT

Forum bringing together public and private entities with responsibility for immigration in the municipality of Odemira, representatives of immigrants and the host society.

RESPONSIBILITIES OF THE CITY COUNCIL OF IMMIGRANT COMMISSION

- Participate in the design, approve, monitor and evaluate the Plan
- Taking the most of migration for local development in the region.
- Discuss topics related to the theme of migration in place, in terms of integration
- Ensure the participation of immigrants in local policies

AREAS OF INTERVENTION

- Receptiveness and Integration Services
- Urbanisation and Housing
- Labour and Entrepreneurship Market
- Education and Language
- Capacity Building
- Culture
- Health
- Solidarity and Social Response
- Citizenship and Civic Participation
- Media and Raising Awareness of Public Opinion
- Racism and Discrimination
- International Relations
- Religion

- Promote coordination between local partners, including central and local government, institutions and companies
- Potentiate facilitate initiatives of proper implementation of the Plan, through the mobilization of natural and legal persons who are crucial to its achievement
- Contribute to a better understanding of migration issues at the local level
- Ensure a better match between needs and migration offer
- Contribute to the dissemination of the Plan and its implementation at the local level, whether in the public eye, or of professionals from different public and private organizations, that directly or indirectly develop skills in favor of migration.

Municipal Committee of the Immigrant

Câmara Municipal de Odemira
Assembleia Municipal
Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
Junta de Freguesia de Colos
Junta de Freguesia de Longueira/Almograve
Junta de Freguesia de Luzianes-Gare
Junta de Freguesia de Relíquias
Junta de Freguesia de S. Luís
Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras
Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria
Junta de Freguesia de S. Teotónio
Junta de Freguesia de Sabóia

Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
Junta de Freguesia de Vale de Santiago
Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
Autoridade para as Condições do Trabalho
Instituto de Emprego e Formação Profissional
Centro de Saúde de Odemira
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Instituto da Segurança Social
Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes
Colégio Nossa Senhora da Graça
Guarda Nacional Republicana
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira

Paróquia de S. Teotónio
TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do concelho de Odemira
AHSa - Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano
Driscoll's
Fruta Divina
Hortipor
Vitacress
Sudoberry
Ulcnio Silva, representative of immigrants
Volodymyr Drabovskyy, representative of immigrants



Integração de Imigrantes
Integration of Immigrants

- Municipal Plan -



Financiamento



ANEXO 3

Programa do Seminário

“Jornadas de Reflexão – A Realidade da Imigração em Odemira”

29
maio'15

JORNADAS DE REFLEXÃO
**A REALIDADE DA
IMIGRAÇÃO EM ODEMIRA**

Auditório da Caixa de
Crédito Agrícola - S. Teotónio

- programa -




integra
Integração de Imigrantes

 **APACITANDO**

Auditório da Caixa de Crédito Agrícola - S. Teotónio

09h30 Receção aos participantes

10h00 Mesa de Abertura:

Presidente da TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Telma Guerreiro

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Sociais do Alto Comissariado para as Migrações, Paula Moura

Diretora do Centro Distrital da Segurança Social, Helena Barreto (a confirmar)

Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro

10h30 **Conferência: "A Imigração em Portugal e no Concelho de Odemira/ Apresentação do Projeto CRISIMI"** (O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal)

Oradoras:

Coordenadora do Projeto CRISIMI, Alina Esteves e Técnica do Projeto, Ana Esteves

Moderadora do debate: Chefe de Divisão da Educação e Ação Social, Natália Correia

11h30 Pausa para café / Momento Cultural

11h45 **Apresentação dos Resultados dos Projetos INTEGRANDO E CAPACITANDO, promovidos pela TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira**

Oradora: Técnica do Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes, Tânia Guerreiro

12h30 Almoço livre

14h00 **Painel I**

Apresentação do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

Moderadora: Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais do Alto Comissariado para as Migrações, Paula Moura

• **Metodologia Adotada e Processo de Participação**

Presidente da Comissão Municipal do Imigrante e Vereadora do Pelouro da Ação Social, Deolinda Seno Luís

• **Estudo Diagnóstico / Medidas Consensualizadas**

Coordenadora de Projetos da TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Elisabete Pacheco

Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Maria João Silva

Diretora do Departamento dos Recursos Humanos da Vitacress e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Teresa Castro

- **Debate**

15h30 Pausa para café / Momento Cultural

15h45 Painel II

“Perspetivas da Imigração em Odemira”

Moderadora: Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Anabela Gamito

- Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia de S. Teotónio / entidade representada na Comissão Municipal do Imigrante, Rute Fino Duarte
- Inspetor da Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo da Autoridade para as Condições do Trabalho / entidade representada na Comissão Municipal do Imigrante, Carlos Graça
- Diretora-Adjunta do Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Margarida Marques
- Inspetora Adjunta Principal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Delegação Regional de Beja e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Brígida Sequeira
- Representante da Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano e membro da Comissão Municipal do Imigrante, Isália Cruz

Largo Gomes Freire (Quintalão) - S. Teotónio

18h00 Momento Cultural / Mostra Gastronómica

18h45 “À Conversa com... os Imigrantes do Concelho de Odemira”

Moderadora: Técnica de Comunicação do Município de Odemira, Isabel Vilhena

- Licínio Silva, cidadão cabo-verdiano, membro da Comissão Municipal dos Imigrantes
- Volodymyr Drabovskyy, cidadão ucraniano, membro da Comissão Municipal dos Imigrantes
- Helena Loermans, cidadã holandesa, representante da Assembleia Municipal de Odemira e membro da Comissão Municipal do Imigrante
- Ganesh Baniya, cidadão nepalês
- Gergana Krasteva, cidadã búlgara e dinamizadora Comunitária no Projeto ST-E5G/TAIPA

19h40 Momento Cultural

20h00 Encerramento





Entidades Promotoras



Financiamento



ANEXO 4

Ficha de Caracterização dos Participantes do Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste

**PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES /
МУНИЦИПАЛЬНЫЙ ПЛАН ДЛЯ интеграции иммигрантов**

Metodologia SPIRAL / методология SPIRAL

Caracterização do Grupo / Характеризация Группа

Nacionalidade гражданство	Idade возраст	Género пол	Habilitações образование	Estado civil семейное положение	Email

ANEXO 5

Ficha de Caracterização dos Participantes do Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos

**PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES /
MUNICIPAL PLAN FOR IMMIGRANT INTEGRATION**

Metodologia SPIRAL / SPIRAL methodology

Caracterização do Grupo / Characterization Group

Nacionalidade <i>Nationality</i>	Idade <i>Age</i>	Género <i>Gender</i>	Habilitações <i>Qualifications</i>	Estado civil <i>marital status</i>	Email

ANEXO 6

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste à Pergunta

“O que é para si o bem-estar?”

João Maria
TRABALHO
A06

Alamy
PAZ
E05

FAMILIA
D02

Órgãos
SAÚDE
F01

ANEXO 7

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos à Pergunta

“O que é para si o bem-estar?”

Good Job

A06

People is good

D00

Clean Air

B06

Family together

D02

ANEXO 8

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste à Pergunta

“O que é para si o mal-estar?”

FAMILIA SEPARADA

Do2

fora do sig. p. pessoal?

SEM DINHEIRO

A08

deficil ter uma
consulta por falta
dos medicos

A02

NÃO SER OUIDO

C01

ANEXO 9

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos à Pergunta

“O que é para si o mal-estar?”

NOV
less communication
A05

Missing family
D02

less salary
Salários Baixos
A08

CLEAN THE HOME
A03

ANEXO 10

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 1 – Cidadãos Imigrantes de Países da Europa de Leste à Pergunta

“O que é que você faz ou pode fazer para assegurar o seu bem-estar e bem-estar dos outros?”

Trabalhe mais qualificado
para imigrantes

C01

Mais atividades culturais

A07

Falar e ser ouvido

C00

Melhorar os
horários das escolas

A09

ANEXO 11

Exemplos de Respostas Dadas pelos Participantes do Grupo 2 – Cidadãos Imigrantes de Países Asiáticos à Pergunta

“O que é que você faz ou pode fazer para assegurar o seu bem-estar e bem-estar dos outros?”

4) Always good
behave with
Your Neighbours

D04

responsibility

H65

5) stop Noise
pollution

E04

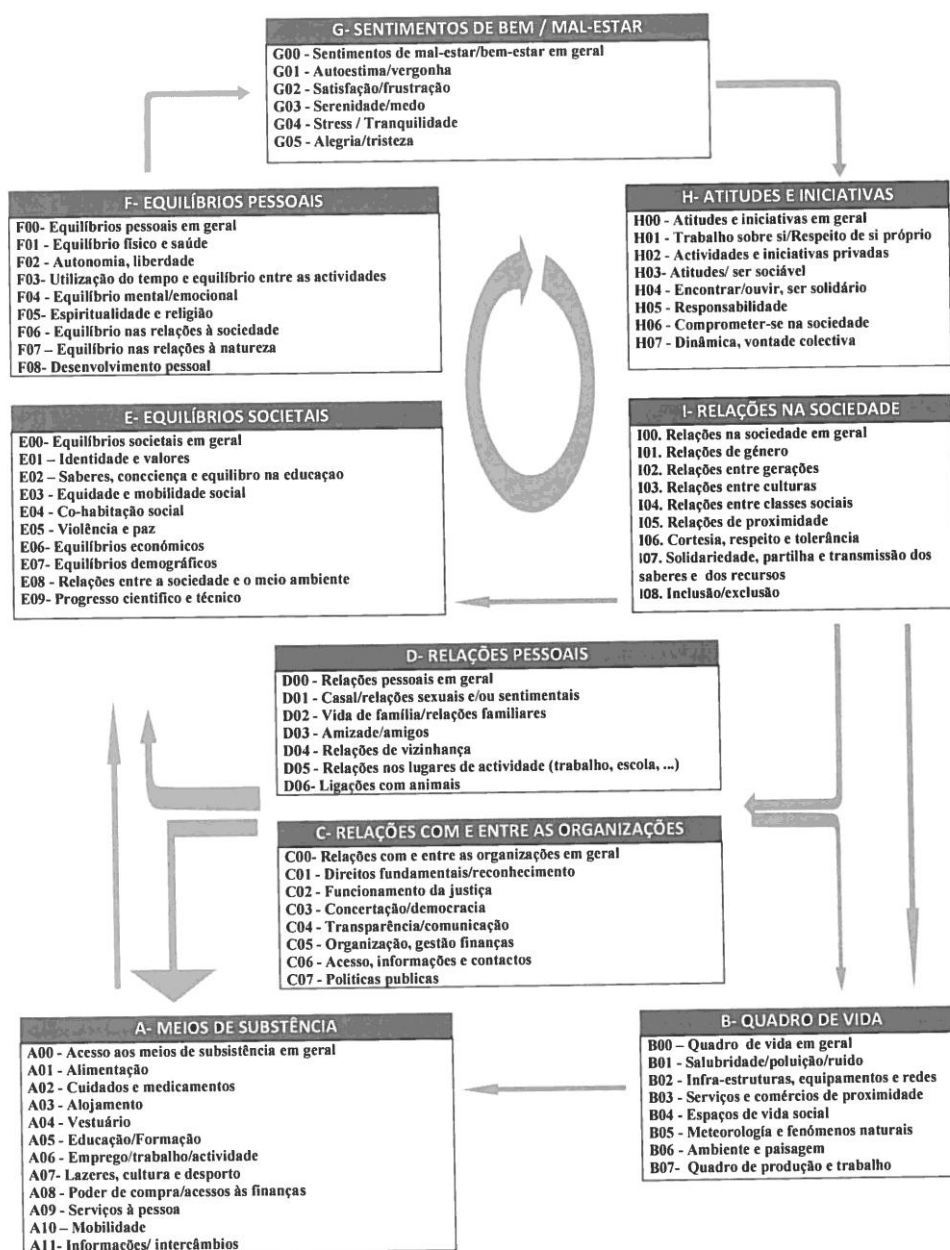
Being a good and respect
to each other.

I06

ANEXO 12

Metodologia SPIRAL – “As 9 Dimensões e 68 Componentes do Bem-Estar Expressidos pelos Cidadãos”

As 9 dimensões e 68 componentes do bem-estar exprimidos pelos cidadãos



ANEXO 13

Guião para Discussão do Grupo Focal

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES

GUIÃO PARA DISCUSSÃO DO GRUPO FOCAL

Receção aos participantes.

Apresentação do moderador e explicação sobre as normas orientadoras da reunião; exposição e esclarecimento de possíveis dúvidas que surjam relativamente ao conceito e dinamização do Grupo Focal; garantir a confidencialidade e o consentimento para a gravação.

Explicar os objetivos desta reunião e do PMII.

Perguntas orientadoras:

1. Porque escolheu vir para Portugal?
2. Porque escolheu o concelho de Odemira para residir?
3. Que dificuldades sentiu quando chegou ao nosso concelho?
4. Sente-se integrado na comunidade portuguesa?
5. Tem amigos portugueses?
6. Já alguma vez se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos?
7. Como avalia, em termos gerais, os serviços prestados pelas entidades a que já recorre?
8. Mantém-se informado em relação ao país de origem? Por que meios?
9. Que projetos tem em relação ao futuro? Fixar-se neste concelho? Regressar o país de origem?
10. Pretende acrescentar alguma ideia que não tenha sido abordada?

Agradecimento aos participantes.

ANEXO 14

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto da TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira

ÁREA:SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAI, segundo o seu país de origem, idade e sexo, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Homens					Subtotal	Mulheres					Subtotal	Total H/M
	Idade						Idade						
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55		18-24	25-34	35-44	45-55	+55		

2. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAI, segundo a sua nacionalidade e local de atendimento, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Odemira	S. Teotónio	Longueira/Almograve	Vila Nova de Milfontes	Outro local



3. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAI, segundo o seu país de origem e motivo da sua deslocação ao CLAI, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Motivo 1	Motivo 2	Motivo 3	Motivo 4

4. Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR), por país de origem, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários



ANEXO 15

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto das Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira

ÁREA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. N° de Declarações da composição do Agregado Familiar/Atestados de Residência emitidos, a cidadãos estrangeiros, pela Junta de Freguesia nos anos de 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e o sexo.

País de Origem	Ano de 2013				Ano de 2014			
	Atestados de Residência		Declarações da composição do Agregado Familiar		Atestados de Residência		Declarações da composição do Agregado Familiar	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H



ÁREA: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

1. N° de cidadãos estrangeiros eleitos nas Eleições Autárquicas nos anos de 2009 e 2013, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem dos eleitos	Eleições Autárquicas 2009		Eleições Autárquicas 2013	
	HM	H	HM	H



ANEXO 16

**Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto do
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,
Delegação Regional de Beja**

ÁREA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de Vistos atribuídos nos postos consulares/embaixadas a cidadãos estrangeiros do concelho de Odemira, segundo o seu país de origem e sexo, no ano de 2013.

País de origem	Visto de curta duração		Visto de estada temporária				Visto de Residência								
			P/ exercício de at. profissional subordinada de caráter temporário		P/ at. de investigação ou altamente qualificada		P/ exercício de at. profissional subordinada		P/ exercício de at. profissional independente ou p/ imigrantes empreendedores		P/ estudo, intercâmbio de estudantes, estágio prof. ou voluntariado		P/ efeitos de reagrupamento familiar		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	



2. Nº de Vistos atribuídos nos postos consulares/embaixadas a cidadãos estrangeiros do concelho de Odemira, segundo o seu país de origem e sexo, no ano de 2014.

País de origem	Visto de curta duração		Visto de estada temporária				Visto de Residência								
			P/ exercício de at. profissional subordinada de caráter temporário		P/ at. de investigação ou altamente qualificada		P/ exercício de at. profissional subordinada		P/ exercício de at. profissional independente ou p/ imigrantes empreendedores		P/ estudo, intercâmbio de estudantes, estágio prof. ou voluntariado		P/ efeitos de reagrupamento familiar		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	



ANEXO 17

**Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto da
Divisão de Educação e Ação Social,
Município de Odemira**

ANEXO 18

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto de Empresas Agrícolas

ÁREA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem, grupo etário e sexo, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Homens					Subtotal	Mulheres					Subtotal	Total H/M
	Idade						Idade						
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55		18-24	25-34	35-44	45-55	+55		

2. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem e habilitações escolares, à data do fim do mês fevereiro/2015.

País de origem	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Médio/Bacharelato	Licenciatura	Outra



3. Nº de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados em 2013 e 2014, por nacionalidade.

País de origem	Ano de 2013	Ano de 2014

ÁREA: URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Nº de trabalhadores residentes em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade, à data do fim do mês de fevereiro/2015.

País de origem	Nº trabalhadores em alojamento não clássico

Nota: Só se considera como alojamento clássico o apartamento e a moradia.



ÁREA: Relações Internacionais

1. N.º de ações dinamizadas com os países de origem dos trabalhadores nos anos de 2013 e 2014.

País de origem	Ano de 2013			Ano de 2014		
	Negócios	Contratação de trabalhadores	Outro tipo de ação	Negócios	Contratação de trabalhadores	Outro tipo de ação

ANEXO 19

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas

5. Nº total de alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que abandonaram o sistema de ensino no ano letivo de 2013/2014, por sexo.

Níveis de ensino	Ano letivo 2013/2014	
	HM	H
Básico		
Secundário		

6. Nº de alunos estrangeiros, do Ensino Básico e do Ensino Secundário, que abandonaram o sistema de ensino nos anos letivos de 2012/2013 e 2013/2014, segundo o país de origem e por sexo.

País de origem	Ano letivo 2012/2013				Ano letivo 2013/2014			
	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H



7. Nº de alunos estrangeiros matriculados na disciplina de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015, segundo o seu país de origem e por sexo.

País de origem	Ano letivo 2012/2013				Ano letivo 2013/2014				Ano letivo 2014/2015			
	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H

8. Nº de docentes que lecionam a disciplina de PLNM no Ensino Básico e no Ensino Secundário e nº de horas semanal da disciplina, nos anos letivos de 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015.

Níveis de ensino	Ano letivo 2012/2013		Ano letivo 2013/2014		Ano letivo 2014/2015	
	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM	Nº Docentes PLNM	Nº horas/semana PLNM
Básico						
Secundário						



11. Nº de encarregados de educação estrangeiros que nos anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais das associações de pais, segundo o seu país de origem.

Pais de origem	Ano letivo 2013/2014	Ano letivo 2014/2015

ANEXO 20

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto do Gabinete de Inserção Profissional

ANEXO 21

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto do Centro de Saúde de Odemira

ÁREA: Saúde

1. Nº de Cartões de Utente atribuídos a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem e o sexo nos anos de 2013 e 2014.

País de origem	Ano 2013		Ano 2014	
	HM	H	HM	H

2. Nº de “Inscrições Provisórias” efetuadas a cidadãos estrangeiros, nos anos de 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e o sexo.

País de origem	Ano 2013		Ano 2014	
	HM	H	HM	H



3. Nº de consultas efetuadas, por especialidade e outros serviços de saúde prestados a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem, no ano de 2013.

País de origem	Consultas de especialidade e outros serviços de saúde prestados - 2013						
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Psicologia	Medicina Geral e Familiar	Saúde Oral	Preparação para o parto

4. Nº de consultas efetuadas, por especialidade e outros serviços de saúde prestados a cidadãos estrangeiros, segundo o seu país de origem, no ano de 2014.

País de origem	Consultas de especialidade e outros serviços de saúde prestados - 2014						
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Psicologia	Medicina Geral e Familiar	Saúde Oral	Preparação para o parto



5. Nº de imigrantes atendidos no Serviço de Urgência Básica nos anos de 2013 e 2014.

Ano 2013		Ano 2014	
Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países	Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países

6. Nº de crianças estrangeiras integradas no Plano Nacional de Vacinação, segundo o seu país de origem, nos anos de 2013 e 2014.

País de origem	Ano 2013	Ano 2014



7. Nº de acidentes de trabalho que envolvem cidadãos estrangeiros, nos anos de 2013 e 2014.

Ano 2013		Ano 2014	
Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países	Cidadãos de Países Membros da União Europeia	Cidadãos de outros países



ANEXO 22

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira

ÁREA: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

1. Nº de crianças e jovens sinalizados à CPCJ nos anos de 2013 e 2014, segundo o seu país de origem e sexo.

País de origem	Ano de 2013		Ano de 2014	
	HM	H	HM	H



2. Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto, nos anos de 2013 e 2014, segundo a sua freguesia de residência.

Freguesia	Ano de 2013	Ano de 2014
Colos		
Longueira/Almograve		
Luzianes-Gare		
Relíquias		
Sabóia		
Santa Clara-a-Velha		
S. Luis		
S. Martinho das Amoreiras		
S. Salvador e Santa Maria		
S. Teotónio		
Vale de Santiago		
Vila Nova de Milfontes		



3. Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros nos anos de 2013 e 2014.

Problemáticas	Ano de 2013	Ano de 2014
Abandono escolar		
Absentismo escolar		
Abandono		
Exposição a situações de violência doméstica		
Maus tratos		
Abuso sexual		
Prática de facto qualificado como crime		
Consumo de estupefacientes		
Ingestão de bebidas alcoólicas		
Exposição a modelos de comportamento desviante		
Negligência		
Exploração de trabalho infantil		

ANEXO 23

Inquérito utilizado na Recolha de Dados Quantitativos junto do Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor

3. N.º de cidadãos estrangeiros que sofreram de discriminação racial, segundo o seu país de origem e o sexo nos anos de 2013 e 2014.

País de origem	Ano de 2013		Ano de 2014	
	Vitima de discriminação racial		Vitima de discriminação racial	
	HM	H	HM	H



integra

Integração de Imigrantes